



FACULDADE DE DIREITO

**COOPERAÇÃO INTERNACIONAL E DESENVOLVIMENTO
NO CONTEXTO DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS: Desafios de
Moçambique na operacionalização dos Objectivos de
Desenvolvimento Sustentável**

Dissertação apresentada à Faculdade de Direito
da UEM para aprovação no Curso de Mestrado
em Cooperação Internacional e Desenvolvimento

Autor:

Estela Daniel Chilengue Massingue

Orientador:

Prof. Dr. Almeida Machava

MAPUTO
2025



FACULDADE DE DIREITO

**COOPERAÇÃO INTERNACIONAL E DESENVOLVIMENTO
NO CONTEXTO DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS: Desafios de
Moçambique na operacionalização dos Objectivos de
Desenvolvimento Sustentável**

Dissertação apresentada à Faculdade de Direito
da UEM para aprovação no Curso de Mestrado
em Cooperação Internacional e
Desenvolvimento

Autor:

Estela Daniel Chilengue Massingue

Orientador:

Prof. Dr. Almeida Machava

MAPUTO
2025



FACULDADE DE DIREITO

**COOPERAÇÃO INTERNACIONAL E DESENVOLVIMENTO
NO CONTEXTO DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS: Desafios de
Moçambique na operacionalização dos Objectivos de
Desenvolvimento Sustentável**

O Júri

Dissertação apresentada à Faculdade de Direito
da UEM para aprovação no Curso de Mestrado
em Cooperação Internacional e
Desenvolvimento

Presidente e Orientador: _____

2º Examinador: _____

3º Examinador: _____

Estela Daniel Chilengue Massingue

Maputo, Abril de 2025

DECLARAÇÃO DE HONRA

Eu, Estela Daniel Chilengue Massingue, declaro que este projecto de investigação nunca foi apresentado na sua essência para a obtenção de qualquer grau e que ele constitui o resultado da minha investigação pessoal, estando indicadas na bibliografia as fontes por mim utilizadas.

Maputo, Abril de 2025

(Estela Daniel Chilengue Massingue)

DEDICATÓRIA

Dedico esta Dissertação aos meus Pais, Daniel José Chilengue e Teresa Ana Zaqueu David Mahangaja, aos meus sogros Beatriz Uamusse e Celestino Massingue (em memória), ao meu esposo Sancho Majumbe Massingue, aos meus tantos filhos e em especial ao Sancho Massingue Júnior, Estela Beatriz Massingue e Makalute Sancho Massingue e a ti que dedicas o teu precioso tempo para ler este trabalho.

AGRADECIMENTOS

Os meus ***agradecimentos*** vão em primeiro lugar a Deus pelo Dom da Vida e pelas bênçãos. Aos meus Pais Daniel Chilengue e Teresa Mahangaja por me terem mostrado desde cedo as maravilhas de caminhar no mundo académico.

De seguida, ***agradeço*** ao Dr. Almeida Machava que com muita paciência e dedicação me orientou, ajudando-me a não perder o foco no processo de investigação, ajudou-me a ultrapassar obstáculos nesta caminhada em busca do saber científico.

Agradeço a toda a minha família e a todos os que compreenderam a minha ausência nas suas vidas por motivos académicos em especial ao meu marido, Sancho, pelo apoio material e moral nos momentos em que me faltavam forças para caminhar para este grande objectivo e acima de tudo, deixar o conforto do lar para me ir buscar, nas noites frias quando eu terminava a jornada estudantil. Agradeço aos meus filhos Estela e Makalute pela compreensão nos momentos em que não me pude dedicar a eles por motivos académicos.

Agradeço aos meus irmãos Lodovina Chilengue, Herménio Chilengue, Vercínia Chilengue e Gil Chilengue, às minhas cunhadas Érica da Conceição e Edite Bila e cunhado Celso Camilo. A Tia Teresa Chilengue e a todas as minhas sobrinhas e meus sobrinhos, pois todos tiveram um papel muito importante nos momentos em que precisei recarregar forças para me dedicar ao presente trabalho.

ABREVIATURAS/ SIGLAS/ACRÓNIMOS

CAD - Comité de Assistência ao Desenvolvimento

COP – Conferência das Nações Unidas Sobre Mudanças Climáticas

CO2 – Dióxido de Carbono

CID – Cooperação Internacional e Desenvolvimento

CQNUMC – Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas

CRM - Constituição da República de Moçambique

DUAT - Direito de uso e aproveitamento da terra

EDM – Electricidade de Moçambique

ENAMMC - Estratégia Nacional de Adaptação e Mitigação das Mudanças Climáticas

EU - União Europeia

EUA – Estados Unidos da América

FAO – Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura

FIDA - Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola

FCPF – *Forest Carbon Partnership Facility*

FUNAE – Fundo Nacional de Energia

GEE – Gases do Efeito de Estufa

GIIMC - Grupo Inter-institucional para as Mudanças Climáticas

HIV /AIDS - Vírus da Imunodeficiência Humana /Síndrome da Imunodeficiência Adquirida

INGD - Instituto Nacional de Gestão e Redução do Risco de Desastres

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IP - Inspeção do Pescado

JI - Implementação Conjunta

MICOA - Ministério para a Coordenação da Acção Ambiental

MDC - Contribuição Nacional Determinada

MDL - Mecanismo de Desenvolvimento Limpo

ODM – Objectivos de Desenvolvimento do Milénio

ODS – Objectivos de Desenvolvimento Sustentável

OCID - Observatório da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

OCHA - Gabinete de Coordenação de Assuntos Humanitários

ONG – Organização Não Governamental

ONGD – Organização Não Governamental para o Desenvolvimento

ONU - Organização das Nações Unidas

OIM - Organização Internacional para as Migrações

PAM – Programa Alimentar Mundial

PDNA – Avaliação das Necessidades pós-Desastres

PIE - Prontuário de Instalações Eléctricas

PIB – Produto Interno Bruto

PIMC - O Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PQG - Plano Quinquenal do Governo

RDH – Relatório de Desenvolvimento Humano

RNV - Relatório Revisão Nacional Voluntária da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância

UNFPA - Fundo de População das Nações Unidas

UNHABITAT - Programa de Assentamentos Humanos das Nações Unidas

USAID - Agência dos Estados Unidos da América para o Desenvolvimento Internacional

LISTA DE TABELAS/ FIGURAS/ GRÁFICOS

Tabela 1 – Comparação das Teorias de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (surgimento, precursores e pressupostos).....	20
Tabelas 2,3e4 projectos da UN-HABITAT.....	55
Tabela 5: Emissão de CO2 em Moçambique.....	59
Figura 1. Ilustração aérea de Telhados e copas de Palmeiras emergindo das águas das cheias causadas pela tempestade do ciclone tropical Idai e pelas cheias dos rios na Beira.....	35
Figura 2: Objectivos de Desenvolvimento Sustentável.....	38
Gráfico 1: Proporção da População com acesso a energia eléctrica.....	50
Gráfico 2: Número de mortes, pessoas desaparecidas e afectadas por desastres, por 100.000 pessoas.....	53
Gráfico 3: Infra-estruturas Sócio económicas.....	55
Gráfico 4: Progresso em direcção a gestão sustentável de florestas.....	70

RESUMO

Actualmente, Moçambique tem assistido a um aumento significativo da frequência e intensidade dos desastres e catástrofes naturais tais como temperaturas elevadas, secas, inundações, ciclones, entre outros, desastres naturais, por isso, é considerado o quinto país mais vulnerável do mundo o que põe em causa milhões de vidas humanas, fato que é bastante preocupante. Neste sentido, é fundamental promover o apoio à mitigação e adaptação às mudanças climáticas neste país, no sentido de fortalecer a resiliência das comunidades mais vulneráveis às catástrofes naturais e permitir o desenvolvimento económico do mesmo. O objectivo deste trabalho é compreender os desafios enfrentados por Moçambique no âmbito da cooperação internacional voltados para a operacionalização dos ODS sobre o clima. O estudo se baseou nas teorias Pluralistas e nas teorias de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID). Estas teorias permitiram abordar o problema de forma global e especificamente em Moçambique. Para a resolução dos problemas ao nível global, foram assinados e implementados um conjunto de Acordos Internacionais, em que Moçambique é signatário, nomeadamente, a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (CQNUMC), o Protocolo de Quioto, o Acordo de Quioto Copenhaga, o Acordo de Paris, e o Quadro de Sendai para a Redução de Risco de Desastres 2015-2030. Também em 2015 foi definida a Agenda 2030, contida por 17 Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). A Agenda 2030 aborda várias dimensões do desenvolvimento sustentável (social, económico e ambiental). Para este trabalho aprofundamos os ODS relacionados essencialmente ao clima, tendo como exemplos os ciclones Idai e Kenneth. A pesquisa aplicou os métodos históricos e monográficos e as técnicas de pesquisa bibliográfica, documental e de entrevista que permitiram identificar os desafios que Moçambique enfrenta para operacionalizar os ODS a nível interno e internacional para atingir o desenvolvimento económico e social do país.

Palavras-chave: Moçambique; Cooperação Internacional; Objectivos de Desenvolvimento Sustentável; alterações climáticas.

ABSTRACT

Currently, Mozambique has seen a significant increase in the frequency and intensity of disasters and natural catastrophes such as extremely high temperatures, droughts, floods, cyclones, among others, natural disasters, which is why it is considered the fifth most vulnerable country in the world, which puts millions of human lives at stake, a fact that is quite worrying. In this sense, it is essential to accelerate support for mitigation and adaptation to climate change in this country, in order to strengthen the resilience of the most vulnerable communities to natural disasters and allow for their economic development. The objective of this work is to understand the challenges faced by Mozambique within the scope of international cooperation aimed at operationalizing the SDGs on climate. The study was based on Pluralist theories and International Development Cooperation (ICD) theories. These theories made it possible to address the problem globally and specifically in Mozambique. To resolve problems at a global level, a set of International Agreements were signed and implemented, to which Mozambique is a signatory, namely, the United Nations Framework Convention on Climate Change (UNFCCC), the Kyoto Protocol, the Copenhagen, the Paris Agreement, and the Sendai Framework for Disaster Risk Reduction 2015-2030. Also in 2015, the 2030 Agenda was defined, consisting of 17 Sustainable Development Goals (SDGs). The 2030 Agenda addresses several dimensions of sustainable development (social, economic and environmental). For this work, we delve deeper into the SDGs essentially linked to climate, taking cyclones Idai and Kenneth as examples. The research applied historical and monographic methods and bibliographical, documentary and interview research techniques that allowed identifying the challenges that Mozambique faces in operationalizing the SDGs at an internal and international level to achieve the country's economic and social development.

Keywords: Mozambique; International cooperation; Sustainable Development Goals; climate change.

ÍDICE

Página de Rosto.....	i
Declaração de Honra.....	iii
Dedicatória.....	iv
Agradecimentos.....	v
Abreviaturas/ Siglas/Acrónimos.....	vi
Lista de Tabelas/ Figuras/ Gráficos.....	viii
Resumo.....	ix
Abstract.....	x
INTRODUÇÃO.....	1
1. Delimitação Espaço-temporal.....	1
2. Contexto.....	2
3. Justificativa.....	4
4. Problematização.....	4
6. Objectivos.....	5
7. Questões de Pesquisa	6
8. Hipóteses	6
9. Metodologia	6
10. Estrutura da Pesquisa	7
11. Revisão da Literatura	8
CAPÍTULO 1	
RELAÇÃO ENTRE A COOPERAÇÃO INTERNACIONAL E O DESENVOLVIMENTO	10
1.1 Enquadramento Conceptual	10
1.1.1 Cooperação.....	10
1.1.2 Cooperação Internacional.....	11
1.1.3 Desenvolvimento.....	12
1.1.4 Cooperação Internacional para o Desenvolvimento.....	13
1.1.5 Mudanças Climáticas	14
1.2 Enquadramento Teórico	15
1.2.2 Teoria Pluralista	15
1.1.1.1 Contexto Histórico	16
1.2.1.2. Precusores do Pluralismo.....	16
1.2.1.3. Pressupostos do Pluralismo.....	17

1.2.1.4. Aplicabilidade da Teoria Pluralista à Pesquisa	17
1.1.2 As Teorias de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID).....	17
1.1.2.1 Contexto Histórico	18
1.2.2.2. Aplicabilidade da Teoria Moderna de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento à Pesquisa.....	21
1.2.2.3. Complementaridade entre as teorias pluralista e Moderna de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento.....	22
CAPÍTULO 2	
COOPERAÇÃO INTERNACIONAL VS DESENVOLVIMENTO NO CONTEXTO DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS EM MOÇAMBIQUE.....	23
2.1 A Cooperação Internacional para o Clima	23
2.2 Acordos Internacionais Sobre o Clima.....	26
2.2.1. Convenção Quadro das Nações Unidas sobre as mudanças climáticas	26
2.2.2. Acordo de Copenhaga	28
2.2.3. Acordo de Paris	29
2.2.4. Quadro de Sendai	30
2.3. Acordos Internacionais de Combate às Mudanças Climáticas e sua implementação em Moçambique.....	32
2.4. O Desenvolvimento e a adaptação Climática.....	34
2.4.1. Os Efeitos dos Ciclones Idai e Kenneth em Moçambique	35
2.4.2. Impacto Económico das Mudanças Climáticas em Moçambique.....	36
CAPÍTULO 3	
DESAFIOS DE MOÇAMBIQUE NA OPERACIONALIZAÇÃO DOS ODS SOBRE AS MUDANÇAS CLIMÁTICAS.....	38
3.1 Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)	38
3.2 Operacionalização dos ODS sobre o Ambiente ao Nível Internacional	40
3.2.1. Cooperação Norte-Sul para a Operacionalização dos ODS sobre o Clima.....	40
3.2.2. Cooperação Sul-Sul para a Operacionalização dos ODS sobre o Clima.....	45
3.3 Operacionalização dos ODS sobre o Ambiente em Moçambique	48
3.3.1. ODS7) Energia Limpa e Acessível	49
3.3.2. ODS11) Cidades e Comunidades Sustentáveis.....	52
3.3.3. ODS13) Acção Contra a Mudança Global do Clima	57
3.3.4. ODS14) Vida na Água	62
3.3.5. ODS15) Vida Terrestre	67

3.4. Resultados.....	75
3.5. Desafios da Operacionalização dos ODS sobre o ambiente em Moçambique.....	76
CONCLUSÃO.....	80
RECOMENDAÇÕES	83
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA	85
ANEXOS.....	98

INTRODUÇÃO

O mundo tem estado a vivenciar uma série de eventos climáticos severos que condicionam o *modus vivendi* dos seus habitantes. À volta destes acontecimentos, tem se falado frequentemente das mudanças climáticas, que aliás, são entendidas como transformações a longo prazo nos padrões de temperatura e clima. Essas mudanças podem ser naturais, por meio de variações no ciclo solar, mas, desde 1800, as actividades humanas têm sido seu principal impulsionador, principalmente devido à queima de combustíveis fósseis como carvão, petróleo e gás.¹ A queima de combustíveis fósseis gera emissões de gases de efeito estufa que agem como um grande cobertor em torno da terra, retendo o calor do sol e aumentando as temperaturas.

De acordo com as Nações Unidas no Brasil² A emissão de gases de efeito estufa está em seus níveis mais altos em 2 milhões de anos e continuam aumentando. A terra está 11,1 graus mais quente do que no final do século XIX e a década 2011-2020 foi a mais quente já registada. Mudanças climáticas não são apenas associadas a altas temperaturas e alterações do clima; também se associam a secas, escassez de água, incêndios severos, aumento do nível do mar, inundações, derretimento do gelo polar, tempestades catastróficas e declínio da biodiversidade.

Todos esses malefícios associados às mudanças climáticas podem condicionar o desenvolvimento dos Estados, daí a relevância da cooperação internacional no contexto das mudanças climáticas para garantir que o desenvolvimento não seja negligenciado. Portanto, o presente trabalho aborda a cooperação internacional e desenvolvimento no contexto das mudanças climáticas: desafios para Moçambique.

1. Delimitação Espaço-temporal

Em termos espaciais, o trabalho irá centrar-se em Moçambique por ser um país vítima dos mais variados efeitos das mudanças climáticas, desde ciclones às secas. Em termos temporais escolhe-se como marco inicial 2017 a 2021. 2017, pois foi neste ano que Moçambique foi atingido pelo ciclone Dineo,³ o primeiro ciclone que atingiu a própria cidade

¹ <https://brasil.un.org/pt-br/175180-o-que-sao-mudancas-climaticas> consultado aos 28 de Dezembro de 2022 as 10 horas.

² Disponível em <https://brasil.un.org/pt-br/175180-o-que-s%C3%A3o-mudan%C3%A7as-clim%C3%A1ticas> consultado aos 04 de Março de 2024 as 13 e 49 minutos.

³ O ciclone Dineo ocorreu em Fevereiro de 2017 na província de Inhambane que com duração de dois dias, marcada por ventos a pelo menos 200km por hora deixou rastros de destruição e luto(RM, 2017)). Como

(Inhambane) em mais de 30 anos,⁴ seguindo-se os ciclones Idai e Kenneth, atingindo as cidades da Beira e também a vila de Mocimboa da Praia e distrito de Macomia, tendo o segundo (Idai) sido considerado por especialistas das Nações Unidas como o maior dos últimos 50 anos a atingir o hemisfério sul.⁵

E tem como marco final 2021, ano em que Moçambique participou na 26ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP26) pois os efeitos do Idai despertou os dirigentes moçambicanos para a importância dos efeitos nefastos das mudanças climáticas. Moçambique participou na 26ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP26) na cidade escocesa de Glasgow, através de uma delegação chefiada pelo então Primeiro-Ministro, Carlos Agostinho do Rosário, em representação do Chefe do Estado, Filipe Nyusi,⁶ com o interesse nacional de fazer a mobilização de recursos financeiros e materiais para ajudarem nos esforços de mitigação dos efeitos das alterações do clima, bem como desenvolver parcerias estratégicas que resultem, entre outros, na transferência de tecnologias adequadas que concorram para o desenvolvimento sócio-económico sem prejuízo do ambiente.

2. Contexto

Mais de 60% da população de Moçambique vive nas proximidades das zonas costeiras e está exposta aos eventos climáticos extremos e ao aumento do nível das águas do mar. A economia do país é em grande parte dependente da agricultura, que representa 24% do produto interno bruto (PIB) e a base de subsistência para cerca de 70% da população.⁷ Assim, há necessidade de preparar e adaptar o país às mudanças climáticas.

Ao longo dos últimos anos, Moçambique, juntamente com os parceiros de desenvolvimento, tem feito um trabalho substancial para abordar os riscos e desastres recorrentes e relacionados com as alterações climáticas, ao mesmo tempo que também realiza acções de mitigação. Por exemplo, Moçambique aderiu à operacionalização dos Objectivos

saldo: 2222 salas de aulas e 70 unidades sanitárias ficaram destruídas, ficaram afectadas mais de 550 pessoas, houve também destruição de casas de famílias e mortes, onde pelo menos 4 pessoas perderam a vida.

⁴ <https://reliefweb.int/report/mozambique/tropical-cyclone-dineo-hits-mozambique>

⁵ <https://www.folhademaputo.co.mz/pt/noticias/nacional/mocambique-participa-na-cop26-sobre-mudancas-climaticas/> consultado aos 04 de Março de 2024 às 13 horas e 56 minutos.

⁶ <https://www.jornalnoticias.co.mz/ciencia-e-ambiente/conferencia-sobre-mudancas-climaticas-mocambique-mobiliza-parcerias-financieiras-na-cop-da-esperanca/> consultado aos 29 de Julho de 2022.

⁷ <https://ndcpartnership.org/news/mudan%C3%A7a-de-paradigma-mo%C3%A7ambique-lan%C3%A7a-o-seu-plano-de-parceria-para-catalisar-implementa%C3%A7%C3%A3o-da-selegram> consultado aos 30 de Julho de 2022.

de Desenvolvimento Sustentável (ODS), dos quais alguns estão directamente ligados à questão ambiental, como é o caso do ODS 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis) e do ODS 13 (Acção Contra a Mudança Global do Clima).

Assim como aderiu a outras iniciativas de cooperação para o bem do ambiente como o Acordo de Paris sobre Mudanças Climáticas, o Protocolo de Quioto, Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (CQNUMC) e participa de reuniões internacionais sobre o clima.

Em virtude da ocorrência do ciclone Idai no âmbito da reconstrução pós-ciclone em Moçambique, a União Europeia (EU) anunciou 200 milhões de euros na Conferência Internacional de Doadores na Beira, havida em Junho de 2019. Desse montante, 100 Milhões de euros foram um empréstimo concessionado pelo Banco de Investimento Europeu⁸ as Nações Unidas e seus parceiros apelaram por 40,8 milhões de dólares como ajuda de emergência para apoiar as pessoas afectadas pelo Idai em Moçambique⁹ O Reino Unido enviou 7,95 milhões de dólares para Moçambique para apoiar a população afectada, entre outras parcerias internacionais para a reconstrução da cidade da Beira. De salientar que o país precisava de mais de US\$ 3 bilhões para a recuperação das áreas afectadas pelo Idai, disse à ONU News o embaixador de Moçambique junto às Nações Unidas, António Gumende.¹⁰

De acordo com Langa¹¹ o ciclone Idai é a cara mais clara das Mudanças Climáticas no Mundo que gerou óbitos, feridos, destruição de casas, unidades sanitárias, salas de aulas e culturas.

É nesse contexto de exposição de Moçambique a eventos climáticos severos, de esforços de cooperação internacional para prevenção das mudanças climáticas e de acções nacionais e internacionais coordenadas para a mitigação dos efeitos dos choques climáticos que o presente trabalho é realizado.

⁸ https://www.eeas.europa.eu/mozambique/uniao-europeia-e-mocambique_pti?s=111 consultado aos 30 de Julho de 2022.

⁹ <https://reliefweb.int/report/mozambique/tropical-cyclone-idai-appeal-us408-million-provide-life-saving-assistance> consultado em 23 de 05 de 2024 as 10h43

¹⁰ <https://news.un.org/pt/story/2019/05/1672511> Consultado em 23 de Junho de 2023 as 14h04

¹¹ Langa, José. Maria. (2019) *Mudanças Climáticas :Impactos, Desafios de Mitigação e Adaptação em Moçambique*. Livaningo. USAID/COUNTERPART INTERNATIONAL. P. 4.

3. Justificativa

O presente trabalho possui uma relevância académica, social e pessoal. Na dimensão académica irá enriquecer a literatura sobre a cooperação internacional para o desenvolvimento no âmbito das mudanças climáticas em Moçambique. Na dimensão social irá despertar a necessidade de proteger a sociedade face ao aumento dos eventos climáticos extremos. Na dimensão pessoal, a estudante aprecia temáticas sobre o desenvolvimento no geral, e em especial, quando abordadas de forma associada ao ambiente.

4. Problematização

Moçambique é especialmente vulnerável aos efeitos das mudanças climáticas devido à sua localização geográfica na zona de convergência inter-tropical e a jusante de bacias hidrográficas partilhadas, à sua longa costa e à existência de extensas áreas com altitude abaixo do actual nível das águas do mar.

Contribuem para a sua vulnerabilidade e baixa capacidade adaptativa, entre outros factores a pobreza, os limitados investimentos em tecnologia avançada e a fragilidade das infra-estruturas e serviços sociais, com destaque para a saúde e o saneamento.

No país, as mudanças climáticas manifestam-se através de alterações nos padrões de temperatura e precipitação, do aumento do nível das águas do mar tanto em termos de frequência como de intensidade. Paralelamente, verificam-se eventos climáticos extremos tais como secas, cheias e ciclones tropicais que afectam diferentes regiões do país todos os anos. Por exemplo, em 2017 teve o ciclone Dineo e em 2019 teve os ciclones Idai e Kenneth.

As consequências das mudanças climáticas para o país incluem a perda de vidas humanas, de culturas agrícolas, de animais domésticos e fauna bravia, a destruição de infra-estruturas sociais e económicas, o aumento da dependência da ajuda internacional, o aumento dos preços dos produtos agrícolas, a deterioração da saúde humana, a degradação ambiental e perda de ecossistemas.

As mudanças climáticas representam, assim, um retrocesso aos esforços do Governo e seus parceiros no combate à pobreza e prossecução dos Objectivos de Desenvolvimento

Sustentável (ODS).¹² De acordo com a Organização Não Governamental (ONG) *Germanwatch*¹³ no seu Índice de Risco Climático Global, Moçambique ocupa o primeiro lugar na lista dos países mais vulneráveis às alterações climáticas. Em Moçambique, o aumento da frequência e severidade dos desastres naturais tem dificultado a capacidade do Estado para reduzir o risco de desastres e adaptar-se efectivamente às mudanças climáticas.

Para o RNV,¹⁴ o financiamento público para a implementação das estratégias de biodiversidade e adaptação são limitados e a crise económica que o país atravessa tem um forte impacto nos valores disponibilizados no Orçamento do Estado. Para o efeito, os parceiros de cooperação internacional para o desenvolvimento têm jogado um papel importante assegurando o financiamento, para a prevenção e mitigação dos efeitos deste fenómeno.

Existem várias iniciativas de cooperação internacional para o desenvolvimento, centradas nas mudanças climáticas e todas colaboram para a materialização dos ODS sobre o ambiente, entretanto, os efeitos negativos das mesmas ainda se fazem sentir ciclicamente com certa gravidade. Assim, urge questionar, quais são os desafios enfrentados por Moçambique no âmbito da cooperação internacional virada a operacionalização dos ODS sobre as mudanças climáticas?

5. Objectivos

5.1 Objectivo Geral

Compreender os desafios enfrentados por Moçambique no âmbito da cooperação internacional virada a operacionalização dos ODS sobre as mudanças climáticas.

5.2 Objectivos Específicos

1. Estudar a relação entre a cooperação Internacional e o Desenvolvimento.
2. Estudar o quadro cooperação internacional vs. Desenvolvimento no contexto das mudanças climáticas em Moçambique.
3. Analisar os desafios de Moçambique na operacionalização dos ODS sobre o ambiente.

¹² <https://www.mta.gov.mz/mudancas-climaticas/mudancas-climaticas/> consultado aos 29 de Julho de 2022.

¹³ <https://www.dw.com/pt-002/mo%C3%A7ambique-o-mais-vulner%C3%A1vel-domundo-%C3%A0smudan%C3%A7as-clim%C3%A1ticas/a-56340562>ancelou ligação Maputo-Pemba prevista para esta quinta-feira. Consultado no dia 23 de Julho de 2022.

¹⁴RNV (2020) *Relatório Revisão Nacional Voluntária da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*. Maputo. República de Moçambique. P. 72.

6. Questões de pesquisa

1. Qual é a relação entre a cooperação Internacional e o Desenvolvimento?
2. Como se apresenta o quadro da cooperação internacional e o Desenvolvimento no contexto das mudanças climáticas em Moçambique?
3. Quais são os desafios de Moçambique na operacionalização dos ODS sobre o ambiente?

7. Hipóteses

1. A Pobreza pode inviabilizar o governo moçambicano e seus parceiros de cooperação internacional a operacionalizar os ODS sobre as mudanças climáticas.
2. É possível que a vulnerabilidade de Moçambique face às mudanças climáticas acarrete do governo e seus parceiros de cooperação internacional, investimentos avultados para a operacionalização dos ODS sobre o clima.

8. Metodologia

A pesquisa aplicou os métodos histórico e monográfico e às técnicas de Pesquisa bibliográfica, documental e de entrevista.

8.1 Método histórico

Este método permitiu a recolha, em diferentes fontes, de informações que foram essenciais para a análise histórica do fenómeno das mudanças climáticas em Moçambique, da Cooperação internacional e desenvolvimento no contexto das mudanças climáticas e os desafios que Moçambique enfrenta para operacionalizar os ODS no contexto acima mencionado. Em seguida, estas fontes foram analisadas criticamente em busca de validar as questões de pesquisa do trabalho. Por fim, o método possibilitou a síntese dos resultados analisados e sua demonstração no presente trabalho.

8.2 Método Monográfico

O método monográfico possibilitou o estudo de fenómenos climáticos catastróficos em Moçambique, considerado um país extremamente vulnerável às mudanças climáticas pela sua localização geográfica e com uma realidade económica desfavorável em relação a diferentes países do mundo que, entretanto, tem o desafio de cumprimento dos ODS ligados

ao clima no mesmo pé de igualdade com os demais, recorrendo deste modo a cooperação internacional para concretizar o cumprimento destes. A análise é aprofundada usando os ciclones Idai e Kenneth que ocorreram em 2019 pois foram os exemplos mais profundos de destruição e morte causados pelas mudanças climáticas em Moçambique.

8.3 Técnica de Pesquisa Bibliográfica

No presente trabalho, a pesquisa bibliográfica baseou-se em consultar livros, teses, publicações, artigos científicos, relatórios, material cartográfico, meios de comunicação orais como rádio, para a realização do mesmo. Após a leitura, houve a reflexão e a compilação sobre o que os materiais consultados forneceram para reconstruir a teoria e aprimorar os fundamentos teóricos relacionados com os desafios que Moçambique enfrenta na operacionalização dos ODS sobre o clima.

8.4 Entrevista

Nesta técnica, fizemos entrevistas usando os telemóveis como meio de comunicação devido a distância entre o pesquisador e os entrevistados. Entrevistou-se 9 indivíduos que viveram na primeira pessoa os efeitos do ciclone Idai na cidade da Beira. As entrevistas permitiram apurar que todas as instituições que proporcionaram ajuda no momento da aflição foram Organizações Internacionais, consubstanciando deste modo a existência da cooperação internacional entre Moçambique e diferentes instituições internacionais na reconstrução resiliente em busca do cumprimento dos ODS sobre o clima.

9. Estrutura da Pesquisa

A pesquisa possui uma introdução, um desenvolvimento e uma conclusão. o desenvolvimento compreende: o primeiro capítulo que aborda a relação entre a cooperação internacional e o desenvolvimento, o segundo capítulo que se debruça da cooperação internacional vs desenvolvimento no contexto das mudanças climáticas em Moçambique e o terceiro capítulo dedicado a análise dos desafios de Moçambique na operacionalização dos ODS sobre as mudanças climáticas e, por fim, a conclusão.

10. Revisão da Literatura

Segundo a USAID¹⁵ a vulnerabilidade de Moçambique às mudanças climáticas está em função da sua localização e geografia: grandes áreas do país estão expostas a ciclones tropicais, seca de rios (de três em três ou de quatro em quatro anos), tempestades costeiras que provocam cheias. Esta vulnerabilidade é agravada pelos 2.470 km de costa do país e pela fragilidade socioeconómica. Mais de 60% da população vive em zonas costeiras baixas, onde tempestades intensas vindas do Oceano Índico e a subida do nível do mar colocam em risco as infra-estruturas, a agricultura costeira, os principais ecossistemas e a pesca.

Moçambique possui um total de 33,7 milhões de habitantes(2021) dos quais, 51,4 % são mulheres (2023); 62,4% residem nas zonas rurais e cerca de 1/3 da população total vive em cidades e vilas costeiras(2021). A principal actividade económica de Moçambique é a agricultura, que emprega cerca de 70% da população activa total e representa 26% do PIB. Entre 2019 e 2023, mais de oito episódios de ciclones, tempestades tropicais e inundações afectaram sobretudo zonas urbanas da costa do país. Cerca de 1/3 da população total vive em zonas costeiras de baixa altitude com infra-estruturas fracas e não-resilientes.¹⁶

Com as mudanças climáticas, o aumento da frequência e gravidade de tempestades intensas, secas e cheias são susceptíveis de acentuar os desafios de desenvolvimento. Por exemplo, entre 2017a 2021, Moçambique foi atingido pelos ciclones Dineo, Idai, Kenneth, Chalane, Eloise, Guambe, Iman que tiveram contacto com a terra¹⁷ e que mataram, pelo menos, 800 pessoas e destruíram muitas infra-estruturas.

Só o Idai e Kenneth, em Março de 2019, criaram danos que o Banco Mundial estimou em três mil milhões de dólares, particularmente no centro do país. Especialistas de clima dizem que Moçambique é um dos países mais vulneráveis a fenómenos semelhantes, que aliás podem ser mais recorrentes.¹⁸

As mudanças climáticas representam, assim, um retrocesso aos esforços do Governo moçambicano e seus parceiros de cooperação internacional no combate à pobreza e

¹⁵ USAID (2018) *Perfil de Riscos Climáticos Moçambique*. Ficha informativa. disponível em www.climatelinks.org/sites/default/files/asset/document/2021-10. P. 1

¹⁶ https://unhabitat.org/sites/default/files/2023/07/mocambique_resumo_nacional_pt.pdf consultado aos 20 de Março de 2024.

¹⁷ https://www.dadosmundiais.com/africa/mocambique/ciclones.php#google_vignette

¹⁸ <https://www.voportugues.com/a/eventos-clim%C3%A1ticos-ter%C3%A3o-impacto-no-crescimento-de-mo%C3%A7ambique-prev%C3%AA-a-standard-poor-s/5764699.html>. Consultado em 01 de Julho de 2023

persecução dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) que são resultado de várias conferências e cimeiras que culminaram com avanços significativos nos esforços globais para a CID em Moçambique.

CAPÍTULO 1

RELAÇÃO ENTRE A COOPERAÇÃO INTERNACIONAL E O DESENVOLVIMENTO

O presente capítulo estabelece a relação entre a cooperação internacional e o desenvolvimento. Apresenta o enquadramento conceptual e as teorias utilizadas na realização do trabalho.

1.1 Enquadramento Conceptual

Nesta Secção são apresentados conceitos fundamentais para a compreensão deste trabalho, nomeadamente: cooperação, cooperação internacional, desenvolvimento, cooperação internacional para o desenvolvimento e mudanças climáticas.

1.1.1 Cooperação

De acordo com Sousa:

Cooperar é agir conjuntamente com o outro, ou interagir em vista à realização de um fim comum. O sucesso na obtenção deste objectivo comum depende de determinadas condições que a cooperação implica, tais como um consenso em relação aos fins a atingir, a existência de interesses comuns, a confiança recíproca dos actores, a elaboração em comum de um conjunto de regras, um acordo sobre o modo de coordenação das acções, a participação activa de todos os elementos, etc.¹⁹

De acordo com Ribeiro e Baiardi *“cooperação corresponde a uma actividade conjunta para cujo resultado concorrem actores que se movem por interesses não predominantemente pecuniários, cada um concebendo-se como agente e não mero receptor da actividade.”*²⁰

¹⁹ De Sousa, Fernando (2005) *Dicionário de Relações Internacionais*. Edições Afrontamento/ CEPES – Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade Colecção:Dicionários/ 2 Edição 954. P. 53

²⁰ Ribeiro, Maria Clotilde e Baiardi, Amílcar (2014) *Cooperação Internacional em Ciência e Tecnologia: Refletindo Conceitos e Questões Contemporâneas*.

Para Keohane²¹ citado por Santa'anna²² *cooperação ocorre quando os actores ajustam seu comportamento as preferências reais ou esperadas de outros, por meio de um processo de coordenação política.*

Para este trabalho, entende-se cooperação como interacção entre dois ou mais actores com o fim de alcançar objectivos comuns. Não obstante a não discordância da ideia de acçãoconjunta (defendida por Sousa e por Ribeiro e Baiardi) e de ajustes de comportamento apresentada por Keohane, a definição eleita é nossa construção visto que as definições apresentadas não refletem cabalmente a nossa percepção sobre este conceito. A Cooperação envolve antes de acções conjuntas e ajustes de comportamento, comunicações e interações múltiplas e positivas, entre actores que podem ser Estados, Organizações nacionais e internacionais, indivíduos ou todos eles juntos na busca de um fim comum. Este fim pode ser a volta de qualquer assunto, desde a economia, sociedade, saúde, entre outros.

1.1.2 Cooperação Internacional

*A Cooperação Internacional é um instrumento ao serviço da política externa reflectindo, na sua generalidade, as áreas geográficas e os países (ou organizações) com os quais um Estado tem relações preferenciais.*²³

Segundo o Observatório da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (OCID):

Cooperação internacional é uma vertente das relações internacionais, onde, os agentes envolvidos podem ser públicos ou privados: Estados, entes sub-nacionais, organizações internacionais, intergovernamentais, empresas, instituições filantrópicas e outros actores da sociedade civil. A cooperação internacional visa o alcance de ganhos materiais ou imateriais. Para ganhos materiais teria-se, como exemplo, recepção de coisas tangíveis (dinheiro, bens e equipamentos, etc) e exemplos de ganhos imateriais seriam o desenvolvimento, a paz, a segurança e o conhecimento.²⁴

²¹ Keohane, Robert O. *After Hegemony: Cooperation and discord in the world political economy*. New Jersey, PrincetonUniversityPress. P.51

²² Santa'anna, Nanahira de Rabelo (2016) *Cooperação Técnica entre Japão e Brasil e entre Brasil e Timor-Leste em Perspectiva Comparada*. Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD, Doutorados, v.5. n.9, Jan./Jun., p.p. 279 2016 disponível em: <http://ojs.ufgd.edu.br/index.php?journal=moncoes>

²³ <https://dgpj.justica.gov.pt/Relacoes-Internacionais/Cooperacao-internacional> consultado a 09 de Dezembro de 2023.

²⁴ <https://ocid.ibict.br/sobre/>

Para este trabalho a cooperação internacional é o conjunto de interacções entre actores estatais, não estatais, sub estatais com o intuito de alcançar ganhos materiais ou imateriais. Esta definição também é nossa construção, fruto do empréstimo de parte do conceito do OCID relacionada aos objectivos; ela é fundamentada pela compreensão de que, a interação antigamente reservada aos Estados agora também está alargada a outras entidades transnacionais, organismos multilaterais e até grupos de pressão dentro das nações, procurando por ganhos palpáveis e outros não palpáveis, como são os exemplos do dinheiro e de melhores condições de vida ou mesmo climáticas.

De acordo com Maciel, *“a cooperação ao nível internacional solidificou-se como um processo difundido e defendido após as grandes guerras ocorridas no século XX.”*²⁵ Outro facto que auxiliou no amadurecimento das ideias diplomáticas e de multilateralismo foram as instituições criadas para o mesmo fim, como por exemplo, a Organização das Nações Unidas (ONU), que possibilitou a criação de cooperação sistematizada e institucionalizada, como a criação de regimes internacionais, criando manutenção da ordem, melhorando a resolução de conflitos e problemas de cunho global. Ou seja, aquela idealização de um governo centralizado para regular os Estados não seria possível, mas com a criação dos regimes se deu possibilidades de alcançar uma certa manutenção da ordem, direccionando os Estados ao debate, à diplomacia e ao respeito mútuo.

1.1.3 Desenvolvimento

De acordo com Langa *“Desenvolvimento é um termo problemático por ser difícil de definir e por dividir opiniões de muitos cientistas sociais e económicos.”*²⁶ Nos primórdios o desenvolvimento era confundido ou equiparado ao crescimento, chegando a se recorrer ao Produto Interno Bruto (PIB), um indicador quantitativo, para aferir o nível de desenvolvimento. Com o tempo, notou-se que havia circunscrições geográficas estatais com indicadores quantitativos altos, mas que não se reflectiam positivamente na vida da população.

²⁵ Maciel, (2009) *As Teorias de relações internacionais pensando a cooperação*. Revistas.pucps. P.9

²⁶ Langa, Floripes Carlos (2022) *O Contributo da Exploração do Gás Natural para o Desenvolvimento Sócio-económico de Moçambique: Caso dos Projectos de Pande e Temane*. Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais e Desenvolvimento. Universidade Joaquim Chissano. Maputo. P.15

Daí, surgiu a necessidade de destrinçar e clarificar estes dois conceitos. O crescimento ficou deste modo associado a alterações quantitativas e o desenvolvimento, a questões qualitativas.

Segundo Sousa “o *Desenvolvimento é o conjunto das melhorias económicas, tecnológicas, sociais ou culturais que produzem um melhor bem-estar.*”²⁷

“O *desenvolvimento é a combinação das mudanças mentais e sociais de uma população que a tornam apta a fazer crescer, cumulativamente e duradouramente o seu produto real.*”²⁸

Vasconcellos e Garcia²⁹, citados por Oliveira entendem que:

Desenvolvimento resulta do crescimento económico acompanhado de melhoria na qualidade de vida, ou seja, deve incluir “as alterações da composição do produto e a alocação de recursos pelos diferentes sectores da economia, de forma a melhorar os indicadores de bem-estar económico e social (pobreza, desemprego, desigualdade, condições de saúde, alimentação, educação e moradia).”

Para o presente trabalho concorda-se com a definição de Vasconcellos e Garcia.³⁰ Esta definição mostra-se mais completa e clara, comparativamente a percepção de Langa (que é uma perspectiva evolutiva) e a do Sousa que *ênfatisa a questão das melhorias.*³¹ A definição de Vasconcellos e Garcia esclarece que o desenvolvimento resulta do crescimento, isto é de mudanças na dimensão quantitativa que impulsionam a qualidade de vida dos cidadãos em diversos sectores da vida particular e até mesmo do Estado no geral.

1.1.4 Cooperação Internacional para o Desenvolvimento

De acordo com Manccini:

Cooperação internacional para o desenvolvimento (CID) pode ser entendida como o conjunto de acções direccionadas e executadas por actores públicos e

²⁷De Sousa, Fernando (2005) *Dicionário de Relações Internacionais*. Edições Afrontamento/ CEPESE – Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade COLECÇÃO: Dicionários/ 2 Edição 954. P. 63

²⁸Perroux, Francois(1967) *A Economia do Século XX*. Porto: herder. P.204

²⁹Vasconcelos, M. A. e M. E. Garcia (1998) *Fundamentos de economia*. São Paulo: Saraiva. p. 205

³⁰Vasconcelos, M. A. e M. E. Garcia (1998) *Fundamentos de economia*. São Paulo: Saraiva. p. 205

³¹De Oliveira, G. B. (2002) *Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento*. Revista da FAE. Rev. FAE, Curitiba, v.5, n. 2, p. 37-48, maio/ago. 2002. p. 38

privados de distintos países que buscam conjuntamente, promover um progresso mais justo e equilibrado no mundo, objectivando a construção de um planeta mais seguro e pacífico.³²

Para Manccini “*a cooperação internacional para o desenvolvimento tem o propósito de promover o desenvolvimento socio-económico ambientalmente sustentável.*”³³ Esta é a visão deste trabalho, dito de forma mais clara, percebemos o CID como conjunto de acções ou interações direccionadas e executadas por actores públicos e privados de distintos países que buscam conjuntamente a promoção do desenvolvimento socio-económico ambientalmente sustentável.

1.1.5 Mudanças Climáticas

De acordo com a *United Nations Framework Convention on Climate Change* Convenção Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (UNFCCC) em português, Mudanças climáticas são a “*Mudança do clima atribuída directa ou indirectamente à actividade humana que altera a composição da atmosfera global e que se soma à variabilidade climática natural observada em períodos de tempo comparáveis.*” A peculiaridade é que o tratado diferencia alterações no clima de acordo com o agente causador. “Mudanças climáticas”, por exemplo, referem-se àquelas causadas pela acção humana alterando a atmosfera. Elas diferem da “variabilidade climática”, que decorre de causas naturais.

*Mudanças climáticas são quaisquer alterações no clima que são directa ou indirectamente atribuídas à actividade humana (que alteram a composição global da atmosfera) e que é adicional à variabilidade natural do clima observada ao longo de períodos de tempo comparáveis.*³⁴ Esta definição é a adoptada por esta pesquisa visto que enquanto antigamente a causa das mudanças climáticas era atribuída a variabilidade natural do clima, actualmente nota-se que o homem através das suas práticas nocivas ao ambiente é o principal causador.

³²Manccini, Giulia (2013) *Cooperação Internacional Para o Desenvolvimento: Mecanismos, História e Eficácia*. P. 2

³³Manccini, Giulia (2013) *Cooperação Internacional Para o Desenvolvimento: Mecanismos, História e Eficácia*. P.2

³⁴ Estratégia Nacional de Adaptação e Mitigação das Mudanças Climáticas (2013-2025) p. vii

As mudanças climáticas trazem várias consequências que variam desde temperaturas à pobreza e deslocamento. De forma concreta as mudanças climáticas estão associadas a temperaturas mais altas, tempestades mais severas, aumento da seca, oceanos quentes e cada vez maiores, perda de espécies, falta de comida, riscos para a saúde, escassez de água potável, aumento das inundações e do nível do mar, além da insegurança alimentar e o aumento na temperatura média do planeta que pode desencadear longos períodos de estiagem no futuro.

Todos os países são afectados pelas mudanças climáticas, sobretudo os países em vias de desenvolvimento. Entretanto, as mudanças climáticas não são um problema interno de cada país, mas sim de todos os países do mundo, foi por isso, que em resultado de várias conferências e cimeiras culminou-se com avanços significativos nos esforços globais para a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID) e houve o surgimento dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) em que fazem parte os objectivos referentes ao clima.

1.2 Enquadramento Teórico

O presente trabalho foi concebido à luz da Teoria Pluralista das Relações Internacionais e da Teoria Moderna da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento

1.2.2 Teoria Pluralista

A pesquisa será conduzida com base no paradigma pluralista das Relações Internacionais. Nas relações internacionais o Liberalismo, ou Pluralismo, é uma corrente teórica alicerçada principalmente na obra de Immanuel Kant. Os pluralistas têm uma visão predominantemente positiva da natureza humana, e vêem o Estado como um mal necessário. Para os liberais, as relações internacionais podem envolver cooperação e paz, possibilitando o crescimento do comércio livre e a expansão dos direitos universais dos homens. Os liberais enfatizam as relações internacionais como um palco em que actua uma multiplicidade de personagens, como os Estados, as organizações internacionais, as empresas transnacionais e os indivíduos, motivo pelo qual são chamados também de pluralistas. Eles acreditam que as relações internacionais podem assumir um aspecto mais optimista e sem guerras, motivado basicamente pelo livre comércio.

1.1.1.1 Contexto Histórico

As origens do pluralismo podem ser buscadas no pensamento político da Antiga Grécia, dos liberais dos séculos XVIII e XIX e, mais recentemente, nos escritos académicos sobre o comportamento de grupos de interesse e organizações. De acordo com Sousa *constitui uma nova abordagem teórica das Relações Internacionais, que apareceu nos anos de 1960, em função da necessidade de responder aos novos desafios colocados pela complexidade crescente das questões internacionais.*³⁵ Tal como o termo sugere, os pluralistas vêm as relações internacionais em termos da multiplicidade dos actores desafiando assim a posição privilegiada em que os realistas colocam o Estado.

1.2.1.2. Precusores do Pluralismo

Segundo Viotti e Kauppi,³⁶ os precusores do pluralismo não são facilmente identificáveis porque muitos destes não eram propriamente observadores das relações internacionais, mas sim, economistas, cientistas sociais, teólogos ou cientistas políticos interessados em políticas domésticas. Abdala³⁷ refere que os precusores do pluralismo são: Grotius (1625/1957)³⁸; Carr (1939)³⁹; John Locke (1690)⁴⁰; David Hume (1742)⁴¹; Joseph Nye (1950)⁴²; Richard Snyder (1950)⁴³; Ernest Hans (1958)⁴⁴; James Rosenau (1966)⁴⁵; Robert Jervis (1976)⁴⁶ e Robert Keohane (1984).⁴⁷ Robert Keohane e Joseph Nye tem um papel relevante na percepção do paradigma pluralista porque argumentam que o Estado não é

³⁵De Sousa, Fernando (2005) *Dicionário de Relações Internacionais*. Edições Afrontamento/ CEPESE – Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade COLECÇÃO: Dicionários/ 2 Edição 954. P. 142

³⁶Viotti, P. e M. Kauppi (1993) *International Relations Theory*. Edition 5th. Pearson Education p. 229

³⁷ Abdala, Sebastião (2016), *A natureza conflituosa da exploração dos recursos minerais na África Subsaariana* in Zeca atall(2016) *Moçambique, Recursos energéticos e política internacional*, Escolar Editora, Editores e Livheiros Lda, Maputo. p.54

³⁸Grotius, H. (1957) *Prolegomena of law of war and peace*. (trad. Kelsey, F. W.) Liberal Arts Press: New York.

³⁹ Carr, E. H. (1939) *The Twenty Year's Crisis, 1919-1939: An introduction to the study of International Relation*. Macmillan: London.

⁴⁰ Locke, J. (1960) *Carta sobre a tolerância*, Editorial Presença, Lisboa.

⁴¹Hume, D. (1739) *A Treatise of Human Nature: Being an attempt to introduce the experimental method of reasoning in moral subjects*. The University of Adelaide: Australia, eBooks@Adelaide.com.

⁴² Nye, J. (1950) *Transnational relations and world politics*, Howard University Press, Cambridge.

⁴³Snyder, R. (1950) *Coping with complexity in the international system*, Boulder, CO, westwie.

⁴⁴Hans, E. (1958) *The Uniting Europe: Political, Social and economic forces, 1950-1958*. Stevens and Sons: London

⁴⁵Rosenau, J. (1966) *The study of global interdependency essay on the transnational of world affair*, Nicols, New York.

⁴⁶Jervis, R. (1976) *Perceptions and misperceptions in the international politics*, Princeton University: Princeton.

⁴⁷Keohane, R. e Nye, J. (1984) *After Hegemon- Cooperation and discord in the world economy*. Princeton University Press: Princeton.

o único actor burocrático das relações internacionais por isso, deve se dar atenção também aos actores transnacionais e à sua interacção no sistema.

1.2.1.3. Pressupostos do Pluralismo

De acordo com Viotti e Kauppi⁴⁸ e Mingst⁴⁹ os pressupostos do pluralismo são:

- Os actores não estatais são entidades importantes na política mundial.
- Os Estados não são actores unitários.
- O Estado não é um actor racional.
- A agenda das relações internacionais é extensiva, apesar de a segurança nacional ser importante.

1.2.1.4. Aplicabilidade da Teoria Pluralista à Pesquisa

Para esta pesquisa o último pressuposto que argumenta que a agenda das relações internacionais é extensiva, apesar de a segurança nacional ser importante e que esta abrange questões que têm a ver com a economia, com a sociedade, e com questões ecológicas que emergem da crescente interdependência entre os Estados e sociedades é relevante. É importante na medida em que permite abordar a questão das mudanças climáticas, como um assunto relevante para os Estados e por isso merecer atenção internacional visto que os efeitos das alterações no ambiente reflectem sobre todo o sistema global, daí a necessidade de cooperar para preveni-las e/ou mitigar os seus efeitos, como é o caso dos desafios que Moçambique enfrenta para operacionalizar as ODS sobre o clima com o objectivo de se desenvolver e criar um bem-estar económico e social através da CID.

1.1.2 As Teorias de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID)

De acordo com Manccini⁵⁰ existem dois eixos quando se fala das teorias de cooperação Internacional para o desenvolvimento. Um eixo tradicionalista que é fundado na natureza egoísta dos actores internacionais (cooperação Norte-Sul) e outro moderno, firmado na natureza altruísta dos mesmos actores (cooperação Sul-Sul). A primeira é a teoria de cooperação para o desenvolvimento focada nos interesses dos doadores, notoriamente associada às teorias realista e neo-realista das relações internacionais cuja ideia central é de

⁴⁸Viotti e Kauppi (2010) *International Relations Theory*. Edition 4. Longman. p.190

⁴⁹Mingst, Karen (2014) *Princípios de Relações Internacionais*. 6a edição. Grupo editorial nacional. p.119-120

⁵⁰Manccini, Giulia (2013) *Cooperação Internacional Para o Desenvolvimento: Mecanismos, História e Eficácia*. P.2

que a cooperação está exclusivamente para servir os interesses do doador. A segunda teoria de cooperação internacional para o desenvolvimento, acredita que as estruturas fundamentais da política internacional não dependem das relações de poder, que é uma obrigação do Norte corrigir os problemas de alcance global, em grande maioria causados por si mesmo e que a cooperação internacional para o desenvolvimento é um mecanismo eficaz para isto, existindo uma obrigação ética para praticá-la.

1.1.2.1 Contexto Histórico

A Cooperação Internacional para o Desenvolvimento é um fenómeno mais antigo do que a Declaração do Milénio e, apesar de algumas discussões teóricas acerca da exacta origem desse instrumento, há grande aceitação que o seu início foi no fim da Segunda Guerra Mundial, com a Declaração da Conferência de São Francisco, patrocinada pela Organização das Nações Unidas, quando esta encoraja a utilização dos recursos internacionais para promover o progresso social e melhorar os padrões de vida da população mundial.⁵¹

Segundo Mello e Souza⁵² *as origens da CID remontam a um mundo do pós-Guerra composto pelos países ocidentais capitalistas, os países do bloco comunista, e um conjunto de países que ficou conhecido como terceiro mundo, muitos dos quais ainda se encontravam em um contexto de descolonização e dependiam de assistência externa para sustentar suas economias e a construção de suas instituições nacionais.*

A partir dos anos 1960, os países-membros do Comité de Assistência ao Desenvolvimento (CAD), da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) cujas origens remontam à CID na forma do Plano Marshall, passaram a ser conhecidos como doadores tradicionais, conquanto os países do chamado terceiro mundo, ele mesmo um agrupamento altamente heterogéneo, eram identificados como recipiendários.

Com o tempo houve algumas alterações nesta percepção sobre a CID, que aliás, era interpretada como ajuda ao Desenvolvimento. A CID contemporânea passou a apresentar-se como muito mais complexa e multifacetada, de forma que o uso das categorias e agrupamentos de actores do período pós-Guerra tornou-se cada vez menos apropriado. Por exemplo, existem antigos recipiendários que se tornaram doadores e outros que se tornaram recipiendários e doadores. A base dos actores alargou-se, incluindo actores estatais e não

⁵¹Manccini, Giulia (2013) *Cooperação Internacional Para o Desenvolvimento: Mecanismos, História e Eficácia*. P.2

⁵² Mello e Sousa, Andre (2021) *Repensando a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento*. P. 11

estatais, singulares e colectivos. Migrou-se da assistência que o Norte prestava ao Sul para a cooperação Norte-Sul e Sul - Sul.

Chaturvedi⁵³ *considera que enquanto a assistência para o desenvolvimento Norte-Sul é guiada pelo princípio filosófico da filantropia e do altruísmo, a cooperação Sul-Sul é guiada pelo princípio dos benefícios mútuos (e não enfrenta condicionalismos).*

Assim sendo, mediante a introdução de mudanças económicas, sociais e políticas, a meta actual é o alcance dos Objectivos do Desenvolvimento Sustentável (antes, do Milénio), possuindo como foco a melhoria na vida das pessoas que habitam os países do Sul. Tal cooperação é executada mediante uma ampla gama de organizações nacionais e internacionais, que formam uma rede institucional que integra o que hoje se conhece como Sistema de Cooperação Internacional ao Desenvolvimento.

Por fim, é importante ressaltar que a CID não possui como fim único a execução dos Objectivos do Desenvolvimento Sustentável, mas representa o entendimento internacional de que o mundo está unido e que os problemas de um país não estão circunscritos àquele determinado território, ao contrário, possuem reflexos em toda a comunidade internacional.

Seja a cooperação exercida pela ideia de solidariedade mundial, seja pela busca de interesses diplomáticos e aliados políticos, é pacífico o entendimento de que problemas regionais causam consequências mundiais, como guerras que levam refugiados as fronteiras em busca de asilo político, fome e pobreza que causam grandes migrações ilegais para países ricos em busca de melhores condições, as questões ambientais que reflectem não somente em todo o território global como em um grande espaço temporal, entre outros. De forma que os Objectivos do Desenvolvimento Sustentável, além de fins em si mesmos, representam um instrumento de melhora mundial. Por exemplo, os relacionados com a fome e com doenças formam parte do capital humano. Os ODS relacionados com o abastecimento de água e o saneamento e com os habitantes de favelas formam parte da infra-estrutura. O objectivo de sustentabilidade é parte do capital natural. O objectivo da redução de pobreza é parte do crescimento económico.

Apesar do entendimento global para a resolução das questões climáticas, existe na CID modelos de Cooperação Internacional que estão ao serviço da política externa dos Estados, reflectindo, na sua generalidade, as áreas geográficas e os países com os quais um

⁵³Chaturvedi, Sachin (2012) *Repensando a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento*. IPEA. p. 23

Estado tem relações preferenciais em busca do desenvolvimento e bem-estar da população (são eles o modelo tradicional e o modelo moderno) que estão resumidos na tabela abaixo.

Tabela 1 – Comparação das Teorias de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (Surgimento, Precusores, Pressupostos e Exemplos)

1. Teoria Tradicionalista da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento	
Surgimento	Surgiu no Contexto da Guerra Fria, foi utilizada como o principal instrumento de “lealdade” para conter a ameaça comunista ou o avanço do capitalismo. E, naturalmente, depois da Queda do Muro de Berlim e consequente fim da Guerra Fria, a Cooperação e principalmente a Ajuda Oficial ao Desenvolvimento se reduziram sensivelmente.
Precursor	Hans Morgenthau
Pressupostos	● A ajuda internacional com os subornos aos governos receptores, os quais são utilizados pelos países desenvolvidos para obter benefícios que atendam ao interesse nacional; ● A evolução da cooperação mundial internacional ao desenvolvimento mostra que, desde o seu nascimento, tem estado muito ligada à defesa dos interesses do doador; ● Cooperação é parte da política exterior de um país e de uma região e o objectivo essencial desta política é a defesa das posições nacionais; ● O modelo de cooperação adjacente a esta teoria é vertical (doador-receptor)
Exemplos	Os EUA utilizaram a ajuda ao desenvolvimento para asfixiar o comunismo durante a guerra fria A União Europeia utiliza ajuda ao desenvolvimento para manter sob controlo as suas ex-colónias.
2. Teoria Moderna da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento	
Surgimento	Com o fim da Guerra Fria, surgiram muitas opiniões favoráveis que previam o surgimento de uma nova ordem mundial e pregavam que o confronto deveria ser substituído pela paz e confiança mútua. Nessa perspectiva, foi proposto que o dinheiro antes utilizado nos gastos militares fosse dirigido para promover o desenvolvimento equilibrado do mundo, projecto conhecido como Dividendos para a Paz.
Precursor	Alexander Wendt
Pressupostos	● A soberania estatal encontrou seus limites nos problemas globais, a cooperação pareceu voltar aos eixos de sua proposta solidária; ● As estruturas fundamentais da política internacional são basicamente sociais e não dependem das relações de poder; ● Existe uma obrigação ética do Norte ajudar o Sul a solucionar os

	problemas, pois ele mesmo é que os criou; ● Propõe que todos os países, independentemente da posição de doador ou receptor, trabalhem juntos para definir e executar um plano de acção conjunto. O modelo de cooperação adjacente é horizontal pois, todos partem do princípio de que os problemas globais se convertem em ameaças globais (embora as vezes, para uns em maior e para outros em menor grau)
Exemplos	Organizações não-governamentais seguem agendas desenvolvimentistas em vários estados, as vezes contrariando a vontade política do estado onde tem a sua sede. Integrantes de fóruns multilaterais contribuem para implementação de apoio social, económico e humanitário para países cujas orientações políticas não são afins.

Fonte: Mancini (2013)

1.2.2.2. Aplicabilidade da Teoria Moderna de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento à Pesquisa

Para a presente pesquisa foi utilizada a Teoria Moderna de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento. Na qual, foram úteis 3 pressupostos: o primeiro, o terceiro e o quarto. O primeiro refere que a soberania estatal encontrou seus limites nos problemas globais, a cooperação pareceu voltar aos eixos de sua proposta solidária. Este pressuposto é relevante pois para questões climáticas não existe soberania, todos podem ser vítimas das suas consequências daí, a necessidade de romper os limites de soberania e cooperar. O segundo pressuposto refere que, existe uma obrigação ética do Norte ajudar o Sul a solucionar os problemas, pois ele mesmo é que os criou. Embora seja intrigante, existe a percepção de que os problemas ambientais surgem naturalmente, mas são largamente multiplicados pela acção do homem através da indústria e da poluição.

Os estados desenvolvidos é que manejam melhor a indústria potencialmente destrutiva, por isso é que deveriam sentir esse compromisso ético em relação aos países vítimas das suas acções. O último pressuposto, que sublinha o modelo horizontal de busca de soluções e cooperação, é relevante pois permite tanto a cooperação norte-sul, sul-sul e até grandes arranjos multilaterais, reunindo Estados fortes e fracos de todo mundo em busca de soluções para problemas globais neste caso, as mudanças no clima.

1.2.2.3. Complementaridade entre as teorias pluralista e Moderna de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento

As teorias são complementares na medida em que a teoria pluralista com a sua visão plural de assuntos e actores, permite que assuntos ligados ao desenvolvimento e ao clima encontrem espaço relevante nos debates de outros actores, fora os Estados tenham o seu papel reconhecido. A segunda auxilia a compreensão da cooperação internacional para o desenvolvimento como um facto enquanto uma acção horizontal de todos os actores internacionais, não egoísta, mas altruísta, pelo bem do mundo.

CAPÍTULO 2

COOPERAÇÃO INTERNACIONAL VS DESENVOLVIMENTO NO CONTEXTO DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS EM MOÇAMBIQUE

O presente capítulo aborda a Cooperação internacional vs desenvolvimento no contexto das mudanças climáticas em Moçambique. Em termos concretos traz um historial sobre a cooperação internacional para o clima, os acordos internacionais existentes sobre o clima, Acordos Internacionais de Combate às Mudanças Climáticas e sua implementação em Moçambique, o Desenvolvimento e a adaptação Climática, Os Efeitos dos Ciclones Idai e Kenneth em Moçambique e o Impacto Económico das Mudanças Climáticas em Moçambique.

2.1 A Cooperação Internacional para o Clima

Como se notou no primeiro capítulo sobre a Relação entre a Cooperação Internacional e o Desenvolvimento, a cooperação internacional é o conjunto de interações entre actores estatais, não estatais, subestatais, singulares e colectivos com o intuito de alcançar ganhos materiais ou imateriais. Antes os Estados eram os mais importantes e assuntos relacionados a guerra eram os mais icónicos. Com o fim das duas guerras mundiais e durante a guerra fria houve uma transformação, onde novos actores (por exemplo: Organização das Nações Unidas) e novos assuntos (economia, sociedade, entre outros) foram ganhando lugar cimeiro no sistema internacional. Com esta abertura, assuntos relacionados ao clima não ficaram de lado sobretudo ao se notar que seus efeitos são globais.

De acordo com Bezerra⁵⁴ consta da conferência de Estocolmo ou conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, que decorreu entre 5 e 16 de Junho de 1972, na capital da Suécia como o primeiro evento organizado pela ONU para discutir questões ambientais de maneira global. Esta foi marcante pois, nela, dirigentes de todo mundo sentaram pela primeira vez, à mesma mesa, para falar sobre esta temática, movidos pelo objectivo de discutir as mudanças climáticas e a qualidade da água; debater soluções para reduzir os desastres naturais; reduzir e encontrar soluções para a modificação da paisagem; elaborar as bases do desenvolvimento sustentável; limitar a utilização de pesticidas na agricultura; e reduzir a quantidade de metais pesados lançados na natureza.

⁵⁴Bezerra, Juliana (s/d) *Conferência de Estocolmo*. Disponível em <https://www.todamateria.com.br/conferencia-de-estocolmo/> consultado aos 13 de Dezembro de 2023.

No encontro os dirigentes abordaram políticas de desenvolvimento humano e a busca por uma visão comum de preservação dos recursos naturais. Esta conferência, de acordo com Bezerra,⁵⁵ contou com a presença de 113 países e 400 organizações governamentais e não-governamentais. No decurso da mesma, houve dois grupos dos quais, por um lado os desenvolvidos que defendiam a preservação e os em vias de desenvolvimento que alegavam a utilização dos recursos naturais para a sua promoção económica.

Nesta conferência foi elaborada a declaração sobre o meio ambiente humano cujos princípios seguem: descarte correcto de substâncias tóxicas, apoio a luta contra a poluição, prevenção à poluição em mares, utilização legítima do mar; garantia de um ambiente seguro para assegurar a melhoria de qualidade de vida; assistência financeira e transferência de tecnologia para os países em desenvolvimento; melhoria das políticas adequadas aos Estados da ONU; gestão racional dos recursos naturais em benefício de toda a população; investimento em educação e pesquisa; e eliminação completa das armas de destruição em massa, como bombas nucleares.

Esta não trouxe nenhum acordo completo, mas foi o princípio da integração das questões ambientais na agenda mundial e após esta conferência, foi criado o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, decidiu-se que 5 de Junho seria Dia do Ambiente e se agendou a próxima reunião (cúpula da terra) para 1992 no Rio de Janeiro, que ficou conhecida como Eco-92. Daí em diante houve vários encontros, mas para Flores⁵⁶ o Regime Internacional de Mudanças Climáticas foi formalizado em 1992 a partir da assinatura da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas que posteriormente, foi suplementado com Protocolo de Kyoto (1997) e o Acordo de Paris (2015).

Já na actualidade em mensagem no Dia Internacional da Terra, o secretário-geral da ONU, António Guterres, alertou que o mundo está enfrentando uma tripla crise: distúrbio climático e ambiental, perda de biodiversidade, poluição e desperdício. Isso está ameaçando o bem-estar e a sobrevivência de milhões

⁵⁵Bezerra, Juliana (s/d) *Conferência de Estocolmo*. Disponível em <https://www.todamateria.com.br/conferencia-de-estocolmo/> consultado aos 13 de Dezembro de 2023.

⁵⁶ Flores, Isabella Onzi (2017) *A Efectividade do Regime Internacional de Mudanças Climáticas Frente aos Desafios do Antropoceno*. Universidade Federal de Santa Catarina. P. 33

de pessoas em todo o mundo, e os alicerces de uma vida feliz e saudável – água limpa, ar fresco, clima estável e previsível.⁵⁷

Embora os últimos relatórios do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) tenham comprovado a gravidade do estado actual do nosso planeta e as incertezas quanto ao futuro, especialistas mostraram que ainda há tempo de reverter o aquecimento global a 1,5°C até o fim deste século e evitar os piores efeitos da crise climática, desde que a acção seja imediata.

Portanto, ainda há uma janela de oportunidade para a mudança e há motivos para acreditar. A Organização das Nações Unidas (ONU) destaca iniciativas inovadoras que estão em acção pelo mundo e ajudam a reparar os danos que são causados ao ambiente. Em comunicado, Guterres reforça que há 50 anos, o mundo se reuniu em Estocolmo para a crucial Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano, que deu início a um movimento global.

“Desde então, vimos que é possível atingir os objectivos quando agimos. Diminuímos o buraco na camada de ozono. Expandimos as protecções para a vida selvagem e os ecossistemas. Acabamos com o uso de combustível com chumbo, evitando milhões de mortes prematuras. E em Março de 2022, lançou-se um esforço global histórico para prevenir e acabar com a poluição plástica.

Nota-se, portanto, que a Cooperação internacional para o clima surgiu há mais de 5 décadas em Estocolmo, tendo sofrido transformações com os eventos em Kyoto e em Paris. Até agora tem surtido efeitos positivos, visto que bons resultados têm sido observados, como são os exemplos da diminuição do buraco da camada de ozono e a desaceleração do aumento dos níveis de aquecimento global. Nota-se que a actuação conjunta dos Estados responde a qualquer desafio climático que advém, entretanto, existem ainda Estados desenvolvidos como é o exemplo dos Estados Unidos da América (EUA) que por vezes se afastam deste compromisso em relação ao clima. Para entender o caso dos EUA é necessário fazer um estudo comparativo das lideranças, uma vez que Trump distanciou-se destas iniciativas

⁵⁷Schuck, Sofia (2022) disponível em <https://umsoplaneta.globo.com/clima/noticia/2022/04/22/dia-da-terra-conheca-5-iniciativas-pelo-clima-propostas-pela-onu-que-estao-ajudando-a-reparar-danos-ambientais.ghtml> consultado aos 12 de Março de 2024.

(particularmente, do acordo de Paris)⁵⁸ enquanto Obama e Biden engajaram-se muito para fortificar a cooperação internacional nesta matéria.

2.2 Acordos Internacionais Sobre o Clima

Desde que começou a preocupação com o clima a nível internacional, vários encontros foram realizados, diferentes debates foram levantados e alguns acordos internacionais foram firmados. De acordo com Pessoa,⁵⁹ no geral dos entendimentos mais sublinháveis consta: a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas, o Acordo de Copenhaga, o Acordo de Paris e o Quadro de Sendai.

2.2.1. Convenção Quadro das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas

Segundo Savaresi⁶⁰ Convenção Quadro das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (CQNUMC),⁶¹ datada do ano de 1992 é operacionalizada através do Protocolo de Kyoto.⁶² A *United Nations Climate Change*,⁶³ procurou o alcance de um consenso internacional relativo às medidas a serem implementadas no sentido de estabilizar as concentrações de gases de efeito de estufa (GEE)⁶⁴ na atmosfera a um nível que não ponha em causa todo o sistema climático global. O protocolo foi adoptado em Kyoto, no Japão, em 11 de dezembro de 1997 e entrou em vigor em 16 de fevereiro de 2005. Esse instrumento previa a redução de seis emissões de gases de efeito estufa⁶⁵ em um total de 192 países, incluindo países industrializados e membros da União Europeia, para 5,2% abaixo dos níveis

⁵⁸ Siza, Rita (2017) *Trump tira EUA do Acordo do Clima, por ser "um mau negócio"* disponível em <https://www.publico.pt/2017/06/01/mundo/noticia/os-eua-saem-do-acordo-do-clima-para-depois-voltarem-a-entrar-diz-trump-1774307> consultado aos 12 de Março de 2024 as 11 horas.

⁵⁹ Pessoa, Gonsalo (2022) *As Alterações Climáticas e a Cooperação Internacional- O caso da Fundação Fé e Cooperação* (FEC). P. 4-6

⁶⁰ Savaresi, Annalisa (2015) *The Paris Agreement: A New Beginning?* Journal of Energy and Natural Resources. P.1

⁶¹ United Nations Climate Change(s/d) *Copenhagen Climate Change Conference-December 2009*, disponível em <https://unfccc.int/process-and-meetings/conferences/past-conferences/copenhagen-climate-change-conference-december-2009/copenhagen-climate-change-conference-december-2009>. Consultado em 24 de Abril de 2024 as 22h45

⁶² Cujo órgão máximo é a conferência de Partes (COP) que tem como objectivo reunir com os países para rever os compromissos estabelecidos na convenção. Durante a COP 3 criou-se o Protocolo do Quioto com o fim de lutar contra a emissão de gases de efeito estufa (1997).

⁶³ UNITED NATIONS CLIMATE CHANGE(s/d) *The Paris Agreement*, disponível em <https://unfccc.int/process-and-meetings/conferences/the-paris-agreement/the-paris-agreement>. Consultado em 24 de Abril de 2024 as 19h30

⁶⁴ Neste sentido, o aumento da temperatura média anual em termos globais não poderá exceder os 2°C, comparativamente ao período pré-industrial.

⁶⁵ Os gases de efeito estufa, como dióxido de carbono (CO₂), metano (CH₄), óxido nitroso (N₂O), perfluorcarbonos (PFCs), hidrofluorcarbonos (HFCs) e hexafluoreto de enxofre (SF₆), afectam o balanço de energia da atmosfera de maneiras que levam a um aumento geral da temperatura média global, conhecido como aquecimento global.

de 1990 durante o período de compromisso 2008-2012, o que representaria cerca de 29% do total das emissões mundiais. No entanto, esse período foi estendido até 2020.⁶⁶

Ao reconhecer que os países desenvolvidos são os principais responsáveis pelos níveis actuais de emissões de gases de efeito estufa (GEE) como resultado de mais de 150 anos de actividade industrial ininterrupta, o Protocolo de Kyoto colocou um fardo mais pesado sobre eles. 37 Países industrializados, mais a União Europeia (UE), receberam um mandato para reduzir suas emissões de gases de efeito estufa, enquanto os países em desenvolvimento foram solicitados a cumprir voluntariamente; mais de 100 países em desenvolvimento, incluindo China e Índia, foram isentos do tratado.

O Protocolo estabeleceu mecanismos de mercado baseados na comercialização de licenças de emissão. Permitiu aos países um meio adicional para atingir suas metas por meio de três mecanismos baseados no mercado: Comércio Internacional de Emissões, Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) e Implementação Conjunta (JI).

O mecanismo de Comércio Internacional de Emissões permitiu aos países que possuem unidades de emissão de sobra (emissões permitidas, mas não “usadas”) vender esse excesso de capacidade para países que estão acima de suas metas. O Mecanismo de Desenvolvimento Limpo permitiu que um país com o compromisso de reduzir ou limitar as emissões sob o Protocolo de Kyoto implementasse um projecto para reduzir as emissões nos países em desenvolvimento (projectos verdes). O mecanismo de Implementação Conjunta permitiu que um país com o compromisso de reduzir ou limitar as emissões sob o Protocolo de Kyoto, obtivesse unidades de redução de emissões de um projeto de redução ou remoção de emissões em outra parte, cada uma equivalente a uma tonelada de CO₂, que pode ser contada para a meta de Kyoto.

Depois que o primeiro período de compromisso do Protocolo de Kyoto terminou em Dezembro de 2012, as partes do Protocolo se reuniram em Doha, Catar, para discutir uma emenda ao acordo original de Kyoto. A Emenda de Doha acrescentou novas metas para o segundo período de compromisso, 2012-2020. Enquanto o primeiro período de compromisso visava reduzir os GEE em 5%, a segunda emenda se comprometeu a reduzir as emissões de GEE em pelo menos 18% abaixo dos níveis de 1990. Isso durou pouco, pois em 2015 todos

⁶⁶ Salgado, Luis(s/d) *O que é o protocolo de Quioto?*.Disponível em <https://cemerl.org/pt/enciclopedia/e-que-es-protocolo-kioto-fu> consultado aos 18 de Marco de 2023 as 11horas e 14 minutos.

os participantes da CQNUMC assinaram outro pacto, o Acordo do Clima de Paris (também conhecido como Acordo de Paris), que substituiu efectivamente o Protocolo de Kyoto.

O protocolo de Kyoto não foi eficaz na medida em que enquanto uma parte dos Estados se esforçava em reduzir a emissão dos gases de efeito estufa, outros incrementavam no mesmo período suas emissões. Em 2005, muitos países, incluindo os da UE, planearam atingir ou superar suas metas do acordo até 2011. Outros, como os Estados Unidos e a China, os maiores emissores mundiais, produziram gases de efeito estufa suficientes para mitigar quaisquer progressos feitos por países que atingiram suas metas. De facto, houve um aumento de cerca de 40% nas emissões globais entre 1990 e 2009. Portanto, os EUA e a China, não só não contribuem para a diminuir a emissão do CO₂ no mundo como também anulam todos os esforços feitos ao nível global para esse efeito.

Paralelamente no âmbito do Comércio Internacional de Emissões, os países em desenvolvimento obtiveram créditos de carbono que poderiam negociar ou vender para países desenvolvidos, permitindo aos países em desenvolvimento um nível mais alto de limites de emissões de carbono para aquele período. Isso permitiu que os países desenvolvidos continuassem emitindo GEE. Logo, não houve avanços.

Por último, os EUA, potência mundial, abandonaram o acordo em 2001, chamando o tratado de injusto porque forçava os países desenvolvidos a reduzirem as emissões e achava que isso prejudicaria a sua economia.

As negociações foram obscurecidas por política, dinheiro, falta de liderança e falta de consenso. As emissões de GEE continuam a aumentar e os países não estão a lidar com elas com rapidez suficiente ou conseguiram criar acções de redução obrigatórias, apesar da entrada em vigor de novos entendimentos. Aqui revela-se a falta de vontade política dos dirigentes dos países mais poluidores do mundo em colaborar para a mitigação dos efeitos das mudanças climáticas ao nível global.

2.2.2. Acordo de Copenhaga

Em 2009, dá-se o Acordo de Copenhaga, que teve diversos elementos centrais, a saber: a limitação do aumento da temperatura média anual a menos de 2°C em comparação

com os níveis pré-industriais, sujeito a uma devida revisão no ano de 2015, bem como a promessa dos países desenvolvidos de financiarem projectos, acções e intervenções que permitam a redução das emissões de GEE e adaptação aos efeitos nocivos das mudanças climáticas nos países do sul global,⁶⁷ através do fornecimento de tecnologia, recursos financeiros e construção de capacidades para procederem à devida adaptação e criação de resiliência face à degradação ambiental.⁶⁸

De acordo com a *Euronews*⁶⁹ o acordo mínimo conseguido em Copenhaga fixou algumas medidas de cooperação internacional, mas atrasou a tomada de decisões concretas para um novo encontro que teria lugar, no México, em 2010. O texto negociado fixa em dois graus centígrados o limite máximo do aumento da temperatura até 2050 sem, no entanto, estipular quaisquer medidas para cumprir a promessa. O documento não menciona nenhum objectivo em relação à redução das emissões de CO₂ e relega a função para os países industrializados, que se reúnem em Janeiro para tentar fixar uma meta até 2020. Um outro aspecto é o facto de o texto não prever a criação de uma instância internacional para verificar a aplicação das medidas tomadas por cada país.

Para o financiamento aos países pobres, saiu de Copenhaga a promessa de 17 mil milhões de euros dentro de 3 anos, disponibilizados pela União Europeia, Japão e Estados Unidos. Até 2020, os países industrializados comprometeram-se a mobilizar 70 mil milhões de euros, para fazer frente ao aquecimento global e à desflorestação, nas nações em desenvolvimento.

2.2.3. Acordo de Paris

O acordo de Paris representa um marco bastante importante no que respeita ao combate às alterações climáticas à escala global pois, pela primeira vez, foi um acordo que vinculou todas as nações a nível mundial em torno de uma causa comum que é o combate às mudanças climáticas e a adaptação aos seus efeitos. Foi adoptado na COP 21 em Paris, a 12 de Dezembro de 2015, sendo que entrou em vigor a 4 de Novembro de 2016 e teve como

⁶⁷United NationsClimateChange(s/d) *Copenhagen ClimateChangeConference-December 2009*, disponível em <https://unfccc.int/process-and-meetings/conferences/past-conferences/copenhagen-climate-change-conference-december-2009/copenhagen-climate-change-conference-december-2009>. Consultado em 24 de Abril de 2024 às 22h45

⁶⁸Denton, F. (2013) *ClimateAdaptation*. Disponível em <https://idl-bnc-idrc.spacedirect.org/bitstream/handle/10625/51571/IDL-51571.pdf?sequence=1&isAllowed=y> . Consultado em 24 de Abril de 2024 às 22h45

⁶⁹Euronews (2009) disponível em <https://pt.euronews.com/2009/12/19/acordo-de-copenhaga-ponto-por-ponto> consultado aos 18 de Março de 2024 às 13 e 53 minutos.

objectivo fundamental a limitação do aquecimento global muito a baixo dos 2 °C e, preferencialmente, a baixo dos 1,5°C, comparativamente aos níveis pré-industriais.

Este acordo vem reafirmar o dever dos países mais desenvolvidos de liderarem a prestação de apoio financeiro aos países menos desenvolvidos e mais vulneráveis a estes fenómenos, sendo que também incentiva o mesmo, de forma voluntária, a outros países interessados. Neste sentido, este investimento serve, justamente, para a garantia da resiliência e adaptação climática no seio das comunidades locais, regiões e países mais vulneráveis à degradação do meio ambiente.

O Acordo de Paris também faz referência ao desenvolvimento e transferência de tecnologias que permitam a melhoria de técnicas resilientes às alterações climáticas, bem como a redução das emissões de GEE. Também se faz uma grande alusão à capacitação com relação ao clima e meio ambiente dirigida aos países em desenvolvimento, no sentido de os mesmos adoptarem práticas mais sustentáveis e resilientes, que permitam uma maximização dos produtos gerados, em concomitância com as boas práticas que não ponham em causa o meio ambiente e o clima.⁷⁰ Os países não estão no caminho certo para alcançar o Acordo de Paris: um relatório da CQNUMC indicou que as nações devem redobrar seus esforços climáticos se quiserem cumprir a meta do Acordo de Paris de limitar o aumento da temperatura global a 2°C, idealmente 1,5°C, por 2100.⁷¹

2.2.4. Quadro de Sendai

O Quadro de Sendai para a Redução de Risco de Desastres 2015-2030, que foi oficialmente adoptado na Terceira Conferência Mundial das Nações Unidas em Sendai, no Japão, a 18 de Março de 2015. Este foi especificamente desenhado para a promoção da resiliência dos países e comunidades no que concerne a desastres das mais variadas ordens.

O Quadro de Sendai foca-se, grosso modo, na gestão de riscos de desastres naturais, tanto dos que são provocados pelo homem, como os biológicos, tecnológicos e ambientais, sendo que também se foca bastante no sector da saúde.

⁷⁰ United Nations Climate Change(s/d) *The Paris Agreement*, disponível em <https://unfccc.int/process-and-meetings/conferences/the-paris-agreement/the-paris-agreement>. Consultado em 24 de Abril de 2024 as 22h45

⁷¹ Euronews(2009) disponível em <https://pt.euronews.com/2009/12/19/acordo-de-copenhaga-ponto-por-ponto> consultado aos 18 de Março de 2024 as 13 e 53 minutos.

O mesmo foca-se ainda nas vidas humanas, meios de saúde e subsistência, e nos activos, sejam eles físicos, sociais, culturais, ambientais ou económicos, sendo que o seu objectivo fulcral é precisamente a prevenção de novos riscos de desastres, bem como a redução dos mesmos, através do desenho e implementação de um conjunto de medidas económicas, estruturais, sociais, sanitárias, ambientais, educacionais, tecnológicas, políticas e institucionais, numa óptica inclusiva que evite a exposição aos riscos e vulnerabilidade das comunidades no geral e como um todo.⁷²

Tanto a CQNUMC, o acordo de Copenhaga, quanto o acordo de Paris e o Quadro de Sendai tem sido implementados com um forte nível de comprometimento por uma parte dos Estados. Esses Estados estão cientes de que, as mudanças climáticas são como uma bomba relógio que ameaça a humanidade assim, os Estados com forte investimento industrial tem procurado reduzir a libertação dos gases de efeito estufa, o que de certa forma desacelera a destruição da camada de ozono; os Estados desenvolvidos tem financiado projectos sobre as mudanças climáticas, tem ensinado práticas amigas do ambiente, tem transferido tecnologias resilientes aos desastres naturais (no âmbito de construção e de transportes); e existem esforços de prevenção das mudanças climáticas desde o nível do sistema internacional até ao nível nacional. Sobre os níveis de aquecimento global, com os esforços empreendidos, existe esperança de que se mantenha no máximo nos 1,5°C, temperatura que não seria altamente destrutiva para os seres vivos na terra a longo prazo.

Alguns exemplos desse esforço são as grandes contribuições na sensibilização para a descarbonização derivada da eletrificação do consumo, substituindo a electricidade produzida a partir de fontes fósseis pela gerada a partir de fontes renováveis (energia eólica e painéis solares, carros eléctricos e a gás), o que torna mais limpos também outros sectores, como o dos transportes. Sensibilização para despertar a consciência ecológica e a motivação de futuras gerações sensíveis às questões ambientais (por exemplo, evitar o uso do plástico e substituí-lo pelo papel reciclado), surgimento de partidos verdes ou ecologistas (Moçambique possui pelo menos um, mas começaram a surgir na década 1980, tendo aparecido em Portugal em 1982, no Rio de Janeiro em 1986 e na França em 1984), implementação de projectos de captura de carbono (Moçambique é exemplo através do projecto de Restauração e Reabilitação do Ecossistema do Mangal ao longo da área costeira no geral e especificamente

⁷²Disaster Risk Management Information Management System(s/d) Quadro de Sendai para RRD. Disponível em <https://drmime.sadc.int/pt/sendai-framework/sendai-framework-for-drr> consultado em 01 de Fevereiro de 2024

a do Posto Administrativo de Nhangau, na cidade da Beira, província de Sofala financiado pela União Europeia através do Fundo Acelerador de Carbono Azul).

Entretanto, pese embora haja um esforço notável por parte da maior parte dos Estados para lidar com este mal existem ainda Estados industrializados pouco sensíveis a necessidade de preservar o clima cujo posicionamento de quando em vez mina a materialização destes instrumentos.

2.3. Acordos Internacionais de Combate às Mudanças Climáticas e sua implementação em Moçambique

Moçambique aderiu à Convenção Quadro das Nações Unidas sobre as mudanças climáticas e ao Quadro de Sendai; é signatário do protocolo de Kyoto e dos acordos de Paris e de Copenhaga. Moçambique implementa estes acordos através da inserção desta matéria nas suas políticas de governação, tendo para tal um Ministério ligado ao ambiente, grupos de trabalho inter-sectoriais e inter-ministeriais e documentos mestres sobre as mudanças climáticas, a título de exemplo, a Estratégia Nacional de Adaptação e Mitigação das mudanças climáticas (ENAMMC).

A ENAMMC⁷³ tem as suas bases na Convenção Quadro das Nações Unidas para as Mudanças Climáticas (CQNUMC) e no Quadro de Acção de Kyoto sobre a redução do risco de desastres. Deste modo, a estratégia assenta sobre os princípios basilares destes tratados internacionais e sobre as políticas nacionais de género e equidade social e mudanças climáticas, bem como um conjunto de políticas e estratégias sectoriais que têm em vista facilitar e promover um desenvolvimento harmonioso e resiliente às mudanças climáticas e os mecanismos de eficiência energética e de utilização sustentável de recursos naturais.

O documento foi preparado em 2012 pelo Grupo Inter-Institucional para as Mudanças Climáticas (GIIMC), o qual representa diferentes ministérios, o sector privado e a sociedade civil, sob coordenação do Ministério para a Coordenação da Acção Ambiental (MICOA). O processo consistiu (i) na revisão do quadro legal e institucional sobre as mudanças climáticas, bem como das políticas e estratégias de desenvolvimento sectoriais, incluindo das políticas e

⁷³ República de Moçambique; Ministério para a Coordenação da Acção Ambiental (2012) *Estratégia Nacional de Adaptação e Mitigação das Mudanças Climáticas 2013-2025*. Maputo. P. x

programas integrados de desenvolvimento; (ii) na revisão de informação técnica sobre os impactos das mudanças climáticas e as emissões, incluindo as comunicações nacionais, os inventários de emissões por fontes e de remoções por sumidouros de GEE e as projecções dos cenários climáticos e os impactos sectoriais associados.

O objectivo geral da ENAMMC⁷⁴ é “estabelecer as directrizes de acção para criar resiliência, incluindo a redução dos riscos climáticos, nas comunidades e na economia nacional e promover o desenvolvimento de baixo carbono e a economia verde, através da sua integração no processo de planificação sectorial e local”. Os objectivos específicos são:

- 1) Tornar Moçambique resiliente aos impactos das mudanças climáticas, reduzindo ao mínimo os riscos climáticos para pessoas e bens, restaurando e assegurando o uso racional e a protecção do capital natural e edificado;
- 2) Identificar e implementar as oportunidades de redução das emissões de GEE que contribuam para o uso sustentável dos recursos naturais e acesso a recursos financeiros, tecnológicos a preços acessíveis e a redução da poluição e da degradação ambiental promovendo um desenvolvimento de baixo carbono; e
- 3) Criar a capacidade institucional e humana, bem como explorar oportunidades de acesso a recursos tecnológicos e financeiros para implementar a ENAMMC.⁷⁵

Tomando especial atenção ao quadro de sendai, Moçambique possui a Revisão intercalar da implementação do Quadro de Sendai para a redução do risco de desastres 2015-2030⁷⁶ e este aborda o nível de implementação do quadro, olhando por exemplo para a redução da mortalidade por desastre, redução de pessoas afectadas, reduzir a perda económica directa de desastres em relação ao PIB, reduzir danos a infra-estruturas críticas, aumentar estratégias locais, aumentar substancialmente a cooperação internacional. Neste último subponto Moçambique trabalhou com, PMA, OCHA, UNICEF, UNHABITAT, FAO, OIM, UNFPA, PNUD, Banco Mundial, Banco Africano do Desenvolvimento, cruz vermelha, *save the children*, organizações religiosas, União europeia, Japão, África do Sul, Bélgica, Espanha, Zimbabwe, entre outros. E a cooperação vista sob ponto de vista multilateral e bilateral cingiu-se em ajuda humanitária, reassentamento e reconstrução; preservação do meio

⁷⁴República de Moçambique; Ministério para a Coordenação da Acção Ambiental (2012) *Estratégia Nacional de Adaptação e Mitigação das Mudanças Climáticas 2013-2025*. Maputo. P. x

⁷⁵República de Moçambique; Ministério para a Coordenação da Acção Ambiental (2012) *Estratégia Nacional de Adaptação e Mitigação das Mudanças Climáticas 2013-2025*. Maputo. P. x

⁷⁶Sitoe, Almeida (2023) Revisão intercalar da implementação do Quadro de Sendai para a redução do risco de desastres 2015-2030. Relatório Síntese. INGD e PNUD. P. 34-35

ambiente, transferência de conhecimentos sobre mudanças climáticas e projectos resilientes às mudanças climáticas.

2.4. O Desenvolvimento e a adaptação Climática

As mudanças climáticas afectam negativamente o desenvolvimento nacional e demandam uma postura nacional de adaptação climática e resiliência. As consequências das mudanças climáticas para o país incluem a perda de vidas humanas, de culturas agrícolas, de animais domésticos e fauna bravia, a destruição de infra-estruturas sociais e económicas, o aumento da dependência da ajuda internacional, o aumento dos preços dos produtos agrícolas, a deterioração da saúde humana, a degradação ambiental e perda de ecossistemas.⁷⁷

As Mudanças Climáticas representam, um retrocesso aos esforços do Governo e seus parceiros no combate à pobreza e perseguição dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).⁷⁸ Moçambique é o quinto país mais vulnerável do mundo de acordo com o índice de vulnerabilidade de mudanças climáticas.⁷⁹ De acordo com Langa,⁸⁰ em Moçambique, limitações financeiras associadas ao aumento da frequência e severidade dos desastres naturais tem dificultado a capacidade do Estado para reduzir o risco de desastres e adaptar-se efectivamente às mudanças climáticas. Adaptar-se significa apostar em infra-estruturas resilientes caso eventos extremos aconteçam; investir na tecnologia, educar a população sobre as mudanças climáticas e priorizar na economia, sectores que não sejam vulneráveis aos choques climáticos para serem a base do desenvolvimento. A pobreza, o fraco investimento na tecnologia e as fracas infra-estruturas sócio-económicas tem sido um grande limitante deste esforço de se adaptar às mudanças climáticas.

⁷⁷<https://reddmozambique.wixsite.com/blog/florestas-em-mo-ambique> consultado a 13 de Outubro de 2023. As 17h10

⁷⁸<https://www.mta.gov.mz/mudancas-climaticas/mudancas-climaticas/> consultado aos 29 de Julho de 2022.].as 22h45

⁷⁹República de Moçambique Ministério da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural (2016) *Estratégia Nacional para a Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal, Conservação de Florestas e Aumento de Reservas de Carbono Através de Florestas (REDD+) 2016-2030*. Maputo. Disponível em file:///C:/Users/Estela/Downloads/Estrate%CC%81gia%20do%20REDD+%20Brochura.pdf. p. 12 consultado em 14 de Maio de 2024 as 21h55

⁸⁰ Langa, Floripes (2023) *Implicações das Mudanças Climáticas para a Segurança Nacional de Moçambique*. FNI. Maputo

2.4.1. Os Efeitos dos Ciclones Idai e Kenneth em Moçambique

O Ciclone Idai ocorreu em 2019 e afectou grandemente a província de Sofala e não só. Deste evento extremo, que é consequência das mudanças climáticas, às quais Moçambique é vulnerável devido à sua localização geográfica e à existência de extensas áreas com altitude abaixo do actual nível das águas do mar, veio um saldo de mais de 500 mortes, milhares de desabrigados, infra-estruturas destruídas (escolas, hospitais, etc), acesso a energia eléctrica, água potável e o saneamento básico afectados, animais e mais de 300000 hectares de plantações foram perdidas.⁸¹ Como se pode ver na imagem abaixo, uma vista aérea de como ficou Beira após o ciclone Idai.

Figura 1. Ilustração aérea de Telhados e copas de Palmeiras emergindo das águas das cheias causadas pela tempestade do ciclone tropical Idai e pelas cheias dos rios na Beira.



Fonte: https://www.wundeground.com/cat6/tropical-cyclone-idais-death-toll-mozambique-may-exceed-1000?cm_ven=cat6-widget.

Ainda na mesma estação seguiu o ciclone Kenneth que fez mais de 600 vítimas mortais e gerou mais de 2.5 milhão de pessoas necessitadas. Estes ciclones afectaram um total de 50 distritos das províncias da Zambézia, Sofala, Manica, Tete e Inhambane (UNICEF).⁸² Foram demandados milhares de dólares para assistência as vítimas e acima de tudo, a adopção de um *modus vivendi* (estilo de vida, construção, etc) resilientes às mudanças climáticas.⁸³

⁸¹Langa, Floripes (2023) *Implicações das Mudanças Climáticas para a Segurança Nacional de Moçambique*. FNI. Maputo.

⁸²UNICEF (2019) *Ciclone Idai e Kenneth: Pela primeira vez dois ciclones fortes atingem Moçambique durante a mesma estação*. Disponível em <https://www.unicef.org/mozambique/ciclone-idai-e-kennh> consultado em 18 de Maio de 2024

⁸³ Samo, Dércio. Cidadão da Beira. Entrevistado a 10 de Outubro de 2023.

Manhice,⁸⁴ residente da cidade da Beira falou na primeira pessoa do impacto dos ciclones Idai e Keneth na sua comunidade. *“Resumiu o impacto em Desastre total, mortes, perda de bens, perda de empregos e bastante fome.”*“Joaquim falou de muita destruição a todos os níveis, enchentes, que por sua vez provocaram muitas doenças, mortes e trauma nas pessoas.” Manecas,⁸⁵ por sua vez, elencou que *“os dois Ciclones tiveram um impacto negativo sobre a sua comunidade, porque muitas casas desabaram e outras ficaram sem cobertura, as estradas ficaram intransitáveis, o sistema de rede eléctrica ficou comprometido.”* Domingues⁸⁶ disse que *“os ciclones causaram-lhe grande impacto psicológico, sentiu ansiedade e medo pois, nunca pensou que aquilo poderia acontecer.”*

Em resposta, a comunidade adoptou nova postura conforme relatam os entrevistados, Manecas,⁸⁷ disse que *“o governo e parceiros fizeram sensibilização para que a população se retirasse das zonas de risco para as zonas consideradas seguras e optassem por construir infra-estruturas resilientes.”* E, participaram do processo de reconstrução o Governo moçambicano, Banco Mundial, CARE, UNICEF, entre outros.

2.4.2. Impacto Económico das Mudanças Climáticas em Moçambique

De acordo com Tsenane⁸⁸ as mudanças climáticas têm um impacto económico negativo. Para a autora as mudanças climáticas produzem eventos extremos, tais como ciclones, secas e cheias. Estes eventos extremos afectam os sectores que permitem o desenvolvimento económico sendo a agricultura considerada a base para o desenvolvimento nacional, o sector mais afectado; têm consequências negativas no desempenho da economia do país levando a redução do crescimento do PIB. De acordo com o Banco Mundial⁸⁹ os ganhos económicos nacionais são, significativamente, prejudicados por eventos hidrológicos e climáticos recorrentes estimando-se que os prejuízos económicos resultantes destes eventos atingem em média 1,1% do Produto Interno Bruto (PIB) por ano. Adicionalmente as consequências das mudanças climáticas têm contribuído para o desvio de aplicação dos

⁸⁴Sheima Carla Manhice, médica, residente na Cidade da Beira, entrevistada aos 08 de janeiro de 2024

⁸⁵ Fernando Manecas, Professor na Cidade da Beira, entrevistado aos 09 de Janeiro de 2024

⁸⁶RodriguesVirgílio Domingues, residente na Cidade da Beira entrevistado aos 12 de Janeiro de 2024

⁸⁷ Idem

⁸⁸Tsenane, Paula (2021) *Eventos Climáticos Extremos e Segurança Nacional em Moçambique: Desafios e Perspectivas Para o Sector da Defesa* – FADM.Revista Moçambicana de Estudos Internacionais – RMEI ISSN: 2616-2105, Volume 03, nº 01, 2021

⁸⁹<https://revistas.ufjr.br/index.php/bg/issue/view/2126> visitado em 05 de Fevereiro de 2024 as 16h48

recursos da área de desenvolvimento para investimento, em acções de reposta à emergência e reconstrução pós-calamidades afectando negativamente o crescimento económico do país, além de incrementar os níveis de endividamento do Estado.

Portanto, os ciclones Idai e Keneth foram o exemplo mais evidente de que todos os esforços feitos por Moçambique e seus parceiros de cooperação internacional para evitar as mudanças climáticas ainda são incipientes, pois tudo o que os acordos previam acontecer no mundo e criaram mecanismos para a sua prevenção (Acordo de Paris e Quadro de Sendai) não se fizeram sentir no País.

Estes acordos não se fizeram sentir principalmente pela falta de financiamento para a prevenção de novos riscos de desastres e dos eventos climáticos severos e por isso aconteceram e causaram mortes, destruíram infraestruturas públicas e privadas, houve desempregados, geraram fome, e problemas de saneamento do meio, para além dos traumas psicológicos que terão causado a população. Sobre o impacto económico das mudanças climáticas em Moçambique destaca-se que inibem a prática da agricultura (que corresponde a base do desenvolvimento em Moçambique), reduz o crescimento económico e ocasiona o desvio de alocação de recursos financeiros antes dedicados ao desenvolvimento, para a reconstrução pós-eventos climáticos extremos.

CAPÍTULO 3

DESAFIOS DE MOÇAMBIQUE NA OPERACIONALIZAÇÃO DOS ODS SOBRE AS MUDANÇAS CLIMÁTICAS

O presente capítulo, primeiro, apresenta os ODS, aborda a operacionalização dos ODS sobre o ambiente no geral ao nível internacional, de seguida a operacionalização dos ODS ao nível nacional e por fim indica os desafios que o país enfrenta no âmbito da cooperação internacional para o desenvolvimento para a operacionalização dos ODS sobre o clima.

3.1 Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

Figura 2: ODS



Fonte: <https://dssbr.ensp.fiocruz.br/agenda-2030/conheca-os-ods/>

Entre os dias 25 e 27 de Setembro de 2015, em reunião dos chefes de Estado e de governos e altos representantes da ONU foi assinada em Nova York a declaração que aprovou a existência dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), composta por 17 objectivos e 169 metas.⁹⁰ Os ODS pretendem cumprir uma agenda política de grande alcance que fixe metas globais para o desenvolvimento. É uma agenda de longo prazo, a qual procura traçar caminhos e interlocuções a respeito das prioridades, capacidades e resultados alcançados em escala global.

⁹⁰ ENAP Cadernos (2018) *Desafios e Condicionantes para Implementação da Agenda ODS na Administração Pública Federal Brasileira*. Brasília P.6-7

Historicamente, a Organização das Nações Unidas (ONU) mobiliza os governos nacionais em torno da pauta do desenvolvimento humano e da construção de valores comuns para a promoção dos direitos humanos.⁹¹ Ela se fundamenta na Declaração Universal dos Direitos Humanos, tratados internacionais de direitos humanos, propósitos e princípios da Carta das Nações Unidas e da Declaração do Milénio.

A Agenda 2030 reitera os resultados de diversos fóruns de discussão internacional realizados, nos últimos anos, sobre a temática do desenvolvimento sustentável,⁹² dentre os quais se destaca a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, popularmente conhecida como Rio+20.

A Conferência Rio+20, realizada em 2012, marcou o início da mobilização pelos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS.⁹³ Nesta ocasião, foram sedimentados os valores e directrizes mundiais de desenvolvimento humano para a Agenda pós-2015.

Nesse sentido, o documento final da Rio+20, fruto das discussões e dos consensos atingidos nesta conferência, sinalizou a importância de elaboração de novos objectivos, metas e indicadores para uma agenda de desenvolvimento humano mais ampla.⁹⁴

A nova proposta, portanto, não nasce do vácuo. Ela é a cristalização de uma série de acções e pactos do sistema ONU que lhes antecedem e lhes dão fundamento. Além da Rio+20, destaca-se também como precedente basilar para a construção da Agenda 2030, os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM), agenda pactuada às vésperas do ano 2000 e materializada na Declaração do Milénio.

Os oito Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM), ora substituídos pelos ODS eram: 1-Eradicar a pobreza extrema e a fome; 2- Atingir o ensino básico universal; 3-Promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres; 4- Reduzir a mortalidade infantil; 5- Melhorar a saúde materna; 6- Combater o HIV/AIDS, a malária e outras doenças;

⁹¹ ONU Organização das Nações Unidas (2016) *Roteiro para a Localização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: Implementação e Acompanhamento no nível subnacional*. Disponível em <http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/library/ods/roteiro-para-a-localizacao-dos-objetivos-de-desenvolvimento-sust.html> consultado em 17 de Maio de 2024 as 20h00 .

⁹² Idem

⁹³ Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (CNODS) (2017) *Plano de Ação 2017-2019. Comissão Nacional ODS Brasil*. Disponível em :<http://www4.planalto.gov.br/ods/publicacoes/plano-de-acao-da-cnods-2017-2019> .consultado em 20 de Maio de 2024 as 20h05

⁹⁴ PNUD Programa das Nações Unidas Para o Desenvolvimento (2015). *Acompanhando a agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável: subsídios iniciais do Sistema das Nações Unidas no Brasil sobre a identificação de indicadores nacionais referentes aos objetivos de desenvolvimento sustentável*/Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Brasília: PNUD, 2015. P 250

7- Garantir a sustentabilidade ambiental e; 8- Estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento.

De acordo com a ONU⁹⁵ são Objectivos de Desenvolvimento Sustentável: 1) Erradicação da Pobreza; 2) Fome Zero e Agricultura Sustentável; 3) Saúde e Bem-Estar; 4) Educação de Qualidade; 5) Igualdade de Género; 6) Água Potável e Saneamento; 7) Energia Limpa e Acessível; 8) Trabalho Decente e Crescimento Económico; 9) Indústria, Inovação e Infra-estrutura; 10) Redução das Desigualdades; 11) Cidades e Comunidades Sustentáveis; 12) Consumo e Produção Responsáveis; 13) Acção Contra a Mudança Global do Clima; 14) Vida na Água; 15) Vida Terrestre; 16) Paz, Justiça e Instituições Eficazes; e 17) Parcerias e Meios de Implementação.

3.2 Operacionalização dos ODS sobre o Ambiente ao Nível Internacional

Tendo em consideração a CID apresentamos em seguida a forma de operacionalização dos ODS ao nível internacional com base na cooperação Norte-Sul e também na cooperação Sul-Sul.

3.2.1. Cooperação Norte-Sul para a Operacionalização dos ODS sobre o Clima

Por um lado, a cooperação Norte-Sul, procura a operacionalização dos ODS sobre o clima ao nível global, através da implementação do compromisso assumido pelos países desenvolvidos na Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, de mobilizar conjuntamente 100 bilhões de dólares anualmente até 2020 de todas as fontes para atender às necessidades dos países em desenvolvimento no contexto de acções de mitigação significativas e de transparência na implementação e operacionalização plena do Fundo Verde para o Clima por meio de sua capitalização o mais rápido possível.⁹⁶

Tendo em conta a nossa delimitação espaço temporal, em 2017 o presidente Donald Trump tomou a decisão de retirar os EUA do Acordo de Paris alegando que deixar países como Índia e China que também são grandes poluidores, usarem combustíveis fósseis

⁹⁵ONU Organização das Nações Unidas (2016) *Roteiro para a Localização dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável: Implementação e Acompanhamento no nível subnacional*. Disponível em <http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/library/ods/roteiro-para-a-localizacao-dos-objetivos-de-desenvolvimento-sust.html>. Consultado em 17 de Maio de 2024 as 20h05

⁹⁶<https://www.undp.org/pt/mozambique/objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel/A%C3%A7%C3%A3o-Clim%C3%A1tica> consultado em 17 de Maio de 2024 as 20h00

enquanto os EUA tinham que reduzir seu carbono era injusto. Além de que, aderir a este acordo, custaria muitos postos de emprego aos americanos. A retirada foi oficializada em 4 de Novembro de 2020. Trump passou grande parte do seu tempo no cargo, enfraquecendo muitos dos alicerces do clima do país e barreiras ambientais.⁹⁷

No nosso entender, a governação Trump, trouxe um retrocesso aos esforços mundiais na operacionalização dos ODS sobre o clima.

Com a saída de Trump e a entrada imediata da administração do presidente Joe Biden em 2021, os EUA retomaram ao acordo de Paris e aos esforços internacionais para mitigar a mudança climática e implementar a estrutura do Acordo de Paris. Estas medidas, foram retomadas no seu primeiro dia de mandato como presidente dos EUA.⁹⁸ Este acto mostra o comprometimento que o governo de Joe Biden tinha para operacionalizar os ODS sobre o clima. Especialistas afirmam que a retomada dos acordos foi um passo significativo do governo Biden para reverter as políticas climáticas dos últimos quatro anos. Ademais, sendo os EUA um grande mobilizador de recursos financeiros ao nível mundial para a operacionalização dos ODS, via-se nesta mudança uma esperança e uma nova dinâmica no que concerne a operacionalização dos ODS sobre o clima a nível global.

Os EUA como líderes de longa data no desenvolvimento global, estavam empenhados em promover acções concretas para a efectivação dos ODS juntamente com os seus parceiros em todo o mundo. EUA tornaram-se os maiores doadores bilaterais, investindo mais de 100 mil milhões de dólares em Ajuda Oficial ao Desenvolvimento só nos últimos dois anos (2021 e 2022) na perspectiva do cumprimento dos ODS a nível global.⁹⁹

Entretanto, como não podem agir isoladamente, os EUA no seu papel de liderança, em várias cimeiras pediram a todas as nações, ao sector privado, à sociedade civil e aos parceiros locais para que alavancassem as suas respectivas capacidades para fazerem face ao progresso decisivo necessário para se alcançar os ODS.

Outrossim, os EUA comprometeram-se, juntamente com os parceiros do G7, a mobilizar 600 mil milhões de dólares até 2027 através da Parceria Global para Infra-estruturas e Investimento (PGII) para ajudar a fechar a lacuna de infra-estruturas resilientes nos países de baixo e médio rendimento como por exemplo, o Pacto de Conectividade e Resiliência Costeira de 500 milhões de dólares em Moçambique; e um Programa Limiar de 60 milhões de dólares no

⁹⁷ <https://www.codexremote.com.br/blogcodex/o-que-podera-mudar-com-a-volta-dos-eua-ao-acordo-de-paris/> consultado em 17 de Maio de 2024 as 20h00

⁹⁸ <https://www.codexremote.com.br/blogcodex/o-que-podera-mudar-com-a-volta-dos-eua-ao-acordo-de-paris/> consultado em 17 de Maio de 2024 as 20h00

⁹⁹ Idem

Quénia para apoiar os esforços do governo para fornecer transportes públicos limpos a Nairobi.¹⁰⁰

No que diz respeito a União Europeia (EU), esta tem colaborado, neste esforço colectivo, com a ONU, os grupos de nações do G7 e do G20, o Grupo do Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional, a Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Económicos (OCDE) para fazer face aos ODS.

Sob a liderança da presidente Ursula von der Leyen, a Comissão europeia apresentou um programa político ambicioso para alcançar a sustentabilidade dentro da UE e além fronteiras, que é o Pacto Ecológico. Este é parte integrante da estratégia desta Comissão para executar a Agenda 2030 e concretizar os ODS das Nações Unidas com base na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas. Deste modo, Através das suas parcerias internacionais, a UE prossegue os objetivos do Pacto Ecológico Europeu a nível mundial e os progressos na consecução dos ODS pertinentes.¹⁰¹

Cerca de 35% do orçamento do Instrumento de Vizinhança, de Cooperação para o Desenvolvimento e de Cooperação Internacional – Europa Global (IVCDI – Europa Global) contribui para a acção climática (ODS 13), nomeadamente através do apoio à energia sustentável (ODS 7). A UE comprometeu-se igualmente a duplicar o seu financiamento internacional para a biodiversidade (ODS 15 e 14), em especial para os países mais vulneráveis, no período de 2021-2027.¹⁰²

A UE também intensificou o seu apoio à agricultura sustentável (ODS 2), aos recursos hídricos (ODS 6) e ao consumo e produção sustentáveis (ODS 12), incluindo a economia circular em países parceiros. Está ainda a implementar a sua Estratégia Global Gateway,¹⁰³ destinada a investimentos sustentáveis em infraestruturas a nível mundial.¹⁰⁴

Ademais, a EU tem feito mobilização do setor privado para apoiar a construção de infraestruturas resilientes no domínio de energia sustentável e das alterações climáticas,

¹⁰⁰ <https://www.state.gov/translations/portuguese/ficha-informativa-accao-dos-estados-unidos-no-desenvolvimento-global/> consultado em 17 de Maio de 2024 as 20h10

¹⁰¹ EUR-Lex Instrumento de Vizinhança, de Cooperação para o Desenvolvimento e de Cooperação Internacional – Europa Global (eur.lex.europa.eu). consultado em 17 de Maio de 2024 as 20h10

¹⁰² EUR-Lex (sd) Instrumento de Vizinhança, de Cooperação para o Desenvolvimento e de Cooperação Internacional – Europa Global (eur.lex.europa.eu). Disponível em <https://eur-lex.europa.eu/PT/legal-content/summary/global-europe-the-eu-neighbourhood-development-and-international-cooperation-instrument.html>. visitado em 17 de Maio de 2024 as 20h10

¹⁰³ Estratégia Global Gateway (europa.eu). disponível em https://international-partnerships.ec.europa.eu/policies/global-gateway_pt. Consultado em 17 de Maio de 2024 as 20h30

¹⁰⁴ EUR-Lex (sd) Instrumento de Vizinhança, de Cooperação para o Desenvolvimento e de Cooperação Internacional – Europa Global (eur.lex.europa.eu) Disponível em <https://eur-lex.europa.eu/PT/legal-content/summary/global-europe-the-eu-neighbourhood-development-and-international-cooperation-instrument.html>. visitado em 17 de Maio de 2024 as 20h10

nomeadamente através de iniciativas emblemáticas como a Iniciativa Energia Verde África-Europa, a iniciativa para a transição ecológica na América Latina e nas Caraíbas ou a iniciativa relativa à água, à energia e às alterações climáticas na Ásia Central. Estas ações são realizadas de acordo com uma abordagem da Equipa Europa, que reúne a UE, os seus Estados-Membros e bancos nacionais de desenvolvimento, bem como o Banco Europeu de Investimento e o Banco Europeu de Reconstrução e Desenvolvimento.¹⁰⁵

Os EUA, por sua vez, demonstraram na Cimeira dos Líderes do G20 em 2021, que continuam a alavancar estrategicamente o capital público para mobilizar investimentos do sector privado em todo o mundo e para desenvolver corredores económicos transformadores, expandir os mercados regionais, diversificar as cadeias de abastecimento e apoiar sistemas mais resilientes de energia, alimentos, digitais e de saúde.¹⁰⁶

Por parte da UE, internamente, para realizar progressos decisivos em matéria de acção climática (ODS 13), a UE acordou recentemente um quadro regulamentar e político renovado em prol de uma maior ambição climática. A UE e os seus Estados-Membros cumpriram plenamente os seus compromissos internacionais em matéria de clima ao reduzir as emissões de gases com efeito de estufa em 20% até 2020, em comparação com 1990. O Pacto Ecológico Europeu procura tornar a Europa o primeiro continente com impacto neutro no clima até 2050. Foi explicitamente concebido como parte integrante da estratégia para a execução da Agenda 2030 e dos ODS.¹⁰⁷

Além disso, a UE tem feito propostas legislativas para pôr em prática as metas de redução do CO₂ até 55% em todos os sectores económicos até 2030, através da tarificação do carbono, sob a forma do Sistema de Comércio de Licenças de Emissão da UE. As instituições da UE chegaram recentemente a acordo sobre o reforço e o alargamento do comércio de licenças de emissão, a redução das emissões nacionais nos sectores dos transportes, da construção, dos resíduos e da agricultura, o fim da venda de veículos novos emissores de CO₂ na UE até 2035 (com flexibilidade para os combustíveis sintéticos) e o aumento das remoções de carbono através do uso do solo, da silvicultura e da agricultura.¹⁰⁸

¹⁰⁵ CE Comissão Europeia (2023) *Relatório da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu ao Comité das Regiões. Revisão Voluntária da EU sobre os progressos na execução da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*. Bruxelas. P 11

¹⁰⁶ <https://www.state.gov/translations/portuguese/ficha-informativa-accas-dos-estados-unidos-no-desenvolvimento-global/>. Consultado em 17 de 2024 as 20h10

¹⁰⁷ CE Comissão Europeia (2023) *Relatório da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu ao Comité das Regiões. Revisão Voluntária da EU sobre os progressos na execução da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*. Bruxelas. P 8

¹⁰⁸ Idem

Em termos de financiamento, ao abrigo do Acordo de Paris, os países desenvolvidos comprometeram-se a mobilizar cerca de 84 mil milhões de EUR por ano para apoiar países em desenvolvimento. A UE e os seus Estados Membros são os maiores fornecedores mundiais de financiamento público da acção climática – 23 040 milhões de EUR em 2021.¹⁰⁹

Da parte dos EUA, O Presidente Biden pediu ao Congresso fundos para desbloquear mais de 25 mil milhões de dólares em novos financiamentos preferenciais do Grupo Banco Mundial e garantiu o apoio dos líderes do G20 para aumentar a capacidade de empréstimos preferenciais do Banco Mundial para desafios globais e para resposta a crises nos países mais pobres. Conforme demonstrado na Cimeira dos Líderes do G20 em 2021, os Estados Unidos continuam a alavancar estrategicamente o capital público para mobilizar investimentos do sector privado em todo o mundo para desenvolver corredores económicos transformadores, expandir os mercados regionais, diversificar as cadeias de abastecimento e apoiar sistemas mais resilientes de energia, alimentos, digitais e de saúde,¹¹⁰ como por exemplo, o presidente dos EUA prometeu trabalhar com outros países para arrecadar 20 bilhões de dólares para ajudar o Brasil a conter os crescentes incêndios florestais que estavam a devastar a Amazônia, pois, havia consequências económicas e ecológicas significativas para o Brasil e para o mundo se não se protegesse aquela floresta tropical.¹¹¹

Como se pode verificar, esforços relacionados a cooperação internacional tem sido envidados no sentido de se mobilizar financiamento para fazer face aos ODS sobre o clima. Apesar disso, não se tem logrado completar os 100 bilhões de dólares prometidos aquando da assinatura da CQNUMC. Consequentemente, os países em desenvolvimento não têm recebido financiamento dos seus parceiros de cooperação internacional atempadamente para fazer face aos projectos de construção de infra-estruturas resilientes; investir em tecnologia; educar a população sobre as mudanças climáticas e priorizar na economia, sectores que não sejam vulneráveis aos choques climáticos para serem a base do desenvolvimento, para a adaptação e mitigação dos efeitos das mudanças climáticas como é o caso de Moçambique. O que se verifica na verdade, são doações de forma reactiva para ajuda humanitária e reconstrução quando Moçambique é devastado por um evento climático severo.

¹⁰⁹ CE Comissão Europeia (2023) *Relatório da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu ao Comité das Regiões. Revisão Voluntária da EU sobre os progressos na execução da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*. Bruxelas. P 8

¹¹⁰ <https://www.state.gov/translations/portuguese/ficha-informativa-accao-dos-estados-unidos-no-desenvolvimento-global>

¹¹¹ <https://www.codexremote.com.br/blogcodex/o-que-podera-mudar-com-a-volta-dos-eua-ao-acordo-de-paris> consultado em 15 de Maio de 2024 as 19h00

Este tipo de CID não cria oportunidades de desenvolvimento de Moçambique pois visa fazer face a problemas imediatos criados pelos eventos climáticos.

3.2.2. Cooperação Sul-Sul para a Operacionalização dos ODS sobre o Clima

Na cooperação Sul-Sul, para a operacionalização dos ODS sobre o clima os países do Sul alegam que o financiamento climático é um tema essencialmente de responsabilidade dos países desenvolvidos, conforme expressamente definido pela Convenção (Artigo 4, parágrafo 5) e pelo Acordo de Paris (Artigo 9, parágrafo 3). Assim, com base no princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas, os países desenvolvidos têm obrigação de prover recursos financeiros para apoiar os países em desenvolvimento a promover mitigação e adaptação climática.¹¹²

Na cooperação Sul-Sul, as acções para o cumprimento dos ODS para a mudança climática, é realizada na modalidade de cooperação técnica internacional que se dá entre países em desenvolvimento que compartilham desafios e experiências semelhantes em parceria com os países desenvolvidos. O projecto “DAKI Semiárido Vivo” é um exemplo de Cooperação Sul-Sul apoiado pelo Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (FIDA). A iniciativa produz e distribui informações sobre técnicas de Agricultura Resiliente ao Clima, com o objectivo de compartilhar conhecimento com os agricultores, ajudando-os a se adaptarem às consequências das mudanças climáticas.¹¹³

O papel principal dos países do Sul no fórum internacional sobre o combate as mudanças climáticas é responsabilizar os países do Norte e essencialmente defender os países do sul de responsabilidades sobre a degradação climática, por exemplo, o protocolo de Kyoto determinou que o Anexo 1 (constituído pelos países desenvolvidos), em conjunto, precisariam cortar suas emissões de gases de efeito estufa em 5,2% em relação aos níveis de 1990, no período entre 2008 e 2012. Os países de fora do Anexo 1 (ou seja, todos os países em desenvolvimento) estavam dispensados dessa obrigação. Porém, poderiam contribuir com o esforço global de mitigação por meio do chamado Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), uma proposta com origem no Brasil, ou outras acções voluntárias. O MDL funciona

¹¹² PROLO Carolina. *etall* (2023) *Acordo de Paris: Um guia para os perplexos* disponível em <https://www.oc.eco.br/wp-content/uploads/2023/11/Acordo-de-Paris-Um-guia-para-os-perplexos-1.pdf> Observatório do Clima e LACLIMA.pdf . P. 87

¹¹³ <https://semiariidovivo.org/pt/conheca-a-experiencia-de-cooperacao-sul-sul-entre-agricultores-dos-semiaridos>. SP visitado em 25 de Abril as 21h15

da seguinte maneira: empresas de países em desenvolvimento podem reduzir suas emissões ou plantar árvores e vender direitos de emissão (créditos de carbono) a empresas dos países ricos, onde cortar emissões era mais caro. Dessa forma, os países pobres poderiam se desenvolver, com transferência de tecnologia e de recursos dos países ricos, sem poluir como estes poluíram durante seu desenvolvimento.¹¹⁴

Outro ganho conseguido pelos países do sul com relação as metas globais é que até a assinatura do protocolo de Kyoto, as metas eram definidas de cima para baixo, isto é da ONU para todos os estados nacionais e em Copenhaga, determinou-se que as metas seriam criadas nacionalmente (os diplomatas chamam isso de abordagem “*bottom-up*”, ou de baixo para cima, ao contrário do processo “*top--down*”, de cima para baixo, de criação das metas de Kyoto).¹¹⁵ Este ganho permitiu que os países em vias de desenvolvimento pudessem traçar internamente suas metas para a resolução de questões climáticas e não vincular o que os países desenvolvidos impunham como metas pois, as realidades sócio económicas de cada país são completamente diferentes.

Apesar de todos os esforços acima mencionados, as promessas para a resolução de questões climáticas acordadas na CQNUMC não foram cumpridas conforme defende Prolo:¹¹⁶

... 2020 passou e os ricos não entregaram nem os primeiros 100 bilhões de dólares, que dirá por ano. Isso instalou um clima de tensão e desconfiança nas negociações desde Glasgow. O texto final da COP26 "nota com profundo pesar" que a meta de financiamento não foi atingida, ainda ... o "cenão"¹¹⁷ se repetiu em Sharm-el--Sheikh, e o texto da COP27 também lamentou o não cumprimento da meta de financiamento.

Todavia, segundo o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), os países em desenvolvimento, sozinhos, precisarão de 127 bilhões de dólares por ano até 2030 e de 295 bilhões de dólares por ano até 2050 para se adaptar às mudanças no clima. Os fundos

¹¹⁴ PROLO Carolina. *etall* (2023) *Acoro de Paris: Um guia para os perplexos* disponível em <https://www.oc.eco.br/wp-content/uploads/2023/11/Acordo-de-Paris-Um-guia-para-os-perplexos-1.pdf> P. Observatório do Clima e LACLIMA.pdf P 22.

¹¹⁵Idem P 22.

¹¹⁶Idem P 22.

¹¹⁷Cenão - cena teatral enorme, na dimensão internacional.

de adaptação, no entanto, chegaram apenas a 23 bilhões de dólares em 2017 e 46 bilhões de dólares em 2018, representando apenas 4% e 8% do financiamento climático.¹¹⁸

Em relação à adaptação quanto a perdas e danos, os fundos actuais ficam muito aquém do necessário, com as estimativas mais altas somando menos de 50 bilhões de dólares por ano em financiamento para adaptação.

Portanto, apesar de todos os esforços feitos ainda há muito que os Estados globalmente devem fazer em prol do cumprimento dos ODS sobre o clima ao nível mundial e em especial para os países em desenvolvimento.

Actualmente, políticas climáticas em pelo menos 170 países incluem a adaptação, mas em muitos deles esses esforços ainda precisam progredir das políticas e dos programas para a implementação na realidade. As medidas para construir resiliência ainda são, em sua maioria, de pequena escala, reactivas e incrementais, mais focadas em impactos imediatos e riscos de curto prazo¹¹⁹. Temos como exemplo de medidas reactivas e de curto prazo, tanto do governo como dos parceiros internacionais a situação da cidade da Beira, apesar de se ter conhecimento da sua vulnerabilidade por causa da localização abaixo do nível das águas do mar e dos frequentes ciclones que tem ocorrido na região, o governo moçambicano e seus parceiros de cooperação internacional não tem capacidade financeira de construir infra-estruturas resilientes e adaptar a província aos ciclones e tempestades que tem fustigado a cidade, pautando por medidas reactivas, imediatas e de curto prazo. As medidas reactivas também foram verificadas por parte dos parceiros internacionais pois, Moçambique realizou uma conferência de doadores logo após o ciclone Idai com o intuito de fazer a angariação de fundos de parceiros nacionais e internacionais, singulares e colectivos e até de entidades multilaterais para o processo de reconstrução resiliente. O processo de reconstrução resiliente geralmente envolve mais custos do que a primeira edificação de infra-estruturas feita pelo Estado. Por exemplo se uma ponte ficou submersa, quando se idealiza uma construção resiliente pode se implementar a construção de uma ponte flutuante e naturalmente, projectos como estes serão mais dispendiosos, incluindo a sua manutenção. Os parceiros geralmente têm vontade, mas nem sempre os fundos doados cabem para todas as necessidades.

¹¹⁸<https://www.wribrasil.org.br/noticias/10-conclusoes-do-relatorio-do-ipcc-sobre-mudancas-climaticas-de-2023> consultado em 28 de Abril de 2024 as 18h07

¹¹⁹<https://www.wribrasil.org.br/noticias/10-conclusoes-do-relatorio-do-ipcc-sobre-mudancas-climaticas-de-2023> consultado em 28 de Abril de 2024 as 18h07

3.3 Operacionalização dos ODS sobre o Ambiente em Moçambique

Moçambique operacionaliza os ODS tal como os restantes Estados nacionais membros da ONU, através da adopção internamente de instrumentos legais e práticas que colaboram para o alcance destes objectivos. Os ODS constituem um marco importante para o País por terem sido elaborados numa altura em que se estava a elaborar o Plano Quinquenal do Governo 2015-2019, tendo permitido que se fizesse o alinhamento destes compromissos internacionais aos Objectivos Estratégicos do Plano Quinquenal do Governo e deram continuidade no PQG 2020-2024. Temos também como exemplo a Estratégia de Adaptação e Mitigação de Mudanças Climáticas como um instrumento para a operacionalização dos ODS sobre o ambiente no país.

A ligação do PQG com os ODS possibilitou a integração e implementação anual destes por via dos instrumentos operacionais do Governo, com principal enfoque para o Plano Económico e Social (PES) e Orçamento do Estado (OE), que inclui programas, projectos e actividades a serem realizadas durante os Quinquénios para alcançar o desenvolvimento económico e social do povo moçambicano, preservando o meio ambiente.¹²⁰

Conforme já havíamos referido anteriormente, que aquando das negociações para as definições das metas dos ODS, os países do Sul propuseram e acordou-se que todos os países podem definir suas metas no sentido *down-up* isto é, de baixo para cima por causa das diferentes realidades dos países e sendo os ODS uma agenda global a ser implementada em diferentes contextos socioeconómicos, foram criados indicadores globais para monitorar o cumprimento desta agenda. A partir destes indicadores globais, cada país considerando sua realidade nacional criam seus indicadores também a nível nacional para medir o cumprimento das metas. Criaram seus indicadores conforme sua realidade específica para o cumprimento dos ODS, isto é, os países implementam a Agenda 2030, alinhando os indicadores ODS nacionais de cada país com a lista de indicadores globais com o objectivo de garantir o sucesso da mesma, implementando políticas e programas de desenvolvimento em cada um dos países signatários, mesmo que os indicadores não sejam exactamente os mesmos pela especificidade de cada país.

Assim, tendo em consideração os ODS sobre o clima, destacam-se aqueles dedicados às preocupações em matéria de sustentabilidade ambiental. Os indicadores tratam da preservação e conservação do ambiente, com acções que vão da reversão do desmatamento, protecção das florestas e da biodiversidade, combate a desertificação, uso sustentável dos oceanos e recursos marinhos até a

¹²⁰ LAICE Pedro, *at al* (sd) *Relatório Local Voluntário: Avanços e Desafios de 16 Municípios de Moçambique*. ANAMM. Consultado em 29 de Abril de 2024 disponível em https://gold.uclg.org/sites/default/files/mozambique_2020_portuguese.pdf. P 5

adopção de medidas efectivas contra as mudanças climáticas¹²¹ logo, para este trabalho iremos considerar os ODS seguintes pois, expressam com profundidade questões climáticas a saber: ODS7) Energia Limpa e Acessível; ODS11) Cidades e Comunidades Sustentáveis; ODS13) Acção Contra a Mudança Global do Clima; ODS14) Vida na Água; ODS15) Vida Terrestre.

3.3.1. ODS7) Energia Limpa e Acessível

O ODS7 tem por objectivo “Garantir o acesso a fontes de energia fiáveis, sustentáveis e modernas para todos.” O alcance de metas nesse ODS contribui para aliviar a pressão sobre o uso da lenha e carvão, uma das principais fontes de energia usadas pela população, principalmente nas zonas periféricas e rurais para cozinhar, aquecer e iluminar as casas, o que contribui de alguma forma para a degradação ambiental e florestal no país.¹²²

Para a operacionalização do ODS7, o Governo de Moçambique assumiu o compromisso de providenciar energia de qualidade, acessível e sustentável a todos os moçambicanos até 2030, tendo para esse propósito lançado vários instrumentos tais como: o Plano Quinquenal do Governo (PQG) 2015-2019 que previa que 55% da população tivesse acesso à energia eléctrica até 2019 e o PQG 2020-2024 que previa que 64% da população tivesse acesso à energia eléctrica até 2024;¹²³ o Programa Energia para Todos (ProEnergia); coordenado pelo Ministério de Recursos Minerais e Energia (MIREME)¹²⁴ e a Estratégia Nacional de Electrificação em 2018, que fixou o objectivo de acesso universal até 2030.

No final de 2020 a taxa de electrificação ligada à rede foi de 34%, previa-se que essa taxa fosse, no total de 38%, segundo a Estratégia Nacional de Electrificação, diz que a população atingiria 32 milhões, segundo o FMI, ou seja, cerca de 20 milhões de moçambicanos ainda não têm acesso à electricidade. Ainda Sob o Programa Energia para Todos, o Governo vai assegurar que até 2024 mais 10 milhões de moçambicanos possam dispor de electricidade pela primeira vez. O grande desafio será atingir a ambiciosa meta de

¹²¹ Conexão Ambiental (s/d) disponível em <https://www.conexaoambiental.pr.gov.br/pagina/objectivos-de-desenvolvimento-sustentavel-ODS>. Visitado em 27 de Ab

¹²² RNV (2020) *Brochura do Relatório da Revisão Nacional Voluntária da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*. Moçambique. P. 15-16

¹²³ RNV (2020) *Brochura do Relatório da Revisão Nacional Voluntária da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*. Moçambique. P. 15

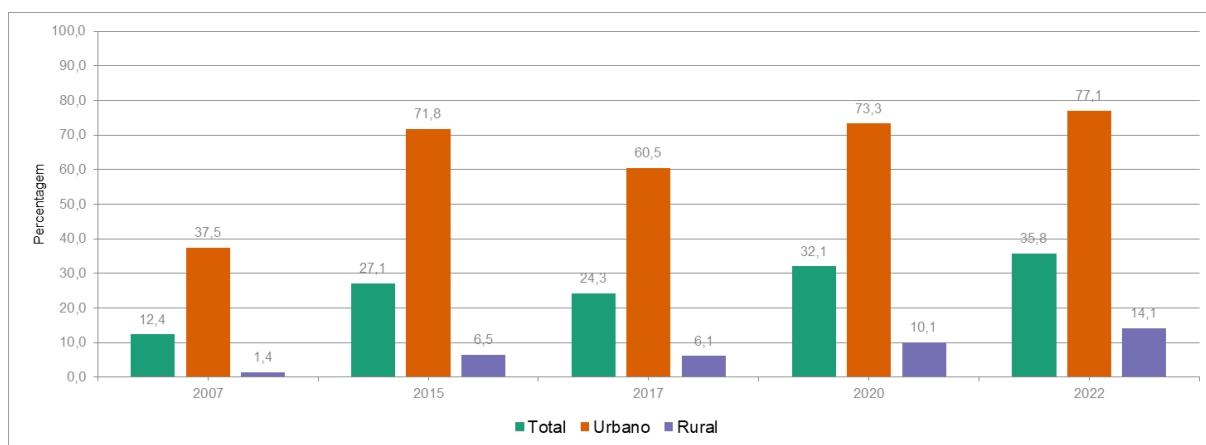
¹²⁴ ALER (2021) *Renováveis em Moçambique*. Amer. P 2 disponível em <https://www.aler-renovaveis.org/en/activities/publications/other/download-the-briefing-and-animations/> visitado em 27 de Abril de 2024

acesso universal até 2030 e implementar o considerável esforço adicional previsto entre 2025 e 2030, incluindo o contributo dos sistemas fora da rede.¹²⁵

De acordo com a Aler¹²⁶ Moçambique possui um potencial de energias renováveis: eólica, hídrica e solar. O potencial hídrico é mais forte e do total que produz (explorando apenas 79% do seu potencial) apenas 38% está disponível para o consumo nacional, o resto é exportado, como exemplo toma-se o caso da Hidroelétrica de Cabora Bassa.

A tendência do acesso a energia eléctrica tem se mostrado positiva, entretanto, conforme o gráfico abaixo, a electrificação nas zonas rurais ainda é um desafio, o que pode prejudicar os esforços do governo e parceiros em alcançar o ODS7 pois, nas zonas rurais em que mais destroem o ambiente para uso doméstico é onde a energia limpa e sustentável é menos usada porque ainda não chegou lá. Deste modo a meta de assegurar o acesso universal, confiável, moderno e a preços acessíveis a serviços de energia pode não ser atingida em Moçambique até 2030.

Gráfico 1: Proporção da População com acesso a energia eléctrica em Moçambique



Fonte: INE. IV recenseamento da população e habitação RGPH 2007 A 2017 IFO 2014/15 2019/20. IOF 2022¹²⁷

Sendo assim, ainda é necessário um maior impulso para acelerar o alcance da meta de acesso universal até 2030. Para acelerar o desenvolvimento e o acesso à energia eléctrica para a população que não tem capacidade de pagar os preços de mercado, o país adoptou uma

¹²⁵ ALER (2021) *Renováveis em Moçambique*. Amer. P 2 disponível em <https://www.aler-renovaveis.org/en/activities/publications/other/download-the-briefing-and-animations/> consultado em 27 de Abril de 2024 as 19h00

¹²⁶ Idem

¹²⁷ National Institute of Statistics, Mozambique INE (2007 – 2022) <http://www.ine.gov.mz/>

política de tarifas sociais de acordo com o Programa Nacional de Energia para Todos. Uma pesquisa conduzida na Cidade capital do país, Maputo, revela que o custo dos serviços básicos condiciona o seu acesso, confirmando a importância desta política.¹²⁸

Para operacionalizar o ODS7, o país tem contado com a ajuda de parceiros de cooperação internacional na implementação dos programas como por exemplo: o Banco de Desenvolvimento Alemão (BDA) que actualmente financia a linha de crédito BCI Eco Ambiental, disponível em todo o país, com um total de 3 mil euros; o *GET Investment* que é um programa europeu, apoiado pela União Europeia, Alemanha, Suécia, Países Baixos e Áustria, que mobiliza investimentos em energias renováveis descentralizadas; o Banco Mundial com o programa ProEnergia, através do EDM/FUNAE investindo cerca de 10 milhões de dólares. Temos, em concreto, financiamentos directos às empresas, tais como linhas de crédito específico para o mercado moçambicano aplicáveis a projectos de energias renováveis. O Banco Comercial e de Investimentos (BCI) é o único banco comercial em Moçambique que oferece linhas de crédito para clientes particulares e empresas que desejam investir em eficiência energética e energias renováveis. Dedicada a projectos de produção e investimentos em energia renovável e aquisição de equipamentos com eficiência energética. Em breve será lançada a linha de crédito BCI SUPER (Sustentabilidade e Uso Produtivo de Energias Renováveis), financiada pelo *GEF* e tendo como parceiros o FUNAE e a UNIDO, dedicada a projectos de energia solar e de aproveitamento de resíduos de biomassa (*waste-toenergy*) para fins produtivos.¹²⁹

Apesar de todos os esforços que Moçambique empreendeu nos últimos anos para electrificar o país, a taxa de electrificação apenas aumentou de 5% em 2001 para 24% em 2017 e para 31% em 2020.¹³⁰ O acesso à electricidade, no entanto, é baixo e concentra-se principalmente nas áreas urbanas. Em 2020, 75% da população urbana tinha acesso à electricidade em comparação com 5% da população rural. Este desequilíbrio representa um importante desafio para alcançar a electrificação do país até 2030, considerando que a grande

¹²⁸ RNV (2020) *Brochura do Relatório da Revisão Nacional Voluntária da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*. Moçambique. P. 15

¹²⁹ ALER (2021) *Renováveis em Moçambique*. Amer. Disponível em <https://www.aler-renovaveis.org/en/activities/publications/other/download-the-briefing-and-animations/> Consultado em 28 de Abril de 2024 as 16h15

¹³⁰ WorldBank, 'Mozambique disponível em <https://data.worldbank.org/indicator/EG.ELC.ACCS.UR.ZS?locations=MZ> consultado em 29 de Abril de 2024 as 21h50

maioria (62% em 2021) da população de Moçambique vive nas zonas rurais,¹³¹ isto é a maior parte da população moçambicana não tem acesso a energia eléctrica no país, logo, as práticas nocivas ao ambiente tais como o corte de árvores para fazer lenha e carvão por exemplo, irão continuar até que se atinja esta meta no país. Ademais, não é somente implementar projectos para a electrificação das zonas rurais, é necessário também implementarem-se projectos de desenvolvimento económico para a população rural poder se desenvolver e, por conseguinte, poder comprar a energia limpa a que terá acesso pois, a energia até pode chegar à população, mas se ela não poder ter acesso, continuará com as práticas nocivas ao ambiente que não irão permitir alcançar o ODS7 muito menos o seu desenvolvimento.

3.3.2. ODS11) Cidades e Comunidades Sustentáveis

O ODS11 tem por objectivo tornar as cidades e comunidades mais inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis. Para atingir este objectivo, Moçambique adoptou uma série de medidas e iniciativas. No domínio da inclusividade, Moçambique conta com o Regulamento de Construção e Manutenção dos Dispositivos Técnicos de Acessibilidade que preconiza a construção de infra-estruturas públicas e privadas com acessibilidade para todos, através de colocação de rampas, balneários específicos e espaços reservados para pessoas com deficiência.¹³²

Em Moçambique predominam habitações próprias e de auto construção. De acordo com o Censo de 2017, 90% das habitações são próprias, destas cerca de 80% são de auto construção. O país tem estado a direccionar esforços para proporcionar assistência no âmbito familiar, especialmente as práticas de auto construção resilientes com o uso de materiais locais, cujo sucesso depende da coordenação de parcerias entre o Governo Central, as autoridades provinciais e os Municípios, e de parcerias com actores locais, associações e empresas de construção.

A construção de habitações e infra-estruturas resilientes é urgente para reduzir o nível de destruição e mortes quando os ciclones acontecem por exemplo, no que diz respeito ao indicador 11.5 do ODS11,

¹³¹WorldBank, ‘Mozambique (2021) disponível em <https://data.worldbank.org/indicator/SP.RUR.TOTL.ZS?locations=MZ> consultado em 29 de Abril de 2024 as 22h10

¹³² RNV (2020) *Brochura do Relatório da Revisão Nacional Voluntária da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Moçambique. P. 20*

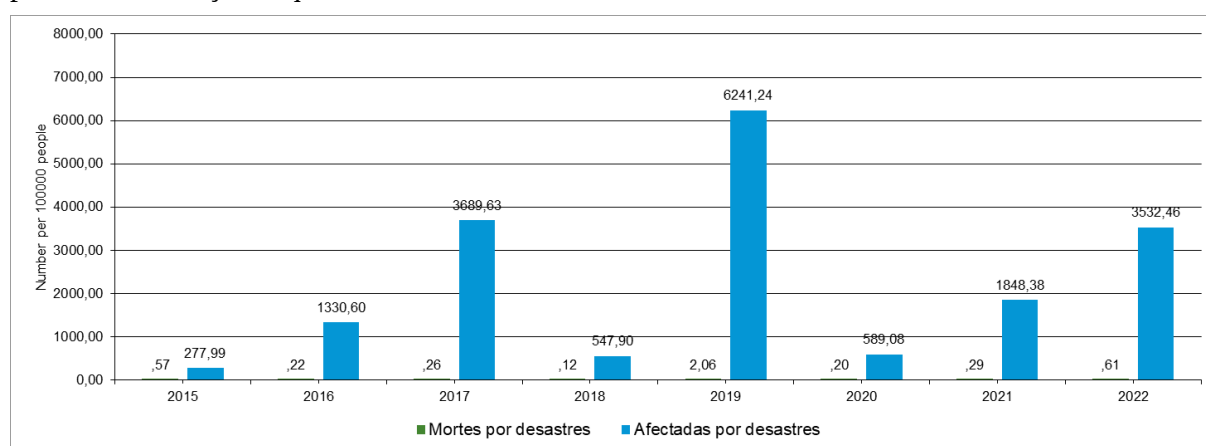
Até 2030, reduzir significativamente o número de mortes e o número de pessoas afectadas por catástrofes e substancialmente diminuir as perdas económicas directas causadas por elas em relação ao produto interno bruto global, incluindo os desastres relacionados à água, com o foco em proteger os pobres e as pessoas em situação de vulnerabilidade.¹³³

Na alínea 11.5.1

“Número de mortes, pessoas desaparecidas e afectadas por desastres, por 100.000 pessoas,”¹³⁴

Moçambique tem enfrentado desafios, uma vez que a sua localização traz vulnerabilidade face aos eventos climáticos sistemáticos que tem ocorrido nos últimos anos como podemos ver no gráfico abaixo:

Gráfico 2: Número de mortes, pessoas desaparecidas e afectadas por desastres, por 100.000 pessoas em Moçambique



Fonte: Instituto Nacional de Gestão de Desastres, registos administrativos do Quadro do SENDAI, 2017-2022¹³⁵

Como se pode verificar no gráfico acima, o número de mortes que Moçambique teve entre 2015 a 2022 não atinge o limite estipulado pelo ODS11 no que concerne a 100.000 pessoas por desastre, isto é, em todos os ciclones que Moçambique sofreu não atingiu a meta estabelecida pela ONU do quadro de Sendai, de 100.000 pessoas por desastre natural, apesar disso o número de mortes foi elevado chegando a cerca de 500 pessoas no ciclone Idai e 600 pessoas no ciclone Kenneth. Entretanto, ele mostra-se diferente no que diz respeito às pessoas

¹³³NationalInstituteofStatistics, Mozambique INE (2007 – 2022) <http://www.ine.gov.mz/>

¹³⁴ Idem

¹³⁵NationalInstituteofStatistics, Mozambique INE (2007 – 2022) <http://www.ine.gov.mz/>

desaparecidas e afectadas pelos desastres naturais. O gráfico mostra uma ligeira elevação em 2017, ano em que ocorreu o ciclone Dineo na província de Inhambane, e o seu pico mais alto em 2019, ano em que ocorreram os ciclones Idai e Kenneth nas províncias de Sofala e Cabo Delgado, afectando 6.241,24 mil pessoas.

Portanto, está claro que enquanto não se construir infra-estruturas resilientes às mudanças climáticas continuaremos a ter situações de vulnerabilidade humana no país sempre que este for afectado por eventos climáticos severos como foi o caso dos Ciclones Dineo, Idai e Kenneth.

Neste ODS Moçambique até pode alcançar a meta por não ter mortes que atinjam o limite estabelecido pela ONU mas a sua população continua vulnerável até que haja investimentos para a mudança das infra-estruturas e principalmente para a sensibilização da população para a mudança de comportamento no que diz respeito as mudanças climáticas.

Para promover a urbanização inclusiva e sustentável foi massificado o registo e regularização do direito de uso e aproveitamento da terra (DUAT), estabelecendo uma meta de emissão de 5 milhões de títulos até 2024. No final de 2019, já haviam sido emitidos 1,36 milhões de DUAT e a este ritmo, a meta estabelecida será alcançada. Ainda, tendo em conta que o país tem cerca de 6,1 milhões de agregados familiares, 14 a cobertura será substancial concorrendo para o alcance da meta 3 do ODS11.¹³⁶

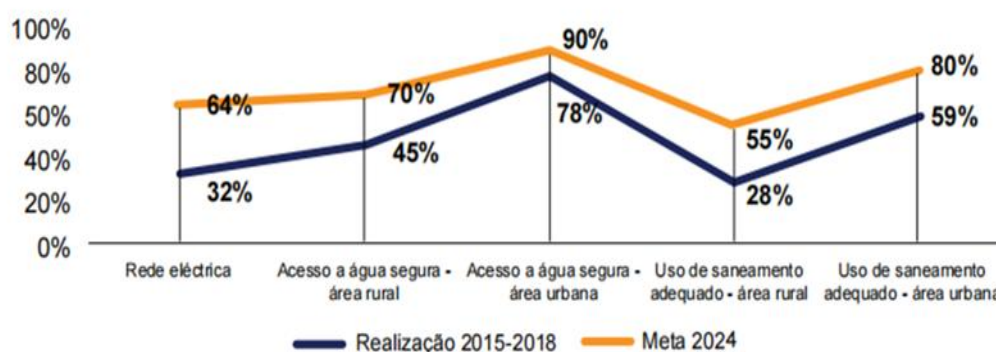
Moçambique tem o desafio de expandir a Rede Eléctrica Nacional (ODS7) através de investimentos público e privado com uma contribuição maior das energias renováveis, onde o país tem um elevado potencial, aumentando o nível de cobertura para 64%. A nível da água e saneamento (ODS6), o programa propõe, até 2024, duplicar o acesso e alcançar uma cobertura total até 2030 como mostra a figura abaixo.¹³⁷

¹³⁶ RNV (2020) *Brochura do Relatório da Revisão Nacional Voluntária da Agenda 2030 para o Desenvolvimento*

Sustentável. Moçambique. P. 20

¹³⁷ Idem

Gráfico 3: Infra-estruturas Sócio-económicas em Moçambique



Fonte: Governo de Moçambique (2019) Balanço dos 4 anos do PQG 2015-2019 e PQG 2020-2024.

Para a realização do ODS11, Moçambique também tem contado com parceiros internacionais tais como Banco Mundial, Agência Italiana de Cooperação para o Desenvolvimento (AICD), USAID, entre outros. Por exemplo, o projecto Mozland (Terra Segura), orçado em 100 milhões de dólares, é financiado pelo Banco Mundial e prevê a regularização de 2 milhões de DUAT's e delimitação de 1.200 áreas ocupadas por comunidades locais. O projecto visa fortalecer a segurança da posse da terra em 73 distritos seleccionados nas 10 províncias de Moçambique.¹³⁸

Em seguida temos o projecto da UN-HABITAT¹³⁹ no seu documento Resumo-nacional nas páginas 11 a 13 aponta projectos em curso que se podem resumir nas tabelas 2, 3 e 4 abaixo:

Projecto	Assistência técnica ao governo de Moçambique na recuperação das habitações e infra-estruturas pós ciclones
Localização	Sofala
Doador	Banco Mundial
Orçamento	US\$ 1 999 173.40

¹³⁸<https://www.fnds.gov.mz/index.php/pt/nossos-projectos/listagem-de-projectos/terra-segura> consultado em 30 de Abril de 2024 as 22h30

¹³⁹UNHABITAT(s/d) Resumo Nacional de Moçambique: Promover a urbanização sustentável em Moçambique como motor de desenvolvimento socio económico, da resiliência climática e da paz.disponível em https://unhabitat.org/sites/default/files/2023/07/mocambique_resumo_nacional_pt.pdf consultado em 02 de Maio de 2024 as 20h30

Objectivo	Prestar assistência técnica e capacitação a um leque diversificado de intervenientes, permitindo-lhes expandir os seus conhecimentos e obter credenciais no domínio da construção resiliente de habitações (com o objectivo de reconstruir ou reabilitar 15000 unidades habitacionais na Província de Sofala). Assegurar a implementação de um processo resiliente de recuperação e reconstrução de habitações e infra-estruturas comunitárias, públicas e privadas nas áreas afectadas pelos ciclones, através da prestação de Assistência Técnica contínua ao Gabinete de Reconstrução Pós-Ciclone IDAI (GREPOC) no planeamento, definição, coordenação, formação e supervisão das actividades implementadas ou que beneficiem instituições nacionais e locais e outros intervenientes-chave.
------------------	---

Projecto	Reforço da resiliência climática urbana no Sudeste de África.
Localização	Província de Gaza
Doador	Fundo de Adaptação
Orçamento	US\$ 2,5M
Objectivo	Reforçar as capacidades de criação de resiliência climática em cidades e vilas vulneráveis do sudeste de África.

Projecto	Construir Melhor e Construir Resiliência: uma Abordagem Territorial Integrada na Província de Sofala, Moçambique.
Localização	Sofala
Orçamento	USD 10 100 000
Doador	USAID
Objectivo	Reduzir a vulnerabilidade da população exposta aos riscos climáticos através de uma abordagem territorial integrada, incluindo a reconstrução e o reforço da resiliência em três distritos do Corredor da Beira, na província

	de Sofala. O UN-Habitat está a liderar a iniciativa conjunta com o FAO.
--	---

Por conseguinte, os quadros acima indicam maior investimento em Sofala do que em Gaza mas a UNHABITAT apresenta inúmeros projectos mostrando que Sofala recebeu várias doações, algumas fixadas em USD 1 999 96,40; USD 3 000 000,00; USD 1 171 339,02; USD 1 999 964,40; USD 10 1000,00; e outras províncias como Gaza, receberam USD 2,5; Inhambane, EUR 200 000; Cabo Delgado, USD 400 000 e 1 612 000, 00 e Cabo Delgado, Niassa e Nampula juntos USD 15000. Concluimos que estas doações elevadas sejam por causa dos ciclones que atingiram a cidade da Beira pela sua vulnerabilidade e por estar abaixo do nível do mar e consequentemente sofrer mais com inundações, por isso existe maior inclinação dos investidores a doarem para a província de Sofala. Mas acima de tudo, estas doações elevadas para Beira, remetem-nos mais uma vez a questão de doações reactivas aos efeitos devastadores das mudanças climáticas.

Outrossim, sabe-se que para além de Beira, Quelimane e Maputo também estão abaixo do nível do mar e por isso são muito vulneráveis a choques climáticos, entretanto as doações que os últimos receberam para questões climáticas, observando os dados acima estão muito longe do desejável para o cumprimento do ODS11 até 2030 em Moçambique.

3.3.3. ODS13) Acção Contra a Mudança Global do Clima

O objectivo 13 visa implementar o compromisso assumido na Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas e operacionalizar o Fundo Verde para o Clima, procurando reforçar a resiliência e a capacidade de adaptação dos países aos riscos naturais relacionados com o clima e às catástrofes daí resultantes, com especial destaque para o apoio aos países menos desenvolvidos como Moçambique. Para esse efeito, Moçambique tem procurado expandir o acesso a energias limpas e renováveis (eólica, solar e hídrica), a electrificação do país com energia com baixa emissão de CO₂, o combate ao desmatamento, entre outros.

Na sequência, Moçambique traçou políticas orientadas para a realização dos objectivos a longo prazo do Acordo de Paris que incluem; a Estratégia de Desenvolvimento de Energias Novas e Renováveis (2011 a 2025); Conservação e Utilização Sustentável da Energia a partir da Biomassa (2014 a 2025); Regulamento Tarifário de Alimentação de

Energia Renovável (REFIT); e o Atlas de Energias Renováveis para Moçambique.¹⁴⁰ Na implementação destes instrumentos, houve a execução da Estratégia Nacional de Adaptação e Mitigação das Mudanças Climáticas (2013-2025), 71% dos Distritos do país elaboraram Planos Locais de Adaptação e 34% dos Municípios adoptaram Planos de Resiliência Urbana ou de Adaptação às Mudanças Climáticas. Foi igualmente, elaborada e aprovada a Contribuição Nacional Determinada (MDC) de Moçambique.¹⁴¹

Para reduzir a emissão do CO₂ através da utilização de combustíveis fósseis, recorre-se as potencialidades que Moçambique possui. O país tem um extenso potencial para energias renováveis de acordo com o Atlas das Energias Renováveis de Moçambique acima mencionado, publicado pelo FUNAE em 2014, indica um potencial total de 23.026 GW que corresponde a 7.537 MW de projectos prioritários, entre os quais se destacam 599 MW de solar, 5.645 MW de hídrica e 1.146 MW de eólica.¹⁴²

O potencial hídrico é o mais aproveitado e corresponde a 79% do total actual de 2.780 MW de potência instalada em Moçambique. De destacar que deste total apenas 38% estão de facto disponíveis para consumo nacional. Apesar dos programas do governo acima mencionados, o potencial das energias renováveis só começou a ser explorado em grande escala recentemente. A capacidade de renováveis ligadas à rede de energia hoje, é de apenas 41 MW solar, aumentará em dez anos para 306 MW, tanto de energia solar como eólica. Os Prontuários de Instalações Eléctricas (PIE) representam actualmente 17% da capacidade instalada, mas 35% da produção, e espera-se que a sua contribuição continue a aumentar substancialmente na próxima década com vista a reduzir a produção do CO₂ no país.¹⁴³ Por exemplo em 2019 foi comissionada a primeira central solar de Mocuba, a que se juntará em breve a central de Metoro, já em construção, e posteriormente as centrais de Cuamba I, Cuamba II e Mecufi, totalizando 147 MW de centrais solares.

Entretanto, a contribuição de Moçambique para as mudanças climáticas é insignificante, pelo que atingirá a meta em 2030, uma vez que o indicador de comparação global é o nível das emissões de CO₂. O baixo nível de industrialização do país em 2017

¹⁴⁰<https://www.tse4allm.org.mz/index.php/pt/midia/tecnologias-de-energias-renovaveis-um-canal-para-aumentar-o-acesso-a-energia-e-reduzir-emissoes-de-gases-com-efeito-de-estufa-em-mocambique>. Consultado em 15 de Fevereiro de 2024 às 20h15

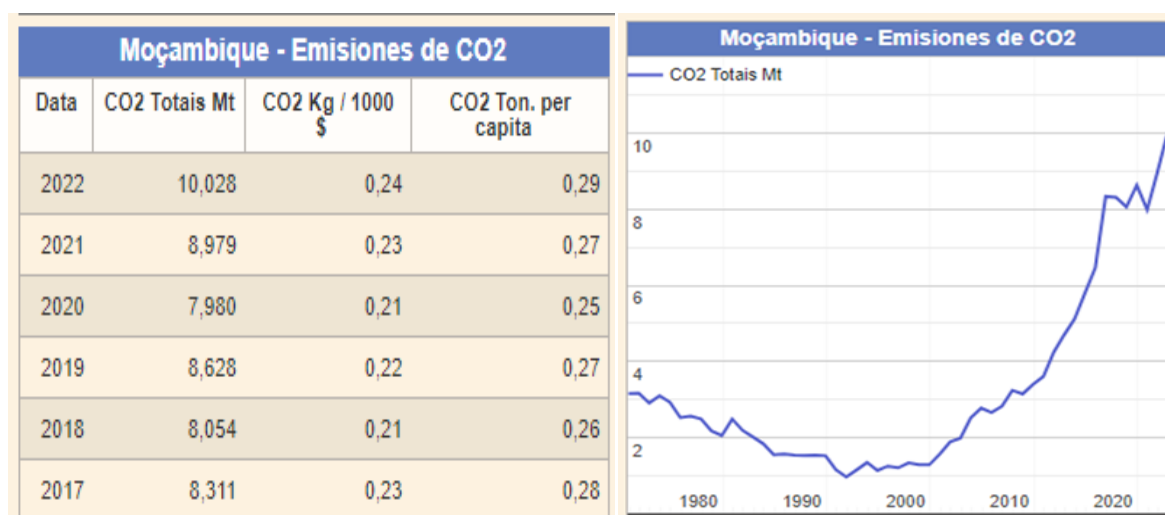
¹⁴¹ Idem

¹⁴² ALER (2021) *Renováveis em Moçambique*. Amer. P 2 disponível em <https://www.aler-renovaveis.org/en/activities/publications/other/download-the-briefing-and-animations/> visitado em 02 de Maio de 2024 às 21h50

¹⁴³ Idem .P 2

resultou em baixos níveis de emissões de gases de efeito estufa da indústria, dos transportes e do sector de energia. Como demonstra a figura abaixo. Outrossim, em Moçambique, as emissões de CO2 *per capita* aumentaram nos últimos anos até 2022, mas ainda são relativamente baixas.¹⁴⁴

Tabela 5: Emissão de CO2 em Moçambique



Fonte: <https://pt.countryeconomy.com/energia-e-meio-ambiente/emissoes-co>

¹⁴⁴RNV (2020) *Brochura do Relatório da Revisão Nacional Voluntária da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*. Moçambique. P. 22

Esse é um padrão comum para a maioria das economias de baixo rendimento na África Subsaariana e, em grande medida, os baixos níveis de desenvolvimento desses países, que resultam na redução das emissões de gases de efeito estufa da indústria, dos transportes e do sector de energia. Neste ponto de vista, Moçambique até poderia atingir a meta da baixa emissão de CO₂ para a atmosfera, mas há outras formas que contribuem para a subida da emissão de gás com efeito de estufa tais como o desmatamento das florestas que representam cerca de 80% do total das emissões nacionais de gases de efeitos de estufa, tornando-se na principal contribuição de Moçambique nas causas de mudanças climáticas. As restantes emissões são originadas nos sectores de indústria, transporte e produção de cimento. O crescimento destes sectores e o aumento da extracção mineira incluindo carvão mineral, petróleo e gás, pode alterar a estrutura da fonte de emissões sendo por isso necessário adoptar tecnologias limpas.¹⁴⁵

Moçambique possui emissão *per capita* 6 vezes inferior que dos países desenvolvidos e inferior 2 vezes daquilo que o IPCC aponta para média global de alcançar o objectivo de 1.5°C. porém, é um país que sofre bastante com os efeitos das mudanças climáticas pois, nas metas relacionadas com a adaptação e criação de resiliência, o país enfrenta vários desafios. O país é considerado o quinto país mais vulnerável do mundo de acordo com o índice de vulnerabilidade de mudanças climática,¹⁴⁶ e sofre com ciclones, secas, inundações e epidemias periodicamente.¹⁴⁷

Nos últimos tempos, as ocorrências desses eventos passaram a ser mais frequentes e mais intensos, com repercussões no desenvolvimento nacional e com um impacto dramático na vida da população mais desfavorecida, especialmente nas

¹⁴⁵ República de Moçambique Ministério da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural (2016) *Estratégia Nacional para a Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal, Conservação de Florestas e Aumento de Reservas de Carbono Através de Florestas (REDD+) 2016-2030*. Maputo. Disponível em file:///C:/Users/Estela/Downloads/Estrate%CC%81gia%20do%20REDD+%20Brochura.pdf. P 12 consultado em 14 de Maio de 2024

¹⁴⁶ República de Moçambique Ministério da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural (2016) *Estratégia Nacional para a Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal, Conservação de Florestas e Aumento de Reservas de Carbono Através de Florestas (REDD+) 2016-2030*. Maputo. Disponível em file:///C:/Users/Estela/Downloads/Estrate%CC%81gia%20do%20REDD+%20Brochura.pdf. p. 12 consultado em 14 de Maio de 2024 as 21h55

¹⁴⁷ RNV (2020) *Brochura do Relatório da Revisão Nacional Voluntária da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*. Moçambique. P. 22

crianças, que vivem nas áreas mais expostas aos riscos relacionados com o clima e que têm uma capacidade limitada para lidar com os efeitos. O aumento da frequência e severidade destes fenómenos ultrapassa a capacidade do País para reduzir o risco de desastres e adaptar-se efectivamente às mudanças climáticas.¹⁴⁸

Apesar de Moçambique possuir emissões *per capita* inferiores que dos países desenvolvidos e mesmo diante de suas diminutas responsabilidades para a geração do problema ainda está disposto a contribuir com a mitigação, caso seja apoiado financeiramente.¹⁴⁹

Os países desenvolvidos têm financiado alguns projectos para o alcance do ODS13 em Moçambique nomeadamente o projecto PROLER da Comissão Europeia no valor de 36.7 mil EUR e *GET FiT Mozambique* no valor de 25 mil EUR financiado pela cooperação Alemã. No que concerne ao financiamento privado, o envolvimento do sector privado ainda é muito diminuto.¹⁵⁰ Sendo assim, verifica-se um esforço do país para cumprir com o ODS13, apesar da sua diminuta contribuição para a poluição do ar e libertação do CO2 no mundo. Ao contrário dos outros ODS, prevê-se que esta meta será cumprida pelo país até 2030 apesar do relativo crescimento na emissão do CO2. Moçambique busca incentivar projectos verdes, plantio de árvores e outras práticas amigas do ambiente como Limpezas nas praias, incentivo a reciclagem, construção resiliente, plantio de mudas de mangais, reflorestamento, entre outros. Boa parte da população jovem tem aderido às iniciativas do ambientalista Carlos Serra, comprometido com a acção contra as mudanças climáticas do Zumbo ao Índico. Este promoveu reflexões a nível estratégico (político), consciencialização sobre as mudanças climáticas a nível intermediário e jornadas de limpeza nas praias e plantio de árvores a nível das bases.

¹⁴⁸ República de Moçambique Ministério da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural (2016) *Estratégia Nacional para a Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal, Conservação de Florestas e Aumento de Reservas de Carbono Através de Florestas (REDD+) 2016-2030*. Maputo. Disponível em file:///C:/Users/Estela/Downloads/Estrate%CC%81gia%20do%20REDD+%20Brochura.pdf. P 20 consultado em 14 de Maio de 2024

¹⁴⁹ RNV (2020) *Brochura do Relatório da Revisão Nacional Voluntária da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*. Moçambique. P. 22

¹⁵⁰ República de Moçambique Ministério da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural (2016) *Estratégia Nacional para a Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal, Conservação de Florestas e Aumento de Reservas de Carbono Através de Florestas (REDD+) 2016-2030*. Maputo. Disponível em file:///C:/Users/Estela/Downloads/Estrate%CC%81gia%20do%20REDD+%20Brochura.pdf. P 20 consultado em 14 de Maio de 2024

3.3.4. ODS14) Vida na Água

Este ODS refere-se a conservação e uso de forma sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável. Diante da sobrecarga das acções humanas sobre os mares e oceanos, as Nações Unidas determinaram, através dos ODS, que os países devem, pelo menos, conservar 10% das zonas costeiras e marinhas até finais de 2022.¹⁵¹

Para se alcançar a meta acima, o estado moçambicano tem elaborado instrumentos tais como a Resolução n.º 39/2017 de 14 de Setembro do Conselho de Ministros, que enquadra o desenvolvimento de actividades económicas no mar e nas zonas costeiras, respondendo aos desafios colocados à promoção, crescimento e competitividade de uma economia azul, rentável e sustentável.

Tem também o Programa Quinquenal do Governo de Moçambique (PQG), aprovado pela Resolução n.º 15/2020 de 14 de Abril que visa reduzir a pobreza melhorando a economia do país, com foco na agricultura e indústria, aproveitando os seus recursos naturais.¹⁵²

Uma das prioridades definidas no PQG é “Fortalecer a Gestão Sustentável dos Recursos Naturais e do Ambiente” o que está também definido no Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável (PNDS) com o objectivo de assegurar a conservação dos ecossistemas e o uso sustentável dos recursos naturais, o governo irá prosseguir com as seguintes acções: a) Fortalecer o sistema de Monitoria, Controlo e Fiscalização da actividade pesqueira; b) Intensificar a implementação das medidas de controlo do Estado dos Portos de pescas.¹⁵³

Além disso, o Plano de Ordenamento do Espaço Marítimo Nacional (POEM) lançado em 2019 tem como objectivo principal consagrar a coexistência harmoniosa, pacífica e o equilíbrio entre as utilizações que se traduz no desenvolvimento de diferentes actividades no mar; no desenvolvimento tecnológico e científico; aumento

¹⁵¹<https://zambeze.info/?p=12676> consultado em 18 de Maio de 2024 as 16h30

¹⁵² República de Moçambique (2020) *Programa Quinquenal do Governo (2020-2024)* Maputo, Moçambique. P 43/44

¹⁵³ República de Moçambique (2020) *Programa Quinquenal do Governo (2020-2024)* Maputo, Moçambique. P 44

do conhecimento e valorização do património arqueológico submarino bem como dos recursos biológicos marinhos.¹⁵⁴

Para fazer face ao cumprimento do ODS14, além dos dispositivos legais acima mencionados, o Governo de Moçambique,¹⁵⁵ reconhece a importância do mar e dos recursos existentes no seu domínio, para o desenvolvimento económico do país, criou um Ministério do Mar, Águas Interiores e Pescas (MIMAIP), com mandato de, entre vários, desenvolver o quadro político e legal inerente à promoção da governação e exploração das potencialidades do mar, na vertente económica, social e ambiental, e, orientado para a promoção, crescimento e competitividade de uma Economia Azul, rentável e sustentável, sendo de destacar:

a) A aprovação da Política e Estratégia do Mar (POLMAR), que advoga na sua Missão a promoção do conhecimento e o desenvolvimento económico, social e cultural sobre o mar, assente nos princípios da Economia Azul.¹⁵⁶

b) A aprovação do Regulamento que Estabelece o Regime Jurídico de Utilização do Espaço Marítimo Nacional (RJUEM) que institui os Instrumentos de ordenamento do espaço marítimo, cuja finalidade, de entre várias, consiste, nomeadamente em: (i) promover a exploração económica sustentável, racional e eficiente do mar e dos recursos marinhos e dos serviços dos ecossistemas; (ii) ordenar os usos e actividades a desenvolver no espaço marítimo com respeito pelos ecossistemas marinhos; e (iii) assegurar a preservação, protecção e recuperação dos valores naturais dos ecossistemas costeiros e marinhos e a manutenção do bom estado ambiental do meio marinho; entre outros.¹⁵⁷

Apesar dos esforços do governo para atingir esta meta, Moçambique está em apenas 03% no cumprimento do ODS14 dos ODS que prevêem que até 2022, os países devem conservar pelo menos 10% das zonas costeiras e marinhas.¹⁵⁸

¹⁵⁴ INIP Instituto Nacional de Inspecção do Pescado disponível em <https://inip.gov.mz/index.php/en/imprensa/destaques?start=5>. Consultado em 20 de Maio de 2024 as 22h36

¹⁵⁵ República de Moçambique. Ministério do Mar, Águas Interiores e Pescas (MIMAIP) (2023) *Conclusão da Elaboração da Estratégia de Desenvolvimento da Economia Azul (EDEA)*. Volume 2. Maputo P 5

¹⁵⁶ Idem

¹⁵⁷ Idem

¹⁵⁸ <https://zambeze.info/?p=12676>

Os factores que contribuem para o país não conseguir cumprir com o ODS14 são a sua extensão, pois possui uma área marinha que representa 43% do território nacional e 2,5% das áreas de conservação. Mais de 2.700km de costa com uma vida marinha abundante e diversificada. Esta riqueza representa uma importante fonte de alimentação para a população do país, um mercado de trabalho vital para cerca de 400 mil pessoas e uma fonte significativa de receita para muitas famílias, apesar da sua contribuição directa para o PIB ser relativamente baixa (abaixo de 2%).¹⁵⁹

O incremento da extensão das áreas de conservação marinha, por si só, não constitui solução para o problema de conservação da biodiversidade. Esta medida deverá ser acompanhada por uma reforma legal e institucional que garanta uma gestão adequada. No entanto, a gestão das áreas de conservação marinha no país constitui um desafio. Como por exemplo, as Ilhas Primeiras e Segundas localizadas entre as províncias de Nampula e Zambézia, que estão a sofrer exploração e destruição de corais por causa da fraca fiscalização.¹⁶⁰

Os pescadores artesanais são os principais actores no sector, capturando 90% da produção. No entanto, a exploração costeira e as técnicas de pesca destrutivas estão a diminuir a captura de peixes e a destruição dos habitats marinhos. Moçambique tomou medidas de gestão e acções de fiscalização para assegurar a redução da pesca costeira insustentável como:¹⁶¹

- Introdução e aumento do período de veda a pescaria de arrasto da pesca artesanal no Banco de Sofala e Baía de Maputo;
- Aumento de acções de fiscalização; e
- Planos de gestão que incluam medidas de redução de esforço e tamanho mínimo (plano do camarão do Banco de Sofala, Plano da Linha, Plano da Gamba e Planos de Gestão Locais para a pesca artesanal).

Reconhecendo o papel dos pescadores artesanais na economia e na protecção dos habitats marinhos, e para proporcionar o seu acesso aos recursos marinhos e mercados, Moçambique adoptou uma Política e Estratégia do Mar que estabelece

¹⁵⁹ RNV (2020) *Brochura do Relatório da Revisão Nacional Voluntária da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*. Moçambique. P. 13

¹⁶⁰ Idem

¹⁶¹ Idem

serviços de extensão pesqueira e de fomento nos domínios da tecnologia da pesca e do pescado, incluindo a redução de perdas pós -captura, dirigidos à pesca artesanal , com vista a aumentar a capacidade produtiva dos produtores de pequena escala. Todas estas medidas estão a contribuir positivamente para o alcance do ODS14,¹⁶² entretanto, estima-se que até 2030, Moçambique não irá cumprir com a meta estabelecida.

Em nossa opinião a aplicação da lei por si só não irá surtir os efeitos desejados, é necessário ir-se ao nível da base, envolvendo a comunidade, fazendo campanhas de mobilização social através de rádios comunitárias e unidades móveis de comunicação. É necessário, por exemplo, ainda explicar a população que os mangais apresentam diversas vantagens para o ambiente e para elas próprias, tais como na prevenção de enchentes e inundações, purificação das águas, berçário da vida marinha e das aves migratórias, retenção de dióxido de carbono, entre muitos outros benefícios importantes. Assim, elas se sentirão parte activa na fiscalização e protecção das zonas de mangal, pois se continuarem a destruir, um dia ficarão sem as vantagens proporcionadas por aquela vegetação e principalmente sofrerão com inundações nos locais em que vivem (temos exemplo do bairro Mapulene na zona do Costa do Sol, em Maputo), e desta forma teremos alguns resultados face ao cumprimento do ODS14.

O outro aspecto a realçar é que os mangais são considerados “ecossistemas de carbono azul”, bem como ervas marinhas e pântanos de sal, porque são 10 vezes mais eficientes em absorver e armazenar grandes quantidades de carbono a longo termo, em comparação com ecossistemas terrestres. Isto, torna-os essenciais para o combate às mudanças climáticas, mas mesmo assim, estes encontram-se sobre enorme risco de destruição devido às actividades humanas, mundialmente.

Moçambique tem contado com apoio de parceiros internacionais para operacionalizar o ODS14 tais como a implementação do Plano de Ordenamento do Espaço Marítimo, que conta com o apoio de parceiros através de fundos do Banco Mundial, no âmbito da implementação do Projecto *Swiofish* em curso no País através do Ministério do Mar, Águas Interiores e Pescas (MIMAIP) que tem como objectivo

¹⁶² RNV (2020) *Brochura do Relatório da Revisão Nacional Voluntária da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*. Moçambique. P. 13

reduzir a degradação dos recursos, impulsionar a contribuição económica do pescado e melhorar os meios de subsistência relacionados com a pesca entre outros.¹⁶³

Houve assinatura do Protocolo de Cooperação com a Autoridade de Segurança Alimentar e Económica de Portugal (ASAE). Deste modo, o Protocolo de Cooperação entre as duas instituições vai permitir a operacionalização dos projectos já desenhados no Sector do Mar, Águas Interiores e Pescas, através da Inspeção do Pescado (IP).¹⁶⁴

Execução do projecto de restauração do mangal que abrange os distritos de Luabo e Chinde, na Zambézia, e Marromeu, em Sofala, para aumentar a resiliência face às mudanças climáticas daquela região que está avaliado em mais de 6 milhões de euros, o equivalente a cerca de 413 milhões de meticais, num financiamento da Agência Francesa de Desenvolvimento.¹⁶⁵

Face a exposição acima, verifica-se que Moçambique tem feito vários esforços no que concerne ao cumprimento do ODS14 no país. Desde a formulação de um quadro legal robusto, à implementação de fiscalização ainda que fraca e a cooperação com os seus parceiros internacionais. Entretanto a extensão do país com mais de 2.700km de costa torna-se num desafio para o país implementar os esforços relacionados ao cumprimento do ODS14 até 2030 e a dependência da população aos recursos marinhos para a sua subsistência, usando formas não apropriadas para a pesca, a poluição do mar, o analfabetismo, a pobreza, fazem com que a meta do ODS esteja longe de alcançar. Conforme se verificou somente 03% da meta foi alcançada até 2021. Sendo assim, é muito importante sensibilizar a população ao nível da base para a mudança de comportamento face ao uso dos recursos naturais marinhos e também implementar projectos de desenvolvimento comunitário para que a população tenha outros meios de subsistência e deixem de buscá-los constantemente da natureza.

¹⁶³ Ministério do Mar, Águas Interiores e Pescas (2019). *Lançamento do Plano de Ordenamento do Espaço marítimo Nacional* disponível em <https://www.mimaip.gov.mz/lançamento-do-plano-de-ordenamento-do-espaco-maritimo-nacional-2/> consultado em 19 de Maio de 2024 as 10h50

¹⁶⁴ INIP Instituto Nacional de Inspeção do Pescado disponível em <https://inip.gov.mz/index.php/en/imprensa/destaques?start=5>. Consultado em 20 de Maio de 2024 as 22h40

¹⁶⁵ <https://www.diarioeconomico.co.mz/2024/04/07/economia/conservacao/desastres-naturais-complicam-restauracao-do-mangal-no-delta-do-zambeze/> consultado em 20 de Maio de 2024 as 23h00

3.3.5. ODS15) Vida Terrestre

O ODS15 tem como objectivo proteger, recuperar o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade.

Para a operacionalização do ODS15 o país conta com vários instrumentos legais a começar pela Constituição da República de Moçambique (CRM), a Estratégia Nacional de Desenvolvimento (2015-2035), o Programa Quinquenal do Governo (PQG 2015-2019) e bem assim a criação do Ministério da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural (MITADER).

A CRM,¹⁶⁶ é a lei fundamental moçambicana, no que tange a Vida Terrestre (ODS15) determina que se deve:

Garantir o aproveitamento racional dos recursos naturais com salvaguarda da sua capacidade de renovação, da estabilidade ecológica e dos direitos das gerações vindouras” (Artigo 117, 2, d). Mais ainda, no número 2 do seu Artigo 90, a CRM estabelece que “o Estado e as autarquias locais, com a colaboração das associações de defesa do ambiente, adoptam políticas de defesa do ambiente e velam pela utilização racional de todos os recursos naturais”. Por fim, no seu Artigo 102, a mesma define que “o Estado promove o conhecimento, a inventariação e a valorização dos recursos naturais e determina as condições do seu uso e aproveitamento com salvaguarda dos interesses nacionais.

Em seguida, a Estratégia Nacional de Desenvolvimento (2015-2035) realça a *“necessidade de investir na resiliência às mudanças climáticas com vista a reduzir as perdas e danos com particular destaque para o sector da agricultura, turismo e infra-estruturas.”*¹⁶⁷

¹⁶⁶ CRM Constituição da República de Moçambique (2004)

¹⁶⁷ República de Moçambique Ministério da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural (2016) *Estratégia Nacional para a Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal, Conservação de Florestas e Aumento de Reservas de Carbono Através de Florestas (REDD+) 2016-2030*. Maputo. Disponível em file:///C:/Users/Estela/Downloads/Estrate%CC%81gia%20do%20REDD+%20Brochura.pdf. P 12 consultado em 14 de Maio de 2024

Depois criou-se o Programa Quinquenal do Governo PQG (2015-2019) que tem como uma das 5 prioridades “assegurar a gestão sustentável e transparente dos recursos naturais e ambiente.” Um dos objectivos estratégicos do PQG para o período 2015-2019 é “garantir a integração da Economia Verde-Azul e da agenda de crescimento verde nas prioridades nacionais de desenvolvimento, assegurando a conservação de ecossistemas, a biodiversidade e o uso sustentável dos recursos naturais”.¹⁶⁸

Na sequência, foi criado o Ministério da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural (MITADER) com as funções principais de dirigir, planificar, coordenar, controlar e assegurar a execução das políticas nos domínios de administração e gestão de terra e geomântica, florestal e fauna bravia, ambiente, áreas de conservação e desenvolvimento rural. Na área de florestas, o MITADER, tem Exemplo de envolvimento das comunidades no plantio de árvores e reflorestamento entre outras tarefas, as de propor estratégias de desenvolvimento do sector de florestas, desenvolvimento rural, áreas de conservação.

Por sua vez, o Ministério da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural (MITADER) através do Decreto n.º 6/2016 Cria o Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável (PNDS) constituído por projectos, objectivos e metas concretas e determinantes para assegurar as transformações económicas, sociais, ambientais, estruturais e institucionais, aspiradas no Programa Quinquenal do Governo (PQG 2015 - 2019) e no Plano Económico Social (PES). O PNDS responde ainda às metas definidas nos Objectivos do Desenvolvimento Sustentável (2015-2030). Um dos objectivos do PNDS é de fomentar e financiar programas e projectos que garantam o desenvolvimento sustentável harmonioso e inclusivo, com particular ênfase nas zonas rurais.¹⁶⁹

Em Maio de 2018 foi publicado o Regulamento para Programas e Projectos Inerentes à Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal

¹⁶⁸ República de Moçambique Ministério da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural (2016) *Estratégia Nacional para a Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal, Conservação de Florestas e Aumento de Reservas de Carbono Através de Florestas (REDD+) 2016-2030*. Maputo. Disponível em file:///C:/Users/Estela/Downloads/Estrate%CC%81gia%20do%20REDD+%20Brochura.pdf. P 12 consultado em 14 de Maio de 2024

¹⁶⁹ <https://www.fnds.gov.mz/index.php/pt/nossos-projectos/listagem-de-projectos/terra-segura> consultado em 30 de Abril de 2024 as 22h30

Conservação e Aumento de Reservas de Carbono (REDD+). Foi também implementado o Sustenta que constitui um projecto de gestão integrado de agricultura e recursos naturais cujo objectivo é promover e facilitar o desenvolvimento rural integrado, com vista a contribuir para a melhoria das condições de vida das famílias rurais.

Neste ODS, o PQG (2020-2024) aprovado pela Resolução n.º 15/2020 de 14 de Abril também é o suporte para a operacionalização do mesmo pois, visa reduzir a pobreza melhorando a economia do país, com foco na agricultura e indústria, aproveitando os recursos naturais.¹⁷⁰ E tendo como uma das prioridades definidas no PQG “Fortalecer a Gestão Sustentável dos Recursos Naturais e do Ambiente” da seguinte maneira: c) Incentivar o estabelecimento de parcerias entre as comunidades e o sector privado na gestão e conservação da biodiversidade, estimulando a criação de emprego e desenvolvimento de actividades geradoras de rendimento; d) Aumentar o número de parcerias de co-gestão nos Parques e Reservas; e e) Impulsionar a massificação dos programas de Educação Ambiental e disseminar boas práticas de gestão ambiental.¹⁷¹

Como se pode ver, o governo tem elaborado vários instrumentos para o cumprimento do ODS15, todavia, as causas e agentes de desmatamento e degradação florestal são complexas e actuam de forma combinada e são os seguintes:¹⁷²

- A procura de alimentos e energia para a satisfação de uma população nacional sempre crescente, bem como a pressão dos mercados internacionais de produtos agrícolas e florestais têm sido referidos como as causas fundamentais do desmatamento em Moçambique;
- A crescente actividade mineira bem como infra-estrutura associada também contribui para a conversão das florestas em outros usos da terra;
- O alto crescimento populacional (2.5% anual a nível nacional), incluindo uma rápida urbanização, associado a baixa escolaridade e falta de oportunidades de

¹⁷⁰ República de Moçambique (2020) *Programa Quinquenal do Governo (2020-2024)* Maputo, Moçambique. P 44

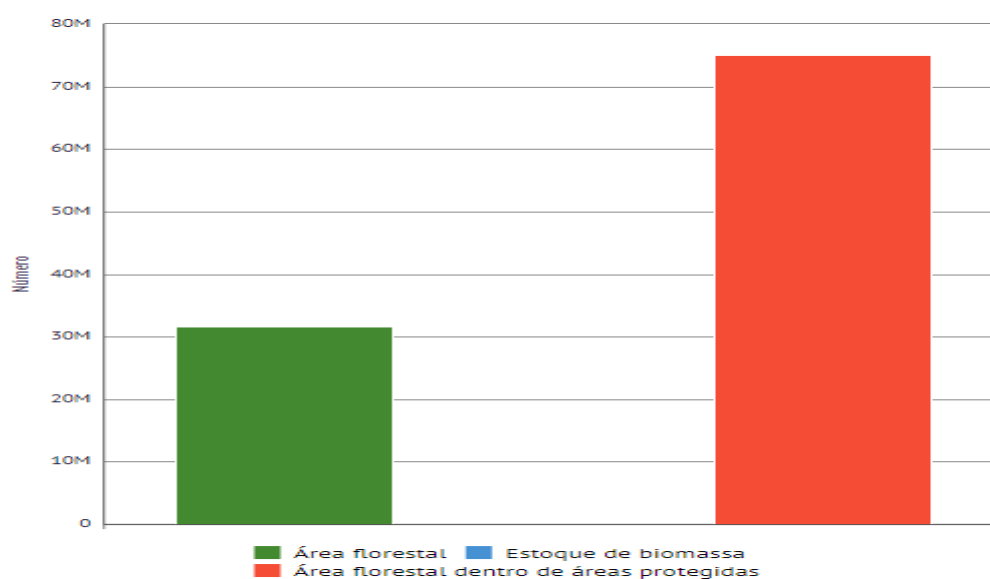
¹⁷¹ República de Moçambique (2020) *Programa Quinquenal do Governo (2020-2024)* Maputo, Moçambique. P 44

¹⁷² República de Moçambique Ministério da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural (2016) *Estratégia Nacional para a Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal, Conservação de Florestas e Aumento de Reservas de Carbono Através de Florestas (REDD+) 2016-2030.* Maputo. Disponível em file:///C:/Users/Estela/Downloads/Estrate%CC%81gia%20do%20REDD+%20Brochura.pdf. P 12
P 12 consultado em 14 de Maio de 2024

emprego, contribui para o aumento da pobreza urbana, trazendo habitantes com modos de vida rurais a cidades não preparadas para o efeito. Esta situação leva por exemplo à contínua e crescente construção de habitações precárias com uso de estacas e lalacacas e consumo de energia de biomassa.

Perante este cenário robusto de instrumentos legais para travar a desflorestação, o país estabeleceu uma meta de 0,21% de desmatamento (ODS 15.2), progresso em direcção a gestão sustentável de florestas: 1) área florestal, 2) estoque de biomassa, 3) área florestal dentro de áreas protegidas, 3) área florestal sob plano de manejo e 5) área florestal sob um esquema de certificação de manejo florestal verificado de forma independente.¹⁷³

Gráfico 4: Progresso em direcção a gestão sustentável de florestas em Moçambique



Fonte: INE (2007 – 2022) <http://www.ine.gov.mz/>

Interpretando o gráfico acima em termos numéricos teremos, o seguinte:

Composição Composta	2018
Área florestal	31.693.872,00
Estoque de biomassa	93,77
Área florestal dentro da área protegida	75.096.375,00

Fonte: INE (2007 – 2022) <http://www.ine.gov.mz/>

¹⁷³ Instituto Nacional de Estatística INE (2007 – 2022) <http://www.ine.gov.mz/>

Os dados acima demonstram que temos aspectos positivos a realçar no que diz respeito à conservação das áreas florestais e também nas áreas florestais dentro de áreas protegidas, entretanto no que diz respeito ao estoque de biomassa o país ainda tem muito que fazer além das políticas traçadas. O Estoque de biomassa refere-se ao material orgânico vegetal ou animal usado como fontes de energia limpa e sustentável. Por exemplo resíduos de madeira, resíduos agrícolas e florestais (Lixo orgânico: plantas, lenha, bagaço de cana-de-açúcar, bagaço de coco); resíduos urbanos (lixo), industriais e pecuários (excrementos); e resíduos de cogeração celulósica (queima de bagaço para gerar energia).¹⁷⁴

Por um lado, os resultados positivos reflectidos na protecção das florestas têm a ver com a fiscalização introduzida nas áreas florestais a partir dos programas governamentais com o objectivo de fiscalizar práticas não amigas do ambiente tais como a agricultura itinerante, a extracção predadora e o tráfego ilegal de madeira que tem sido um problema grave e contribui para a acumulação de riqueza no exterior. Face à situação, em 2017 o Governo lançou uma iniciativa de fiscalização florestal, a “Operação Tronco” em seis províncias do país (Cabo Delgado, Nampula, Zambézia, Tete, Manica e Sofala).¹⁷⁵

A operação culminou com a apreensão de madeira a favor do Estado. A madeira foi utilizada para suprir as necessidades nacionais e incluindo a produção de 800 mil carteiras escolares até 2019. A operação foi aplaudida e nas consultas, vários actores recomendaram que a iniciativa fosse institucionalizada passando a corresponder ao funcionamento normal da fiscalização em vez de se limitar a uma campanha. Para além da penalização dos infractores, também foi sugerido que o Governo continuasse o trabalho de prevenção para evitar os danos na sustentabilidade dos ecossistemas.¹⁷⁶

A nível legislativo foi aprovada mais uma, a Lei de Taxa de Sobrevalorização da Madeira, que interdita a exportação de madeira em toros e vigas de qualquer classe, promovendo assim exportação de produtos semi-acabados e acabados.¹⁷⁷

¹⁷⁴ <https://www.eosconsultores.com.br/cogeracao-no-saneamento-basico/>. Consultado em 11 de Maio de 2024

¹⁷⁵ RNV (2020) *Brochura do Relatório da Revisão Nacional Voluntária da Agenda 2030 para o Desenvolvimento*

¹⁷⁶ RNV (2020) *Brochura do Relatório da Revisão Nacional Voluntária da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Moçambique*. P. 23

¹⁷⁷ Idem

Em termos da conservação, a lei em Moçambique estipula que as empresas de exploração florestal têm de manter 1ha de conservação e de acordo com empresários do sector, este tem sido um incentivo à procura de soluções com os comités locais de gestão da floresta. Em paralelo, entidades não-governamentais e centros de pesquisa tem trabalhado com as comunidades locais na adopção de práticas de agricultura sustentável, com vista a diminuir a pressão sobre as áreas de conservação e controlar o desmatamento.¹⁷⁸

Por outro lado, a baixa percentagem do uso da biomassa é preocupante pois é a partir desta que o ambiente é protegido através do uso sustentável dos recursos ambientais e a redução da degradação ambiental para se atingir o ODS15, especificamente para recuperar o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade.

Para alcançar resultados positivos no que concerne a utilização da biomassa, o governo moçambicano tem de superar alguns desafios que se colocam na implementação das suas políticas tais como:¹⁷⁹

- A implementação de novas tecnologias que possibilitem o acesso a tecnologias limpas e ambientalmente amigáveis para a produção de alimentos e energia de forma sustentável voltadas a abastecer a procura da população local;
- A capacidade reduzida tanto da população assim como do Estado de dar respostas apropriadas para as limitações de acesso a formas alternativas de produção de alimentos e geração de energia. Note-se que a principal contribuição do PIB vem do sector da agricultura (cerca de 25%), a qual é praticada por 80% da população, em moldes rudimentares e de forma não sustentável com recurso às queimadas.
- O sector de florestas contribui 4% para o PIB e no presente momento este sector resume-se na exploração de madeira de alto valor comercial, e com poucas acções voltadas à sua reposição.

¹⁷⁸ RNV (2020) *Brochura do Relatório da Revisão Nacional Voluntária da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*. Moçambique. P. 23

¹⁷⁹ República de Moçambique Ministério da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural (2016) *Estratégia Nacional para a Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal, Conservação de Florestas e Aumento de Reservas de Carbono Através de Florestas (REDD+) 2016-2030*. Maputo. Disponível em file:///C:/Users/Estela/Downloads/Estrate%CC%81gia%20do%20REDD+%20Brochura.pdf. P 13 consultado em 14 de Maio de 2024

Em resultado do programa REDD+ a primeira verificação do Programa de Gestão Integrada da Paisagem da Zambézia em Moçambique no âmbito do Fundo de Carbono do *Forest Carbon Partnership Facility* (FCPF) foi recentemente concluída com a verificação de 2.040.904 reduções de emissões, resultantes da redução de emissões por desmatamento, portanto, Moçambique foi considerado o primeiro país do mundo aprovado na verificação credenciada do Fundo de Carbono do FCPF de redução de emissões de RDD+. ¹⁸⁰

Com os resultados acima apresentados, leva-se a acreditar que as políticas governamentais implementadas para a redução do CO₂ através da redução do desmatamento estão a resultar positivamente, porém, na prática o desmatamento florestal, ainda está a acontecer em grande escala, por questões ligadas a falta de financiamento para a implementação dos programas e projectos; planificação participativa dos líderes locais e comunidades locais (população que vive dentro ou perto de florestas), uma vez que eles conhecem melhor o terreno e podem dar subsídios valiosos para a implementação das políticas ao nível da base. Capacitação desta população transmitindo tecnologias e fomento dos ODS no geral e ODS15 em particular para se apropriarem dos projectos e programas e serem eles os fiscais nativos contra o desmatamento em coordenação com os fiscais florestais governamentais.

Constata-se também a questão da pobreza da população, portanto, para se alcançar a meta pretendida para este ODS, é necessário agir ao nível local atacando questões ligadas à redução da pobreza rural, desenvolvimento rural, desenvolvimento das cidades, entre outras. Travar o desmatamento requer uma abordagem inter-sectorial que, por um lado, apoie os agricultores a melhorarem a produção agrícola para evitar o abate da floresta e para restaurar áreas degradadas através do plantio de árvores, por exemplo, o fomento da exploração sustentável da floresta.

Para dar ênfase a questão da educação e da consciencialização das comunidades sobre a importância de proteger o ambiente no geral, os nossos entrevistados residentes na cidade da Beira e que foram afectados pelo ciclone Idai reafirmam que devido a pobreza a população ainda ignora algumas práticas nocivas

¹⁸⁰ <https://www.fnds.gov.mz/mrv/index.php/actividades/noticias/199-mocambique-tornou-se-o-primeiro-pais-do-mundo-a-ser-aprovado-na-verificacao-credenciada-do-fundo-de-carbono-do-fcpf-de-reducoes-de-emissoes-de-redd> consultado em 16 de Maio de 2024

ao ambiente, isto é, segundo Manecas¹⁸¹ existem actividades praticadas na sua comunidade que são nocivas ao ambiente que são, a título de exemplo, o abate indiscriminado das árvores e as queimadas descontroladas; Joaquim (2024),¹⁸² Manhice,¹⁸³ e Charles,¹⁸⁴ mencionaram também a venda excessiva de plástico para uso doméstico, a falta de limpeza e higiene na comunidade e locais de lazer como praias e mercados, o não plantio de árvores, a não recolha de lixo e a poluição ambiental (deitar o lixo fora dos contentores, mau uso de automóveis, poluição do mar pelas empresas industriais, entre outros) enfraquecem as leis e tornam as metas do ODS15 ainda mais distantes de se alcançar.

Além disso, Manecas¹⁸⁵ acredita que para além de recursos financeiros, demanda-se melhor qualidade de ensino de modo a transmitir valores sobre a protecção do ambiente. Para o entrevistado, a escassez dos recursos financeiros e a má qualidade de ensino são desafios com os quais o Estado lida na operacionalização do ODS15. E para lidar com isso, o governo deve desenvolver ferramentas que irão guiá-lo na planificação e implementação de políticas que visam mitigar as mudanças climáticas e eventos extremos internamente.

Sendo assim, para a operacionalização do ODS 15 Moçambique conta com a ajuda de parceiros internacionais na implementação de projectos e programas a saber: 1) o projecto REDD+ financiado pelo *Forest Carbon Partnership Facility* (FCPF) a nível nacional, orçado em 8.6 milhões de dólares, implementado pelo Ministério da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural; 2) o Projecto MOZFIP cuja meta é Posicionar o sector florestal no centro de desenvolvimento rural e nacional de Moçambique, com a duração de 5 anos, com várias fontes de Financiamento (não mencionadas), Orçado no valor de 47 milhões de dólares, a ser implementado pelo MADER e o FNDS na Cobertura Geográfica: Zambézia e Cabo Delgado; 3) o projecto MOZRURAL - Programa de Economia Rural Sustentável, será implementado por vários Ministérios, liderados pelo Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural (MADER); terá a duração de 10 anos, e a primeira fase do

¹⁸¹ Fernando Manecas, professor em Muxúngue, entrevistado aos 08 de Janeiro de 2024.

¹⁸² Maria Bica Joaquim, médica em Sofala, entrevistada aos 08 de Janeiro de 2024

¹⁸³ Sheima Carla Manhice, Médica em Sofala entrevistada aos 08 de janeiro de 2024

¹⁸⁴ Joaquim Charles, residente na Cidade da Beira entrevistado aos 08 de janeiro de 2024.

¹⁸⁵ Fernando Manecas, professor em Muxúngue, entrevistado aos 08 de Janeiro de 2024.

PERS será implementada por 5 anos com um pacote de financiamento total de 150 milhões de dólares financiado pelo Banco Mundial.¹⁸⁶

Apesar da intenção da comunidade internacional em financiar a recuperação do carbono em Moçambique, ainda existem muitos projectos que estão somente no papel tais como: 1) o aterro sanitário que será construído numa área de 100 hectares em Matlemele com o objectivo de disponibilizar uma infra-estrutura de tratamento e deposição segura de resíduos, amiga do ambiente com enfoque na transferência de tecnologia. Este projecto será financiado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento Sustentável (FNDS), está orçado em USD 60.825.000,00, a Fonte de Financiamento é o Governo de Moçambique: USD 12.204.000,00 e a Korea EximBank: USD 48.621.000,00 para a Reciclagem de 200 Toneladas por dia de resíduos sólidos e; Produção de energia: 4 Mgw de energia limpa. O projecto já tem tudo para ser implementado, mas não se sabe porque ainda continua somente no papel; 2) o projecto de Ordenamento Territorial e reassentamento financiado pelo Banco Mundial de forma faseada para o fornecimento de DUAT às famílias com o objectivo de proporcionar o ordenamento territorial a nível nacional; este está a ser implementado faseadamente, mas ainda diminuto.¹⁸⁷

Conforme se pode verificar as políticas são muitas, todavia o financiamento externo para a operacionalização dos ODS15 é incipiente, pondo em causa as metas estabelecidas para se atingir até 2030.

3.4. Resultados

De uma forma geral, verifica-se que:

1. A Pobreza, de todas as suas formas, da população moçambicana inviabiliza o governo moçambicano e seus parceiros de cooperação internacional a operacionalizar os ODS sobre as mudanças climáticas. Poisa maior parte da população, ainda depende da natureza para suprir as suas necessidades básicas de

¹⁸⁶<https://www.fnds.gov.mz/index.php/pt/nossos-projectos/listagem-de-projectos/21-desenvolvimento-sustentavel/266-mozrural-programa-de-economia-rural-sustentavel> consultado em 16 de Maio de 2024 as 15h00

¹⁸⁷<https://www.fnds.gov.mz/index.php/pt/nossos-projectos/listagem-de-projectos/21-desenvolvimento-sustentavel/266-mozrural-programa-de-economia-rural-sustentavel> consultado em 16 de Maio de 2024 as 15h00

sobrevivência sem contar que o Governo também ainda depende do financiamento internacional para o seu Orçamento do Estado e depois vem questões relacionadas ao clima.

2.A vulnerabilidade de Moçambique face às mudanças climáticas acarreta do governo e seus parceiros de cooperação internacional, investimentos avultados para a operacionalização dos ODS sobre o clima pois, os parceiros de cooperação internacional não tem uma postura proactiva no financiamento para adaptação e mitigação dos efeitos climáticos no país e pautam por financiamentos em pequena escala, reactivos e incrementais, focados em impactos imediatos e riscos de curto prazo para apoiar o país nas perdas e danos causados pelos eventos climáticos severos, conforme a teoria tradicional da CID o que não permite o desenvolvimento do País.

3.5. Desafios da Operacionalização dos ODS sobre o ambiente em Moçambique

Neste subcapítulo, iremos demonstrar em que medida a Cooperação Internacional Permite que Moçambique possa fazer face aos desafios impostos pelos ODS sobre as mudanças climáticas.

Particularmente sobre o ambiente em Moçambique, o aumento da frequência e severidade dos desastres naturais tem dificultado a capacidade do País para reduzir o risco de desastres e adaptar-se efectivamente às mudanças climáticas. O financiamento público para a implementação das estratégias de biodiversidade e adaptação são limitados e a crise económica que o país atravessa teve um forte impacto nos valores disponibilizados no Orçamento do Estado. Para o efeito, os parceiros de desenvolvimento têm jogado um papel importante assegurando o financiamento para a operacionalização dos ODS sobre o clima. Entretanto, conforme o que foi exposto nos subcapítulos anteriores, verifica-se que os parceiros de cooperação internacional têm cooperado com Moçambique com o objectivo de alcançar os ODS sobre o clima até 2030, por conseguinte, as promessas feitas a quando da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (CQNUMC) cujo objectivo é de “mobilizar conjuntamente 100 bilhões de dólares

anuais até 2020 de todas as fontes para responder às necessidades dos países em desenvolvimento no contexto de acções de mitigação significativas e transparência na implementação e operacionalização plena do Fundo Verde do Clima através da sua capitalização o mais rapidamente possível até ao ano 2020.” Este era o prazo estipulado para a mobilização de fundos climáticos e sua aplicação, no entanto, segundo Prolo,¹⁸⁸ até 2020 nenhum país em vias de desenvolvimento havia recebido financiamento prometido a partir desse fundo para operacionalizar os ODS no geral muito menos os relacionados ao clima. O que se pode entender como falta de vontade política dos dirigentes dos países desenvolvidos em financiar aos países em desenvolvimento na operacionalização dos ODS.

Contudo, verifica-se um financiamento reactivo, de curto prazo e para resolver problemas imediatos no que diz respeito aos eventos climáticos severos que ocorrem em alguns países do mundo como é o caso de Moçambique. No caso de Moçambique, um país geograficamente exposto a vários eventos climáticos (tempestades tropicais, cheias, secas, subida do nível das águas do mar, etc.) e que por isso já foi classificado como o quinto país mais vulnerável do mundo de acordo com o índice de vulnerabilidade de mudanças climática,¹⁸⁹ Moçambique não deveria estar alheio aos esforços internacionais de reduzir as causas e impactos das mudanças climáticas. O financiamento reactivo, não irá possibilitar que Moçambique alcance os ODS sobre o clima em 2030 pois, se recebesse o financiamento prometido na CQNUMC, aplicaria na implementação das leis já existentes e em programas e projectos de construção de infra-estruturas resilientes e adaptação às mudanças climáticas, iria sensibilizar a população para aspectos ligados às alterações climáticas, iria investir na tecnologia e priorizar na economia, sectores que não sejam vulneráveis aos choques climáticos para serem a base do desenvolvimento e quando acontecessem os eventos climáticos severos estaria minimamente preparado para passar por eles sem muitas perdas de vidas humanas e de infra-estruturas.

¹⁸⁸ PROLO Carolina. *atall* (2023) *Acoro de Paris: Um guia para os perplexos* disponível em <https://www.oc.eco.br/wp-content/uploads/2023/11/Acoro-de-Paris-Um-guia-para-os-perplexos-1.pdf> P. Observatório do Clima e LACLIMA.pdf P 22.

¹⁸⁹ República de Moçambique Ministério da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural (2016) *Estratégia Nacional para a Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal, Conservação de Florestas e Aumento de Reservas de Carbono Através de Florestas (REDD+) 2016-2030*. Maputo. Disponível em <file:///C:/Users/Estela/Downloads/Estrate%CC%81gia%20do%20REDD+%20Brochura.pdf>. p. 12 consultado em 14 de Maio de 2024 as 21h55

Logo, o financiamento reactivo não é favorável para Moçambique pois, na condição de vulnerabilidade e exposição em que se encontra por causa da sua localização geográfica faz com que quando acontecem os eventos severos perca o pouco que já havia construído anteriormente trazendo, deste modo, um retrocesso ao desenvolvimento sócio económico do país pois, ao receber o financiamento depois dos eventos climáticos severos (de forma reactiva), deve recuar e reconstruir de novo o que já antes existia de forma resiliente que é mais dispendioso, em vez de construir novas infra-estruturas para enfrentar os eventos climáticos e desenvolver o país.

Em seguida, apresentamos alguns financiamentos reactivos que Moçambique recebeu dos seus parceiros internacionais ao longo dos anos no período em estudo (2017-2021), ora vejamos, aquando do ciclone Dineo a ONU apoiou o governo moçambicano no valor orçado em 16,5 milhões de dólares americanos para lidar com os prejuízos da tempestade. O objectivo era restaurar os danos causados às infra-estruturas e apoiar os sectores da agricultura e do auxílio humanitário.¹⁹⁰ Logo após o ciclone Idai, as Nações Unidas e seus parceiros apelaram por 40,8 milhões de dólares como ajuda de emergência para apoiar as pessoas afectadas pelo Idai em Moçambique¹⁹¹ em seguida, o departamento para o Desenvolvimento Internacional do Reino Unido enviou 7,95 milhões de dólares para Moçambique para apoiar a população afectada e a União Europeia libertou uma ajuda emergencial de 3,5 milhões de euros para Moçambique, Malawi e Zimbábue,¹⁹² enquanto a Sociedade do Crescente Vermelho dos Emirados Árabes Unidos forneceu uma ajuda emergencial de 4,98 milhões de dólares para os países já citados.¹⁹³ Após o ciclone Kenneth a UE libertou 1,5 milhões de Euros como assistência imediata para aqueles que foram afectados pelo ciclone¹⁹⁴ e as Nações Unidas forneceram uma ajuda de emergência de 13 milhões a Moçambique, para ajudar a fornecer alimentos e água, bem como a reparar as infra-estruturas danificadas.¹⁹⁵

¹⁹⁰ <https://news.un.org/pt/story/2017/03/1578861> consultado em 14 de Maio de 2024 as 22h40

¹⁹¹ <https://reliefweb.int/report/mozambique/tropical-cyclone-idai-appeal-us408-million-provide-life-saving-assistance>. Consultado em 15 de Maio de 2024 as 19h20

¹⁹² https://www.eeas.europa.eu/node/59860_en. Consultado em 15 de Maio de 2014 as 1620

¹⁹³ <https://www.khaleejtimes.com/government/uae-to-send-dh18-3m-relief-aid-for-1-5m-affected-by-cyclone-idai>. Consultado em 15 de Maio de 2024 as 16h45

¹⁹⁴ https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/en/IP_19_2297. Consultado em 16 DE Maio de 2024 as 12h30

¹⁹⁵ <https://www.reuters.com/article/africa-cyclone/united-nations-gives-mozambique-13-million-for-cyclone-kenneth-damage-idUSL5N22B0O4/>. Consultado em 16 de Maio de 2024 as 16h40

Sendo assim, identificam-se como desafios de Moçambique e a cooperação internacional com o objectivo de operacionalizar os ODS sobre o clima os seguintes:

1) Ao nível Interno

Moçambique tem como desafio interno o comprometimento e a colaboração dos actores envolvidos (governo e comunidades locais), de proteger os investimentos feitos pelos parceiros de cooperação internacional demonstrando resultados tangíveis dos investimentos;

A participação na tomada de decisões das comunidades locais, na fiscalização e na implementação efectiva de políticas com vista a operacionalização dos ODS sobre o clima.

2) Ao nível da Cooperação Internacional

Moçambique tem como desafio a mobilização de financiamento internacional a longo prazo para operacionalizar os ODS sobre o clima de modo a implementar as acções estratégicas com vista ao alcance das metas em 2030.

Pautar pela transparência e prestação de contas (boa governação) dos financiamentos feitos para poder lograr novos financiamentos internacionais desejados com confiança dos seus parceiros.

CONCLUSÃO

Este estudo buscou compreender os desafios enfrentados por Moçambique no âmbito da cooperação internacional para a operacionalização dos ODS sobre as mudanças climáticas.

O estudo foi Desenvolvido à luz da teoria pluralista e da CID e demonstrou que a visão plural de assuntos e actores, (Estados, instituições internacionais, empresas multinacionais, organizações não governamentais, indivíduos, movimentos transnacionais e outros actores não estatais) permite que assuntos ligados ao desenvolvimento e ao clima encontrem espaço relevante nos debates de outros actores, embora que os Estados tenham o seu papel reconhecido, bem como, a compreensão da cooperação internacional para o desenvolvimento como um facto, enquanto uma acção horizontal, não egoísta, mas altruísta, pelo bem do mundo, na medida em que os desafios globais são cada vez mais complexos, multidimensionais, imprevisíveis, transcendem fronteiras e não podem ser resolvidos à escala nacional como é o caso das alterações climáticas.

A CID foi compreendida como o conjunto de acções executadas por actores públicos, privados, sociedade civil, ONG, entre outros de distintos países que buscam conjuntamente a promoção do desenvolvimento sócio económico ambientalmente sustentável, isto para a vertente do meio ambiente. Através do estudo percebeu-se que na relação entre os diferentes actores existem dois grupos de países, os desenvolvidos (países do Norte) – doadores e os em vias de desenvolvimento (países do Sul) recipiendários, cujas relações distinguem-se da seguinte maneira: na relação (Norte-Sul) há uma dependência dos países recipiendários para com os países doadores. Esta relação não proporciona desenvolvimento para os países do Sul pois, as doações são feitas para resolver problemas pontuais. São financiamentos em reacção a determinado problema pontual de sobrevivência e não para criar sistemas económicos robustos nos países em desenvolvimento.

Ao se constatar esta visão, houve uma mudança de abordagem, passando a haver a cooperação Sul-Sul em que os países do Sul passaram a ser recipiendários e doadores ao mesmo tempo. Nesta relação há benefícios mútuos entre os actores. Neste tipo de cooperação era suposto haver desenvolvimento entre os países do Sul, mas muitas vezes para haver cooperação entre este tipo de países é necessário haver a

intervenção dos países do Norte para o financiamento, cai-se mais uma vez na dependência que se torna recorrente e não traz desenvolvimento, mas sim endividamento cada vez maior, tornando-se num círculo vicioso.

Do estudo ficou também assente que, no geral, a abordagem de dependência prevalece também para as acções climáticas, consubstanciada pela CQNUMC que responsabiliza os países desenvolvidos arcarem com todas as despesas inerentes a adaptação e mitigação dos efeitos climáticos nos países em desenvolvimento pois, eles são os maiores causadores da emissão de GEE no mundo. Por sua vez, os países desenvolvidos comprometeram-se em mobilizar 100 bilhões de dólares anualmente para fazer face a esse compromisso, porém, até 2020 não havia disponibilidade deste valor para o financiamento.

Uma vez que para operacionalizar os ODS sobre o clima Moçambique depende do financiamento dos países desenvolvidos, que não disponibilizam fundos para o efeito, o país não tem como operacionalizar os ODS sobre o clima até 2030. Não obstante Moçambique ter sido classificado como o quinto país mais vulnerável do mundo e por isso deveria merecer maior atenção dos doadores para a prevenção e mitigação dos efeitos climáticos severos, não se verifica essa acção por parte dos doadores, pautando por financiamentos em pequena escala, reactivos e incrementais, mais focados em impactos imediatos e riscos de curto prazo conforme se verificou aquando dos ciclones Idai e Kenneth, para solucionar perdas e danos.

Sendo Moçambique um país vulnerável às mudanças climáticas esteve sempre disponível a colaborar com seus parceiros de cooperação internacional em busca da prevenção e mitigação dos efeitos climáticos severos, tanto que assinou e ratificou os instrumentos internacionais com esse objectivo. Outrossim, ao nível interno, elaborou vários instrumentos legais com vista a operacionalizar os ODS sobre o clima, mas sem financiamento não é possível implementar tais leis ao nível da base para colher-se resultados tangíveis.

Apesar das constatações acima, inerentes ao sistema internacional da CID, constatou-se que ao nível doméstico, se Moçambique recebesse os valores prometidos pela CQNUMC, no nosso entender, não era certo que o país estaria preparado para implementar as políticas, os planos e os projectos dos ODS sobre o clima pois, a estrutura governativa está mergulhada num nível alto de corrupção que se

consubstancia em desvio de fundos do Estado para fazer face a interesses particulares dos governantes como, por exemplo, no caso das dívidas não declaradas. Portanto, a implementação dos ODS no geral ou especificamente sobre o clima, está condenado ao fracasso a menos que esses fundos sejam destinados directamente às ONGs de comprovada capacidade técnica e integridade devendo, prestar contas ao Estado de todas as suas acções no âmbito dos programas visados.

Nestes termos, por um lado os governantes têm por desafio continuar a mobilizar recursos a longo prazo junto dos seus parceiros de cooperação internacional, por outro lado, os governantes devem pautar pela transparencia e boa governação na gestão dos recursos doados, até porque é um dos princípios defendidos pelos países do Norte para poder se beneficiar dos financiamentos doados por eles. Com o financiamento adquirido e com a transparência desejada, o país poderá implementar os instrumentos legais ao nível local que em conjunto com outros actores de CID irão trazer mudanças estruturais, sociais, sanitárias, ambientais, educacionais, tecnológicas de forma inclusiva para a operacionalização dos ODS sobre o clima até 2030.

RECOMENDAÇÕES

1. Uma vez que o financiamento dos países do Norte tem em vista resolver problemas imediatos e criar dependência financeira dos países receptores, não trazendo desenvolvimento robusto para os mesmos, Moçambique deve reduzir gradualmente a dependência económica em relação aos países do Norte de maneiras que possa ter a sua independência económica e daí poderá implementar suas Políticas, Estratégias, Planos e Projectos de forma preventiva face aos efeitos das mudanças climáticas;
2. Para reduzir a dependência face aos países do Norte, Moçambique deveria pautar pela diversificação da economia nacional para promover o desenvolvimento e o crescimento económico. Por exemplo, criar condições para um sector privado mais diversificado; aumentar a produção agrícola industrializada; Aumentar a produção de bens e serviços produzidos localmente; Implementação de projectos em estradas para o escoamento da produção agrícola local; energia que permita actividades de pequenas indústrias e comércio locais. Estas acções seriam benéficas ao Governo pois teria fundos para implementar os ODS sobre o clima e também para a população local que deixaria de buscar na natureza seu sustento de forma insustentável pois, haveria mais postos de trabalho e outras fontes de renda para a sua sobrevivência;
3. Privilegiar a cooperação Sul-Sul que permitirá investir em áreas de investigação científica, tecnológica e sócio-económica com o objectivo de reduzir ao máximo as perdas e danos causados pelos eventos climáticos severos. Por exemplo, a construção de represas para as águas que no tempo chuvoso criam inundações para ser aproveitada no tempo seco para a irrigação agrícola e dar ao gado. Criação de indústrias de transformação de resíduos sólidos em energia limpa para que possamos ter cidades limpas e sustentáveis e ao mesmo tempo evitar-se o desflorestamento.

4. Melhorar a educação, aumentar a consciencialização fazendo a sensibilização sobre os problemas climáticos actuais, seus riscos, mitigação, adaptação, impactos e alerta precoce a partir das escolas primárias até as universidades.
5. Criação e implementação de projectos de desenvolvimento comunitário que permitam que a população tenha outras fontes de renda para o seu sustento e abandonem actividades prejudiciais ao ambiente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ALVARENGA, Estelbina Miranda (2012). Metodologia de Investigação Qualitativa e Quantitativa: Normas técnicas de apresentação de trabalhos científicos. Tradução de Cesar Amarilhas, 2ª edição, Assunção, Paraguai.
2. ABDALA, Sebastião (2016), A natureza conflituosa da exploração dos recursos minerais na África Subsahariana in Zeca atall (2016) Moçambique, Recursos energéticos e política internacional, Escolar Editora, Editores e Livreiros Lda, Maputo.
3. BEZERRA, JULIANA(s/d) Conferencia de Estocolmo. Disponível em <https://www.todamateria.com.br/conferencia-de-estocolmo>
4. CHATURVEDI, Sachin (2012) Repensando a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento. IPEA.
5. CAMÕES, M. R. S. (2018) Desafios e condicionantes para implementação da Agenda dos ODS na Administração Pública Federal brasileira, Enap. Brasília.
6. CNODS (2017) Plano de Ação 2017-2019. Comissão Nacional ODS Brasil. Disponível em : <http://www4.planalto.gov.br/ods/publicacoes/plano-de-acao-da-cnods-2017-2019> .
7. CONEXÃO AMBIENTAL(s/d) disponível em <https://www.conexaoambiental.pr.gov.br/pagina/objectivos-de-desenvolvimento-sustentavel-ODS>
8. DENTON, F. (2013) Climate Adaptation. Disponível em <https://idl-bnc-idrc.spacedirect.org/bitstream/handle/10625/51571/IDL51571.pdf?sequence=1&isAllowed=y> .
9. DE SOUSA, Fernando (2005) Dicionário de Relações Internacionais. Edições Afrontamento/ CEPESE – Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade COLECÇÃO: Dicionários/ 2 Edição 954.
10. DE OLIVEIRA, G. B. (2002) Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. Revista da FAE. Rev. FAE, Curitiba, v.5, n.2, p.37-48, maio/ago. 2002 .
11. DISASTER RISK MANAGEMENT INFORMATION MANAGEMENT SYSTEM(s/d) Quadro de Sendai para RRD. Disponível em <https://drmims.sadc.int/pt/sendai-framework/sendai-framework-for-drr>

12. FLORES, Isabel Onzi(2017) A Efectividade do Regime Internacional de Mudanças Climáticas Frente aos Desafios do Antropoceno. Universidade Federal de Santa Catarina. P. 33
13. GERMANWATCH(2022) Moçambique país vulnerável as mudanças climáticas disponível em <https://www.dw.com/pt-002/mo%C3%A7ambique-o-mais-vulner%C3%A1vel-domundo-%C3%A0smudan%C3%A7as-clim%C3%A1ticas/a-56340562>ancelou ligação Maputo-Pemba prevista para esta quinta-feira.Consultado no dia 23 de Julho de 2022.
14. GIL, António Carlos (2008). métodos e técnicas de pesquisa. São Paulo: Atlas editora..
15. INE (2017) Resultados Definitivos do Censo Geral de 2017: IV Recenseamento Geral da População e Habitação, Maputo.
16. KEOHANE, Robert O. After Hegemony: Cooperation and discord in the world political economy. KRAYCHETE, Raychete, Elsa de Sousa e VITALE Denise (2013) Cooperação Internacional para o Desenvolvimento: Desafios no século XXI. Salvador Edufba. Brasil.
17. LAKATOS, Eva Maria. e MARCONI, Maria de Andrade. (2003). Fundamentos de metodologia científica. São Paulo. Editora Atlas. 5ª edição.
18. LANGA, Floripes Carlos (2022)O Contributo da Exploração do Gás Natural para o Desenvolvimento Sócio- económico de Moçambique: Caso dos Projectos de Pande e Temane. Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais e Desenvolvimento. Universidade Joaquim Chissano. Maputo. P.15
19. LANGA, José. Maria. (2019) Mudanças Climáticas:Impactos, Desafios de Mitigação e Adaptação em Moçambique. Livaningo. USAID/*Counterpart International*.
20. MACIEL, (2009)As Teorias de relações internacionais pensando a cooperação. Revistas.pucps.
21. MELLO e SOUSA, Andréorg) ((2014)Repensando a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento. Ipea, Brasília.
22. MINGST, Karen(2014)Principios de Relações Internacionais. 6a edição. Grupo editorial nacional. p.119-120

23. MTA(2022) Mudanças Climáticas disponível em <https://www.mta.gov.mz/mudancas-climaticas/mudancas-climaticas/> consultado aos 29 de Julho de 2022.].
24. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E SEGURANÇA ALIMENTAR (2017) Plano Nacional de Investimento do Sector Agrário de Moçambique (PNISA): Avaliação. Maputo, República de Moçambique. Página 73.
25. ONU(2016) Roteiro para a Localização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: Implementação e Acompanhamento no nível subnacional. Disponível em <http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/library/ods/roteiro-para-a-localizacao-dos-objetivos-de-desenvolvimento-sust.html>
26. PESSOA, Gonsalo(2022) As Alterações Climáticas e a Cooperação Internacional- O caso da Fundação Fé e Cooperacao(FEC). P.4-6
27. PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD)(2015). Acompanhando a agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável: subsídios iniciais do Sistema das Nações Unidas no Brasil sobre a identificação de indicadores nacionais referentes aos objetivos de desenvolvimento sustentável/Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Brasília: PNUD, 2015. 250 p.
28. REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE. (2019) Moçambique Ciclone Idai PDNA Avaliação de Necessidades Pós Desastres. Disponível em https://www.undp.org/sites/g/files/zskgke326/files/publications/PDNA%20Moambique%20Cyclone%20Idai%20-%20PostDisaster%20Needs%20Assessment_Full_Report_Portuguese.pdf
29. REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE; Ministério para a Coordenação da Acção Ambiental (2012) Estratégia Nacional de Adaptação e Mitigação das Mudanças Climáticas 2013-2025. Maputo.
30. REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE, Ministério do Mar, Águas Interiores e Pescas e Pesca (MIMAIP) (2023) Conclusão da Elaboração da Estratégia de Desenvolvimento da Economia Azul (EDEA). Volume 2. Maputo
31. REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE Ministério da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural (2016) Estratégia Nacional para a Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal, Conservação de Floretas e Aumento de Reservas de Carbono Através de Florestas (REDD+) 2016-2030.

Maputo. Disponível em
file:///C:/Users/Estela/Downloads/Estrate%CC%81gia%20do%20REDD+%20
Brochura.pdf. P 12 consultado em 14 de Maio de 2024

32. RIBEIRO, Maria Clotilde e BAIARDI, Amilcar(2014) Cooperação Internacional em Ciência e Tecnologia: Refletindo Conceitos e Questões Contemporâneas.
33. RNV (2020) Relatório Revisão Nacional Voluntária da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Maputo. República de Moçambique..
34. SANTA'ANNA, Nanahira de Rabelo(2016) Cooperação Técnica entre Japão e Brasil e entre Brasil e Timor Leste em Perspectiva Comparada. Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD, Doutorados, v.5. n.9, Jan./Jun.,p.p. 279 2016
35. SAVARESI, Annalisa (2015) The Paris Agreement: A New Beginning?.Journal of Energy and Natural Resources. P.1
36. TOMAZINI. Rosana Correa (2017) Cooperação Internacional para o Desenvolvimento e Cooperação Sul-Sul: uma análise comparativa de seus princípios e desafios de gestão. Rev. Carta Inter., Belo Horizonte, v. 12, n. 1, p. 28-48
37. TSENANE, PAULA(2021)Eventos Climáticos Extremos e Segurança Nacional em Moçambique: Desafios e Perspectivas Para o Sector da Defesa –
38. FADM.Revista Moçambicana de Estudos Internacionais – RMEI ISSN: 2616-2105, Volume 03, nº 01, 2021
39. SOUZA, André de Mello e. (2014) Repensando a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento. Ipea. Brasília
40. UNICEF(2019) Ciclone Idai e Kenneth: Pela primeira vez dois ciclones fortes atingem Moçambique durante a mesma estação. Disponível em <https://www.unicef.org/mozambique/ciclone-idai-e-kennth>
41. UNITED NATIONS CLIMATE CHANGE(s/d) Copenhagen Climate Change Conference-December 2009, disponível em <https://unfccc.int/process-and-meetings/conferences/past-conferences/copenhagen-climate-change-conference-decembr-2009/copenhagen-climate-change-conference-december-2009>.

42. UNITED NATIONS CLIMATE CHANGE(s/d) The Paris Agreement, disponível em <https://unfccc.int/process-and-meetings/conferences/the-paris-agreement/the-paris-agreement>
43. VASCONCELOS, M. A. e M. E. Garcia(1998) Fundamentos de economia. São Paulo: Saraiva.
44. VIOTTI, Paulo R. e KAUPPI Mark V. (1999), International Relations. Realism, Pluralism, Globalism, and Beyond. Allyn and Bacon, Boston.
45. VIOTTI Paulo R.e KAUPPI Mark V. (2010)International Relations Theory. Edition 4. Longman.
46. RNV(2020)Brochura do Relatório da Revisão Nacional Voluntária da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Moçambique. P. 22

Legislação

- 1.Constituição da República de Moçambique de 2004
2. Boletim da República Resolução nº 39/2017
3. SUSTAINABLEDEVELOPMENTGOALS (2019)
4. REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE (2020) Programa Quinquenal do Governo (2020-2024) Maputo, Moçambique.
- REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE (2012) Estratégia Nacional de Adaptação e Mitigação das Mudanças Climáticas (2013-2025) disponível em <https://www.biofund.org.mz/wp-content/uploads/2017/03/Estrategia-Nac-Adaptacao-e-Mitigacao-Mudancas-Climaticas-2013-2025.pdf>

Artigos e Periódicos

1. BECKER, Ana Paula. (2011)A Atuação de Países Emergentes no Marco da Cooperação Sul-Sul. In: Simpósio de Pós-Graduação Em Relações Internacionais do Programa “San Tiago Dantas”. 3. São Paulo. Anais... São Paulo: UNESP, UNICAMP, PUC/SP. <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/16711/1/cooperacao-internacional.pdf>.
2. CASTRO, Thales. (2012) Teorias das Relações Internacionais. Fundação Alexandre de Gusmão. Ministério das Relações Exteriores. Brasília. Disponível em <https://funag.gov.br/loja/download/931->

- Teoria_das_Relacoes_Internacionais.pdfCE Comissão Europeia (2023) Relatório da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões. Revisão Voluntária da EU sobre os progressos na execução da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Bruxelas.
3. CNODS Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (2017) Plano de Ação 2017-2019. Comissão Nacional ODS Brasil. Disponível em :<http://www4.planalto.gov.br/ods/publicacoes/plano-de-acao-da-cnods-2017-2019> .consultado em 20 de Maio de 2024 as 20h05
 4. DIVARDINI, Danilo Henrique (2008) Cooperação Internacional e Meio Ambiente: Os Programas da USAID no Brasil. Marília. S.P. disponível em https://repositorio.unesp.br/bitstream/11449/96402/1/divardin_dh_me_mar.pdf
 5. ENAP Cadernos (2018) disponível em <https://repositorio.enap.gov.br/handle/1/211>
 6. FARIA, Raquel (2011) A cooperação multilateral no âmbito da União Europeia: O caso Português. Centro de Estudos sobre Africa e do Desenvolvimento (CEsA), Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa. Nr 93. Lisboa. Disponível em <https://cesa.rc.iseg.ulisboa.pt/RePEc/cav/cavwpp/wp93.pdf>
 7. FRANCOZO, Eduardo (2019) A Cooperação Internacional da União Europeia no Âmbito das Alterações Climáticas. Lisboa ISEG. Disponível em www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/19920/1/DM-EF-2019.pdf. P 19 consultado em 01 de Julho de 2023
 8. LANGA, FLORIPES(2023) Implicações das Mudanças Climáticas para a Segurança Nacional de Moçambique. FNI. Maputo
 9. LAICE Pedro. at al (sd) Relatório Local Voluntário: Avanços e Desafios de 16 Municípios de Moçambique. ANAMM. Disponível em https://gold.uclg.org/sites/default/files/mozambique_2020_portuguese.pdf Consultado em 29 de Abril de 2024.
 10. LEITÃO, Simão Cardoso. (s/d) Apontamentos sobre o Sistema de Cooperação para o Desenvolvimento a partir de dados do caso de Moçambique. Fundação Fé e Cooperação em Moçambique. Disponível em <https://reid.ucm.ac.mz/index.php/reid/article/view/5/6>

11. LIMA, Luciano Barbosa de. (2010) Teorias de desenvolvimento e cooperação internacional. Jan/Jun, 2010, v. 8 n. 1. p. 73-90. Disponível em https://www.researchgate.net/publication/272717259_Teorias_do_Developimento_e_a_Cooperacao_Internacional
12. MILANI, Carlos Roberto Sanchez. (2012). Aprendendo com a História: críticas à experiência da Cooperação Norte-Sul e atuais desafios à Cooperação Sul-Sul. Caderno CRH, Salvador 25 (65): 211-231. B in <https://doi.org/10.1590/S0103-49792012000200003>. Consultado no dia 23 de Julho de 2022.
13. MANCCINI, Giulia (2013) Cooperação Internacional Para o Desenvolvimento: Mecanismos, História e Eficácia. Disponível em <https://egov.ufsc.br/portal/conteudo/coopera%C3%A7%C3%A3o-internacional-para-o-desenvolvimento-mecanismos-hist%C3%B3ria-e-efic%C3%A1cia>
14. Ministério do Mar, Águas Interiores e Pescas (2019). Lançamento do Plano de Ordenamento do Espaço marítimo Nacional disponível em <https://www.mimaip.gov.mz/lancamento-do-plano-de-ordenamento-do-espaco-maritimo-nacional-2/> consultado em 19 de Maio de 2024 as 10h50
15. OLIVEIRA, Diego Maciel e BARDEN, Julia Elisabet (2015) O que é o desenvolvimento? Rev. Cienc. Gerenc., v. 19, n. 29, p. 8-16, 2015 ONU Organização das Nações Unidas (2016) Roteiro para a Localização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: Implementação e Acompanhamento no nível subnacional. Disponível em <http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/library/ods/roteiro-para-a-localizacao-dos-objetivos-de-desenvolvimento-sust.html>. Consultado em 17 de Maio de 2024 as 20h05
16. PINO Ayllón B. (2012) Transformações Globais , Potencias Emergentes e Cooperação Sul-Sul: desafios para a cooperação europeia. Caderno CRH, vol. 25, núm. 65, mayo-agosto, 2012, pp. 233-249 Universidade Federal da Bahia Salvador, Brasil disponível em <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=347632188004> consultado em 30 de Julho de 2022
17. PNUD Programa das Nações Unidas Para o Desenvolvimento (2015). Acompanhando a agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável: subsídios

- iniciais do Sistema das Nações Unidas no Brasil sobre a identificação de indicadores nacionais referentes aos objetivos de desenvolvimento sustentável/Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Brasília: PNUD, 2015. P 250
18. PROLO Carolina. atall (2023) Acoro de Paris: Um guia para os perplexos P. Observatório do Clima e LACLIMA disponível em <https://www.oc.eco.br/wp-content/uploads/2023/11/Acordo-de-Paris-Um-guia-para-os-perplexos.pdf>
 19. USAID. (2018) Perfil de Riscos Climáticos Moçambique. Ficha informativa . disponível em <https://www.climatelinks.org/sites/default/files/asset/document/2021-10>. Visitado em 01 de Julho de 2023
 20. UNHABITAT(s/d)ResumoNaciona de Mocambique: Promover a urbanização sustentável em Moçambique como motor de desenvolvimento socioeconómico, da resiliência climática e da paz. Chrome disponível em https://unhabitat.org/sites/default/files/2023/07/mocambique_resumo_nacional_pt.pdf consultado em 02 de Maio de 2024 as 20h30

Sites de Internet

<http://ojs.ufdg.edu.br/index.php?journal=moncoes> consultado em 29 de Julho de 2022
<https://repositorio.enap.gov.br/handle/1/3411> consultado aos 29 de Julho de 2022.

<https://dgpj.justica.gov.pt/Relacoes-Internacionais/Cooperacao-internacional> consultado a 09 de Dezembro de 2023.

<https://ocid.ibict.br/sobre/> consultado aos 29 de Julho de 2022.

<https://www.jornalnoticias.co.mz/ciencia-e-ambiente/conferencia-sobre-mudancas-climaticas-mocambique-mobiliza-parcerias-financeiras-na-cop-da-esperanca/> consultado aos 29 de Julho de 2022.

<https://ndcpartnership.org/news/mudan%C3%A7adeaparadigmamo%C3%A7ambique-lan%C3%A7a-o-seu-plano-de-parceria-para-catalisarimplementa%C3%A7%C3%A3o-daselegram> consultado aos 30 de Julho de 2022.

<https://www.unicef.org/mozambique/comunicados-de-imprensa/governo-do-jap%C3%A3o-compromete-7609777-de-d%C3%B3lares-americanos-para->
Consultado no dia 23 de Julho de 2022.

<https://www.dw.com/pt-002/mo%C3%A7ambique-o-mais-vulner%C3%A1vel-do-mundo-%C3%A0s-mudan%C3%A7as-clim%C3%A1ticas/a-56340562ancelou>
ligação Maputo-Pemba prevista para esta quinta-feira. Consultado no dia 23 de Julho de 2022.

<https://www.mta.gov.mz/mudancas-climaticas/mudancas-climaticas/> consultado aos 29 de Julho de 2022.

<https://www.unicef.org/mozambique/ciclone-idai-e-kenneth> consultado aos 30 de Julho de 2022.

<https://www.oikos.pt/pt/noticias/item/2336-ciclone-kenneth-em-mo%C3%A7ambique-a-emerg%C3%Aancia-na-emerg%C3%Aancia> consultado aos 30 de Julho de 2022.

<https://antigo.mma.gov.br/clima/convencao-das-nacoes-unidas.html> consultado a 01 de Fevereiro de 2023 as 11 horas e 15 minutos.

<https://brasil.un.org/pt-br/175180-o-que-sao-mudancas-climaticas> consultado aos 28 de Dezembro de 2022 as 10 horas.

https://www.eeas.europa.eu/mozambique/uniao-europeia-e-mocambique_pti?s=111
consultado aos 30 de Julho de 2022.

<https://www.voaportugues.com/a/eventos-clim%C3%A1ticos-ter%C3%A3o-impacto-no-crescimento-de-mo%C3%A7ambique-prev%C3%AA-a-standard-poor-s/5764699.html>. Consultado em 01 de Julho de 2023

<https://netzero.projtodraft.com/o-que-e-unfccc/> consultado aos 31 de Janeiro de 2023 as 12 horas e 30 minutos.

<https://news.un.org/pt/interview/2019/05/167268131> de Janeiro de 2023 as 12 horas e 30 minutos.

<https://www.un.org/pt/climatechange/science/causes-effects-climate-change>
consultado aos 31 de Janeiro de 2023 as 13 horas

https://www.estrategiaods.org.br/wpcontent/uploads/2015/09/ODS_oficial.pdf consultado aos 31 de Janeiro de 2023 as 13h30.

<https://sdgindex.org/>.<https://www.sdgindex.org/reports/2019-africa-sdg-index-and-dashboards-report/>.

<https://reddmozambique.wixsite.com/blog/florestas-em-mo-ambique> consultado a 13 de Outubro de 2023.https://www.redesparaodesenvolvimento.org/pt/noticia/onu_divulga_1relatorio_a_companhamento_ods consultado a 13 de Outubro de 2023.

<https://portaldogoverno.gov.mz/por/imprensa/PR-recebe-primeira-ministra-da-italia-geordia-meloni/ODS-s-correm-risco-de-nao-alterar-cenario-de-pobreza>

<https://www,maioresemelhores.com/paises-mais-pobres-do-mund/amp/> consultado aos 08 de Setembro de 2020 as 13h07minutos.

<https://www.undp.org/pt/mozambique/objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel/A%C3%A7%C3%A3o-Clim%C3%A1tica> consultado em 17 de Maio de 2024 as 20h00

<https://zambeze.info/?p=12676> consultad em 18 de Maio de 2024 as 16h30consultado a 13 de Outubro de 2023.

Panorâmica — Indicadores de desenvolvimento sustentável — Eurostat (europa.eu) consultado em 17 de Maio de 2024 as 20h00

<https://www.codexremote.com.br/blogcodex/o-que-podera-mudar-com-a-volta-dos-eua-ao-acordo-de-paris/> consultado em 17 de Maio de 2024 as 20h00

<https://mozambique.un.org/pt/sdgs> consultado aos 08 de Setembro de 2020 as 13h07minutos.

<https://semiaridovivo.org/pt/conheca-a-experiencia-de-cooperacao-sul-sul-entre-agricultores-dos-semiaridos/> consultado a 13 de Outubro de 2023.

WorldBank, ‘Mozambique disponível em <https://data.worldbank.org/indicator/EG.ELC.ACCS.UR.ZS?locations=MZ> consultado aos 08 de Setembro de 2020 as 13h07minutos.

WorldBank, ‘Mozambique (2021)<https://data.worldbank.org/indicator/SP.RUR.TOTL.ZS?locations=MZ> consultado aos 08 de Setembro de 2020 as 13h07minutos.<https://www.undp.org/pt/mozambique/objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel/A%C3%A7%C3%A3o-Clim%C3%A1tica> consultado em 17 de Maio de 2024 as 20h00

<https://www.codexremote.com.br/blogcodex/o-que-podera-mudar-com-a-volta-dos-eua-ao-acordo-de-paris/> consultado em 17 de Maio de 2024 as 20h00

<https://www.state.gov/translations/portuguese/ficha-informativa-accao-dos-estados-unidos-no-desenvolvimento-global/> consultado em 17 de Maio de 2024 as 20h10

EUR-LexInstrumento de Vizinhança, de Cooperação para o Desenvolvimento e de Cooperação Internacional – Europa Global (eur.lex.europa.eu). consultado em 17 de Maio de 2024 as 20h10

Estratégia Global Gateway (europa.eu). disponível em https://international-partnerships.ec.europa.eu/policies/global-gateway_pt. Consultado em 17 de Maio de 2024 as 20h30

<https://www.state.gov/translations/portuguese/ficha-informativa-accao-dos-estados-unidos-no-desenvolvimento-global/>. Consultado em 17 de Maio de 2024

<https://www.codexremote.com.br/blogcodex/o-que-podera-mudar-com-a-volta-dos-eua-ao-acordo-de-paris> consultado em 15 de Maio de 2024 as 19h00

<https://www.wribrasil.org.br/noticias/10-conclusoes-do-relatorio-do-ipcc-sobre-mudancas-climaticas-de-2023> consultado em 28 de Abril de 2024 as 18h07

ALER (2021) Renovaveis em Mocambique. Amer. Disponível em <https://www.aler-renovaveis.org/en/activities/publications/other/download-the-briefing-and-animations/> Consultado em 28 de Abril de 2024 as 16h15

WorldBank, 'Mozambique disponível em <https://data.worldbank.org/indicator/EG.ELC.ACCS.UR.ZS?locations=MZ> consultado em 29 de Abril de 2024 as 21h50

WorldBank, 'Mozambique (2021) disponível em <https://data.worldbank.org/indicator/SP.RUR.TOTL.ZS?locations=MZ> consultado em 29 de Abril de 2024 as 22h10

<https://www.fnds.gov.mz/index.php/pt/nossos-projectos/listagem-de-projectos/terra-segura> consultado em 30 de Abril de 2024 as 22h30

<https://www.tse4allm.org.mz/index.php/pt/midia/tecnologias-de-energias-renovaveis-um-canal-para-aumentar-o-acesso-a-energia-e-reduzir-emissoes-de-gases-com-efeito-de-estufa-em-mocambique>. Consultado em 15 de Fevereiro de 2024 as 20h15

INIP Instituto Nacional de Inspeção do Pescado disponível em <https://inip.gov.mz/index.php/en/imprensa/destaques?start=5>. Consultado em 20 de Maio de 2024 as 22h36

<https://www.diarioeconomico.co.mz/2024/04/07/economia/conservacao/desastres-naturais-complicam-restauracao-do-mangal-no-delta-do-zambeze/> consultado em 20 de Maio de 2024 as 23h00

<https://www.fnds.gov.mz/mrv/index.php/actividades/noticias/199-mocambique-tornou-se-o-primeiro-pais-do-mundo-a-ser-aprovado-na-verificacao-credenciada-do-fundo-de-carbono-do-fcpf-de-reducoes-de-emissoes-de-redd> consultado em 16 de Maio de 2024

<https://www.fnds.gov.mz/index.php/pt/nossos-projectos/listagem-de-projectos/21-desenvolvimento-sustentavel/266-mozrural-programa-de-economia-rural-sustentavel> consultado em 16 DE Maio de 2024 as 15h00

<https://reliefweb.int/report/mozambique/tropical-cyclone-idai-appeal-us408-million-provide-life-saving-assistance>

<https://inip.gov.mz/index.php/en/imprensa/destaques?start=5> consultado em 16 de Maio de 2024 as 15h00

Instituto Nacional de Estatística INE (2007 – 2022) , Moçambique disponível em <http://www.ine.gov.mz/> consultado em 16 de Maio de 2024 as 15h00

<https://news.un.org/pt/story/2017/03/1578861> consultado em 14 de Maio de 2024 as 22h40

https://www.eeas.europa.eu/node/59860_ consultado em 14 de Maio de 2024 as 22h40

Entrevistas

Samo, Dércio. Cidadão da Beira. Entrevistado a 10 de Outubro de 2023.

Maria Bica Joaquim, médica em Sofala, entrevistada aos 08 de Janeiro de 2024

Sheima Carla Manhice, Médica em sofala entrevistada aos 08 de janeiro de 2024

Joaquim Charles, residente na Beira entrevistado aos 08 de janeiro de 2024.

Fernando Manecas, professor em Muxungue, entrevistado aos 08 de Janeiro de 2024.

ANEXOS

Anexo 1. Guião de Entrevista



FACULDADE DE DIREITO

CURSO DE MESTRADO EM COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

**Tema: Cooperação Internacional e Desenvolvimento no Contexto das Mudanças
Climáticas: Desafios para Moçambique**

GUIÃO DE ENTREVISTA 1

**Entrevista com as comunidades(cidadãos e lideres locais) vitimas dos ciclones
Idai e Kennet**

Perfil do Entrevistado
Sexo:
Idade:
Nível de Escolaridade:
Profissão:
Comunidade/provincia:

1. Ja ouviu falar sobre as mudanças climáticas?
2. Com quem ouviu falar e o que ouviu falar sobre elas?
3. Fale-nos de como se sentiu durante os ciclones idai e kennet?
4. Que impacto estes dois ciclones tiveram sobre sua comunidade?
5. Na sua comunidade, que actividades se tem praticado que não são amigas do ambiente?
6. O que se fez após os ciclones idai e kennet para prevenir danos futuros devido a problemas semelhantes?
7. Que actores participaram da reconstrução da sua comunidade e de que forma o fizeram?
8. Ja ouviu falar dos ODS?

9. Com quem ouviu falar e o que ouviu falar sobre eles?
10. Acha que podemos alcançar os ODS sobre o clima? comente.
11. Que desafios podem dificultar sua operacionalização?
12. Tem algo a acrescentar?

GUIÃO DE ENTREVISTA 2

Entrevista com Dirigentes das províncias afectadas pelos ciclones Idai e Kenneth

1. Qual é a relação entre a cooperação Internacional e o Desenvolvimento?
2. Como se apresenta o quadro da cooperação internacional e o Desenvolvimento no contexto das mudanças climáticas na sua província?
3. Quais são os desafios da sua provinciana operacionalização dos ODS sobre o ambiente?
4. Que esforços devem ser empreendidos para fazer face a esses desafios?